

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Reitor

AMARO HENRIQUE PESSOA LINS

Vice-Reitor

GILSON EDMAR GONÇALVES E SILVA

Pró-Reitora de Extensão / Diretora da revista

SOLANGE GALVÃO COUTINHO

Editor

DENIS ANTÔNIO DE MENDONÇA BERNARDES

Comissão Editorial

ALLENE CARVALHO LAGE, CARLOS COSTA DANTAS, DENIS ANTÔNIO DE MENDONÇA BERNARDES,
HELOÍSA MARIA MENDONÇA DE MORAIS, LOURIVAL DE HOLANDA BARROS,
MARCOS FERREIRA COSTA LIMA, SOLANGE GALVÃO COUTINHO

Conselho Científico

ANA MAE BARBOSA (USP), GIANE DA PAZ FERREIRA DA SILVA (UFPE), JOSÉ DIAS DOS SANTOS (UFPE),
JOSÉ MAURÍCIO DOS SANTOS FILHO (UFPE), LUIZ COSTA LIMA (PUC/RJ), MARIA ELIETE SANTIAGO (UFPE),
MARIO DE FARIA CARVALHO (UFPE), MAURICIO ALVES DA MOTTA SOBRINHO (UFPE), MIGUEL ÂNGELO LAPORTA
NICOLELIS (UNIVERSIDADE DE DUKE/EUA), ROGÉRIO LUIZ COVALESK (UFPE), SÉRGIO ALVES DE SOUZA (UFPE),
SURANYIT KUMAR SAHA (WALLES UNIVERSITY), SUZANA NOVICK (UNIVERSIDADE DE BUENOS AIRES),
TÂNIA BACELAR DE ARAÚJO (UFPE), THEOTÔNIO DOS SANTOS (UFRJ).

Secretaria

DJANYSE BARROS DE ARRUDA MENDONÇA, MIRIAM VILA NOVA MAIA, GEYSA KARLA GALVÃO

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

Estudos universitários, revista de cultura / [Pró-Reitoria de Extensão da UFPE].
– Vol. 1, n. 1, (1962)- . – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1962-
v.

Trimestral, jul/set. 1962-out./dez. 1974; semestral, jan./jun 1975-jul./dez.
1985; irregular, 1997-2003; semestral, 2009-

Edições de jul. 1962 – ago. 1964 tem o título: Estudos universitários,
revista da Universidade do Recife.

Inclui bibliografia.

ISSN 0425-4082 (broch.).

1. Ensino superior – Periódicos. 2. Juventude – Brasil. I. UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria de Extensão.

UFPE

378

CDD (22.ed.)

BC2010-

Design Gráfico

Bureau de Design da PROEXT/UFPE

MANUELA BRAGA E SOLANGE COUTINHO

Capa: ANDERSON MARTINS

Coordenação Geral: Jowania Rosas

Revisão

DANIEL CISNEIROS

Impressa nas oficinas gráficas da Editora Universitária - Universidade Federal de Pernambuco -
Av. Acadêmico Hélio Ramos, 20, Cidade Universitária, Recife em dezembro de 2010.
Diretora da Editora Universitária: Maria José de Matos Luna.

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

EDITORIAL

DENIS BERNARDES 05

ESTUDOS

ALLENE LAGE E LOURIVAL HOLANDA
Apresentação do tema Juventudes 11

TERESA CRISTINA ESMERALDO BEZERRA
JUVENTUDE E CIDADANIA:
Uma Crítica à Estetização 15

EDIMA VERÔNICA DE MORAIS E ALLENE LAGE
A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS
ESTUDANTES EM CARUARU:
Formação Política, Desafios e Limites do
Movimento Estudantil da Atualidade 29

MAURICIO ANTUNES TAVARES
ENTRELAÇAMENTOS ENTRE CAMPO
DE POSSIBILIDADES E TRAJETÓRIAS
DE VIDA: A Questão da Escolarização
dos Jovens no Interior de Pernambuco 49

SILVIA REGINA LORENZO DE CASTRO
NARRATIVAS DA MEMÓRIA:
Juventude Negra e Direitos Humanos
em Belo Horizonte/MG 65

ENSAIOS

ADJAIR ALVES
O RAP É UMA GUERRA E EU SOU
UM GLADIADOR:
Juventude e Linguagem no Hip-Hop. 75

MEMÓRIA

DENIS ANTÔNIO DE MENDONÇA BERNARDES E
JULIENE TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
A JUVENTUDE NAS CONSTITUIÇÕES
BRASILEIRAS: Um Trajeto Histórico 89

DECRETO N.º 219, de 24 de Novembro
de 1938 – Cria a autarquia administra-
tiva “Casa do Estudante de Pernambuco” 103

PRODUZINDO SABERES

PESQUISAS SOBRE O TEMA
JUVENTUDE 107

PROJETOS DE EXTENSÃO SOBRE
O TEMA JUVENTUDE 111

OTÁVIO LUIZ MACHADO; NIEDJA DE LIMA
SILVA; GIRLEIDE DE SÁ MENEZES;

ALEXANDRE DA SILVEIRA LINS

Um projeto de Extensão em foco

PRESENÇA DAS JUVENTUDES

PERNAMBUCANAS: Novas Configu-
rações e Transmutações. 115

127 RESENHAS

131 PARA CONHECER MAIS

135 NOTÍCIAS

Editorial

É uma grande alegria para todos que assumiram a tarefa de relançar a Revista Estudos Universitários poder anunciar que a primeira parte da missão foi cumprida. Aqui está ela para a apreciação dos leitores. Aqui está ela voltando a desempenhar sua missão inicial e que a acompanhou em suas diversas fases: ser o veículo do pensamento, dos debates, da criação científica, cultural e artística da Universidade Federal de Pernambuco.

Com algumas interrupções, a mais dramática das quais quando, em seguida ao golpe civil-militar de 1964, a gráfica da então Universidade do Recife foi invadida e o exemplar número 5 da Revista Estudos Universitários foi recolhido por tropas do exército, nossa revista tem uma história de 48 anos. Teve sua primeira fase marcada pelo clima das Reformas de Base, dos anos 60 do século passado e pela afirmação do compromisso social da Universidade, assumido pelo reitor João Alfredo Costa Lima e pela equipe que em torno de Paulo Freire atuou no Serviço de Extensão Cultural. Dois anos depois, portanto em 1966, voltou a circular, com diferente apresentação gráfica e mudanças em seu Comitê de Redação, que por muitos anos esteve sob a direção do professor César Leal. Foi a mais longa fase da Revista, já em outro momento político e cultural, se estendendo, com algumas interrupções até o ano de 2003. Em dezembro de 2009, foi lançado um número especial, em homenagem ao grupo que a criou, na perspectiva de relembrar aspectos da história do periódico e da extensão universitária da UFPE, retomando o formato inicial. Antigos colaboradores da Revista fizeram-se presentes com artigos e compareceram ao seu lançamento, realizado no auditório do Centro de Educação.

Agora, respondendo à convocação feita pelo reitor Amaro Henrique Pessoa Lins e pela Pró-Reitora de Extensão, Solange Coutinho, aqui estamos em um novo momento da nossa Revista Estudos Universitários. Colocamo-nos, naturalmente, como continuadores do propósito que marcou sua criação, a de ser o veículo de cultura da Universidade Federal de Pernambuco, mas vinculados ao presente, à sua realidade do hoje e do amanhã. Estudos Universitários quer ser a expressão da nossa vida universitária e da nossa universidade viva, criativa, diversa, produtiva, comprometida com um projeto de nação na qual a cidadania não seja apenas uma palavra utilizada na retórica da reiteração dos privilégios dos poucos e dos mesmos.

A revista está organizada em torno de dois eixos fundamentais: um dossiê temático presente em cada número e seções permanentes, mas de conteúdo mutante. No presente número o dossiê escolhido foi Juventudes. Do mesmo dirão adiante os seus organizadores, Allene Lage e Lourival Holanda. As seções permanentes são as seguintes: editorial, estudos, ensaios, memória, entrevista, produzindo saberes, notícias, resenhas. Contudo, excepcionalmente, neste número a seção Entrevista não estará presente. Os que desejarem enviar colaborações para a Revista encontrarão nas normas editoriais os detalhamentos sobre cada uma destas seções.

O dossiê do próximo número, previsto para junho de 2011 terá por tema *Memórias*. Faremos ampla divulgação do mesmo. Mas, desde já fica a convocação para nossos colaboradores.

Revistas sempre foram e continuarão sendo veículos essenciais da sociabilidade intelectual. Em uma instituição universitária são, desnecessário insistir, indispensáveis. Refletem um dos indicadores de sua vitalidade criativa, de sua inserção social, do clima de trabalho nela existente.

Nosso propósito, que queremos partilhar com todos os leitores e colaboradores é exatamente este: o de sermos o veículo da sociabilidade intelectual de nossa universidade. De acolher sua produção, de sermos o fórum das discussões dos temas e desafios centrais de nossa sociedade.

Todo o seu corpo editorial é unânime em afirmar que nosso compromisso é com a qualidade e relevância do que publicarmos, sem preconceitos teóricos ou políticos de qualquer natureza, sem preferências ou exclusões ditadas por critérios pessoais. Os artigos submetidos serão sempre avaliados segundo sua adequação às normas da Revista, e, como já afirmado, segundo sua qualidade e relevância. A composição do Conselho Científico, ainda em formação, mas já com nomes do Brasil e do exterior que muito nos

honram, é a expressão de nossos propósitos quanto à qualidade e representatividade da Revista. Além do mais solicitamos a cada Centro Acadêmico da UFPE a livre indicação de um representante para compor o Conselho Científico.

A satisfação em retomarmos a publicação da Revista Estudos Universitários, cuja periodicidade será semestral, não nos impede de sermos conscientes dos desafios enfrentados e de possíveis falhas. Mesmo com todo o apoio recebido da Pró-Reitoria de Extensão, os recursos materiais são, ainda, limitados. E nossos recursos humanos, embora qualificados, são sobrecarregados com as crescentes tarefas da vida acadêmica. Mas, o desafio foi aceito e estamos dando os primeiros passos para respondê-lo.

Contudo, este desafio será tanto melhor respondido, quanto mais tivermos a contribuição criativa e crítica dos leitores.

Mãos à obra.

Denis Bernardes

ESTUDOS

Apresentação do tema Juventudes

Allene Lage e Lourival Holanda

A emergência do tema juventude surge num momento onde a longevidade parece finalmente ser alcançável. Se o futuro dilatou-se, a compressão do tempo-juventude, quase sempre percebido como efêmero e simultaneamente intenso na história das existências humanas, parece também ter se expandido, multiplicando as possibilidades das experiências sociais entrelaçadas com os desafios sociais do nosso tempo.

A questão da juventude até pouco tempo era tratada quase que exclusivamente dentro do campo da saúde e da psicologia. Com o aumento da complexidade das sociedades contemporâneas o tema juventude, diante dos desafios atuais, passou a ser encarado como um fenômeno social, suscitando uma série de novos estudos sob os mais diversos olhares. Este momento-transição, no qual o idealismo e a utopia mais fortemente habitam as mentes e corações juvenis, movendo ideias e no qual os jovens a cada geração respondem às questões de seu tempo, com novos padrões estéticos, sociais, culturais e políticos, é também um momento crucial na formação humanista dos jovens em busca de suas cidadanias.

A geração que hoje vive o momento juventude se depara com desafios em intercâmbios sociais. Nesta direção, o cenário das vivências juvenis consegue agregar dentro de um mesmo quadro social um conjunto de problemas que fazem parte do cotidiano dos jovens, especialmente daqueles grupos submetidos historicamente às violências sociais. Por isto pensamos em juventudes no plural, como uma maneira de dizer que muitas são as questões e desafios dos/as jovens da contemporaneidade.

A questão das drogas, que atualmente se traduz fortemente no crack, que tal como a heroína nos anos 1960/1970 surgiu para dizimar os jovens negros organizados¹ da periferia americana, pelo poder político que tinham conquistado na luta contra o racismo. Hoje o crack também se alastrou difusamente entre os jovens das classes populares. A heroína e o crack têm em comum a perda do controle territorial e ambas se transformaram numa droga de alto poder de destruição dos jovens de todas as classes sociais.

¹ Movimento dos Panteras Negras.

A participação política é outro desafio num momento em que a mídia concentrou nas últimas décadas um forte poder de manipulação, impondo uma percepção hegemônica do mundo da vida², criando entre os jovens uma visão deturpada do mundo e dos valores culturais e políticos. A construção cotidiana sobre a realidade contribui para uma alienação social e um fazer-político individual dos jovens. A percepção da cidadania passa a ser individual, como também a responsabilização sobre as questões do mundo. Sem experiências políticas de organização e mobilização social, o/a jovem assume os fracassos sociais, sem compreender as questões estruturais do capitalismo produtoras de exclusões, e devoradoras das possibilidades de mudança social das juventudes das classes populares. Assim, naturalizam por um lado as desigualdades sociais do mundo, e pelo outro lado, culpabilizam-se por não terem se empenhado ou sido competentes o suficiente, para mudar sua condição de inferioridade. A meritocracia torna-se o argumento social do destino imutável dos/as jovens da periferia e de suas cidadanias precárias.

Contudo a utopia dos jovens concretizada na experiência política nos movimentos sociais, nas organizações sociais locais, nos grupos de jovens das igrejas progressistas, nas atividades ligadas às artes populares ou ainda a partir dos legados políticos dentro da família tem contribuído para a formação política e para o ativismo juvenil. Este cenário permite a vivência de um processo educativo crítico e amplo na medida em que extrapola as fronteiras do ensino formal e, tem levado os jovens, especialmente das classes sociais populares, a romperem com a visão de mundo dominante, a criarem novos modelos de organização coletiva, transformando instrumentos de hegemonia – como o cinema, o teatro, a internet, a mídia, a moda – em instrumentos a favor das lutas sociais dos jovens, contra a marginalização e a produção de ausência³, a invisibilização de suas utopias e sentidos políticos na juventude.

De fato, muitas formas inovadoras de enfrentamento de problemas sociais estão sendo criadas e consolidadas nas mais diversas experiências de protagonismo juvenil. São novas linguagens que reacendem a chama revolucionária característica da juventude, enfraquecida pelas concepções dominantes de consumo, com novas inscrições de poéticas que reconstroem novos lugares do saber-fazer dos movimentos juvenis alternativos.

Assim procuramos, entre muitas, as possibilidades de trazer o tema Juventudes para reabrir esta Revista, criada por Paulo Freire e com a responsabilidade de se manter fiel às suas preocupações políticas, optamos por algumas questões entre as muitas presentes nos desafios dos jovens de construir suas subjetividades imersos nas complexidades do presente. Juventude e cidadania, participação política dos estudantes em Caruaru, a questão da escolarização dos jovens no interior de Pernambuco, as narrativas da juventude negra em Belo Horizonte, juventude e linguagem no

² Ver Habermas.

³ Ver *Sociologia das Ausências e das Emergências* de Boaventura de Sousa Santos.

hip-hop, além do trajeto histórico da juventude nas constituições brasileiras são os pontos de partida para o debate que pretendemos iniciar. Neste conjunto de vozes contamos com Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra, Edima Verônica de Moraes, Allene Lage, Mauricio Antunes Tavares, Silvia Regina Lorenzo de Castro e Adjair Alves, Denis Antônio de Mendonça Bernardes e Juliene Tenório de Albuquerque.

Mirar os jovens é olhar para um cenário repleto de insurgências e reinvenções do e no tempo-juventude. Foi este tempo-complexo com uma transitoriedade menos fugaz que nos despertou a curiosidade de organizar alguns textos que dessem conta de iniciar um debate sobre as juventudes em nossas sociedades. Longe de pretender contemplar toda a complexidade de questões, relacionados com o tema central deste número da Revista de Estudos Universitários, queremos antes dizer que nós educadores/as reafirmamos o nosso compromisso com os/as jovens, na procura de construir com eles e elas novas maneiras de fortalecer suas lutas, de enfrentar os seus dilemas, ansiedades e descobertas, especialmente aqueles/as que no cotidiano da nossa Universidade nos interrogam a olhar e a pensar um mundo diferente.

Recife, Primavera de 2010

Juventude e Cidadania: uma crítica à estetização

Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra¹

15

ESTUDOS - Estudos Universitários

Introdução

O tema deste trabalho diz respeito à questão da juventude e da cidadania, considerando-se as transformações que vêm ocorrendo na construção social da juventude na cultura contemporânea. Trata-se de uma temática atual e instigante, em especial para aqueles (as) que pesquisam e atuam no cotidiano das políticas sociais públicas. Imagino que a melhor forma de tratá-la é tomar como base para o diálogo algumas questões iniciais que podem orientar a reflexão, quais sejam: O que é juventude? Como pensar esta categoria no contexto contemporâneo? Quem são os jovens de hoje? Quando se inicia e se deixa de ser jovem na nossa sociedade? Quais os significados do ser jovem na atualidade? Qual a relação destas indagações com a questão da cidadania?

¹ Professora do Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual do Ceará, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco.

² As políticas públicas de juventude são consideradas políticas setoriais e por segmento da população, cuja emergência relaciona-se ao reconhecimento dos jovens (para além da adolescência) como sujeitos de direitos por parte do Estado, englobando, quanto ao critério etário, a faixa etária dos 15 aos 29 anos. No Brasil, tal reconhecimento deve-se às mudanças na condição juvenil no contexto contemporâneo, as quais serão explicitadas neste artigo. Maiores esclarecimentos. Cf. FREITAS, M.V. & PAPA, F. C. (Org.) *Políticas públicas: juventude em pauta*, São Paulo: Cortez: Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

Embora não tenha a pretensão de dar respostas para todas estas interrogações, elas podem servir de fio condutor ao debate, pois se encontram, atualmente, no centro das reflexões dos pesquisadores que discutem a juventude como categoria social e as chamadas *políticas públicas de juventude*². Como bem argumenta Regina Novaes, as respostas a tais indagações podem revelar não só diferentes perspectivas teóricas de análise, mas *campos de disputa econômica, política, ideológica e conflitos entre e intergerações* (2006, p. 105).

Para se ter uma ideia, bastaria que fizéssemos um exercício coletivo na busca de encontrar respostas para aquelas interrogações. Causaria surpresa provavelmente, a diversidade e heterogeneidade das concepções sobre juventude, a depender das condições sócio-econômicas, das situações histórico-culturais dos indivíduos e de suas visões de mundo, mediadas por

determinantes de classe social, gênero, raça, etnia, região em que vivem, religião, etc. Esta heterogeneidade, no entanto, não impede a identificação de traços recorrentes e de tendências gerais que atravessam hoje as diversas concepções sobre juventude na nossa sociedade.

Neste sentido, embora não desconsiderando a heterogeneidade que atravessa quer as visões sobre a juventude como categoria social, quer os modos como a condição juvenil pode ser vivenciada pelos diferentes jovens, buscarei identificar aqui os aspectos recorrentes que se acham presentes nas construções sócio-históricas sobre tal categoria. O ponto de partida da reflexão é o contexto moderno, dada a sua íntima relação com a emergência da juventude como categoria específica da sociedade, diferenciada quer da infância, quer da maturidade.

Este procedimento toma por base a idéia de que as construções sócio-históricas sobre a juventude podem revelar os modos como cada sociedade fabrica e institucionaliza tal momento do ciclo da vida. Daí ser necessário, para uma abordagem inicial que se pretende crítica, não desprezar tais construções, nem os valores e interesses que aí se podem revelar.

1. JUVENTUDE, CONDIÇÃO JUVENIL E CIDADANIA NA MODERNIDADE

Atualmente, já se tornou lugar comum entre os pesquisadores que discutem juventude, a afirmação de que definir tal categoria não é tarefa fácil, pois não há uma concepção única, que seja válida para todas as épocas e sociedades. Assim, a juventude configura-se como uma construção sócio-histórica e cultural, realizada com base nas ações, nos comportamentos, nas formas de pensamento e nas linguagens atribuídas quer aos indivíduos considerados jovens, quer àqueles pertencentes aos demais grupos etários. Uma construção de caráter relacional e simbólico, que, por sua vez, traduz o modo como cada sociedade fabrica e institucionaliza o ciclo da vida dos indivíduos, desde o seu nascimento até a maturidade e a velhice.

Mas o que significa afirmar isto? Em outras palavras, significa dizer que as definições sobre o que é ser jovem, quem é considerado jovem, quando se inicia e se deixa de ser jovem *variam conforme o tempo*, a experiência histórico-cultural dos indivíduos sociais, e *são sempre diferentes nas diversas culturas e espaços sociais* (Novaes: 2006).

Neste sentido, como afirmam os historiadores Levi e Schmitt (1996), a juventude, como as demais épocas do ciclo da vida, é *uma construção social e cultural*. Sua marca, no entanto, seria a condição de limite e de *transitoriedade*, pois, para eles, a juventude se situa no interior das margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta, naquele período de pura mudança e inquietude em que se realizam as

promessas da adolescência, entre a imaturidade sexual e a maturidade, entre a formação e o pleno florescimento das faculdades mentais, entre a falta e a aquisição de autoridade e de poder (1996:7-8).

No entender destes historiadores, a *liminarietà*, a *transitoriedade* e a *provisoriamente* contribuíram para que a juventude fosse *irreduzível a uma definição estável, concreta* (Idem: 8). Como atribuir sentido a algo transitório, instável, passageiro? Esta é uma das questões centrais com a qual se deparam todas as sociedades, ao se interrogarem sobre a juventude, contribuindo para que a categoria carregue consigo diversos *significados simbólicos, promessas, ameaças, potencialidades e fragilidades* (Idem: 8). Em todas as sociedades, dizem Levi e Schmitt, a juventude tem sido objeto de *atenções ambíguas, ao mesmo tempo cautelosas e plenas de expectativas* (Idem: 8).

Ao se considerar o critério etário como princípio classificatório dos indivíduos sociais, a idade, por si só, já configura uma *característica específica e evidente*, qual seja: *do ponto de vista dos indivíduos ela é transitória*. Ao contrário, por exemplo, de outros princípios como a classe social, a definição sexual, a raça, que revelam uma condição de pertencimento a um estatuto social relativamente mais estável. De acordo com tal concepção, *a juventude representaria para cada indivíduo uma condição provisória*, ou seja: *os indivíduos não pertencem a grupos etários eles os atravessam* (Idem: 9).

Mas o que significa afirmar esse aspecto transitório, liminar e provisório da juventude? Para aqueles historiadores é justamente este o caráter essencial e típico da categoria, que

conjugado com a maior ou menor brevidade da passagem pela condição jovem (juvenil) caracteriza, em última análise (de maneira diversa nas diferentes sociedades) a juventude, determinando tanto as atitudes sociais, as atitudes dos "outros" no seu confronto, quanto a visão que os jovens têm de si mesmos (Levi e Schmitt, 1996:9).

Esta concepção de juventude ainda presente até os dias de hoje, embora com significativas mudanças de conteúdo, representada como uma etapa transitória da vida, situada entre a infância e a vida adulta, trata-se, no entanto, de uma construção tipicamente ocidental e moderna. Uma construção que se articula a uma visão sobre os jovens como sujeitos singulares, cujos sentimentos, desejos, ações e comportamentos são considerados típicos desse momento da vida, que se diferencia, quer da infância, quer da vida adulta e da velhice.

As sociedades dos séculos XVI ao XVII, como argumenta Philippe Ariès (1981), não estabeleciam ainda uma nítida demarcação entre infância e juventude e não tinham sequer uma noção clara do que hoje se denomina adolescência. Até o século XVIII, a infância foi confundida com a adolescência. Tal indiferenciação podia ser observada quer nas iconogra-

fias da época (crianças vistas como adultos em miniatura), quer nos usos indiferenciados de certos termos (juventude, infância, mocidade, infantes, púberes e similares) para designar um momento do ciclo da vida, uma condição sócio-cultural tida como comum, e os sujeitos aí inscritos.

O signo emblemático desta condição seria a relação de dependência para com o mundo adulto, tanto do ponto de vista sócio-econômico e político-cultural, quanto no sentido afetivo-emocional. A entrada e a saída nesta condição eram marcadas por uma série de rituais³ que garantiam a passagem diretamente da infância para a vida adulta.

Na passagem para a modernidade, a descoberta da infância e a preocupação com as crianças, que se encontra no centro da emergência da família nuclear burguesa, o processo de *degerontocratização*⁴ da sociedade (Morin: 2002, 148), a complexificação da divisão social e técnica do trabalho, a exigência de extensão da educação e o surgimento de instituições responsáveis por uma socialização secundária, como a escola, são alguns dos fatores que irão contribuir na construção da juventude como categoria específica da sociedade, no sentido clássico-moderno.

É no horizonte da modernidade, portanto, que vai emergir uma nova forma de *institucionalização ou cronologização do curso da vida* dos indivíduos (nascimento, transição, maturidade e velhice), em que *a juventude* passa a corresponder *a uma segunda etapa de socialização*, para além do espaço familiar, marcada pela idéia de transição (Abramo: 2005, 41). O tempo da juventude será visto, a partir de então, como momento de aprendizado e de preparação para o exercício futuro dos direitos e deveres que caracterizam a cidadania moderna.

3 Mesmo reconhecendo a indiferenciação entre infância e juventude argumentada por Ariès (1981), Schindler (1996) menciona rituais diferenciados, conforme o gênero e a classe social, que já demarcavam a construção de uma 'cultura juvenil' distinta daquela da infância e do mundo adulto nos séculos XVI e XVII. Tais rituais sinalizavam para a presença de provas, as mais diversas, que possibilitavam a saída da infância e a entrada no mundo juvenil (testes de coragem, assunção de uma linguagem diferenciada, acesso aos lugares e espaços próprios, etc). Ele argumenta, também, sobre a ritualização da saída deste universo juvenil, por intermédio da constituição de uma nova família, mediante a instituição do casamento; pela via da aquisição de independência financeira, graças à conquista de uma herança ou pela entrada no mercado de trabalho; enfim, pela assunção de um *status* público-político de cidadania. No entanto, para este historiador as relações entre jovens e adultos, nos primórdios da modernidade, eram consideradas mais *flexíveis*, pois aos jovens se "permitia" maior liberdade de ação, dada a idéia de experimentação ser considerada típica deste momento da vida. Daí os jovens terem assumido a função de "tutores da desordem", responsabilizando-se pela organização do carnaval, de festas populares, e de diferentes rituais em que se dava uma inversão dos papéis sociais, num processo de aprendizado dos futuros lugares e funções que assumiriam nas comunidades. Esta visão sobre a juventude nos primórdios da modernidade sofrerá descontinuidade com o avanço da industrialização e urbanização, prevalecendo uma relação diferenciada e de distanciamento entre as gerações, bem como uma perspectiva de disciplina e controle em relação à "desordem juvenil". Cf. SCHINDLER, N. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da era moderna. In: LEVI, G. & SCHMITT, C. trad.br. Cláudio Marcondes, Nilson Moulin, Paulo Neves. *História dos jovens: da antiguidade à era moderna*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.p.265-324.

4 Este processo é compreendido como a perda da centralidade e do poder dos velhos na hierarquia das sociedades, sobretudo modernas, quer no mundo do trabalho, nas instituições sociais e políticas; quer no âmbito da cultura. A associação entre velhice, tradição, memória e sabedoria, que outrora dera poder aos anciãos não se sustentará mais numa *civilização em constante transformação*, onde *o essencial é a adesão ao movimento e não a experiência acumulada*. Daí a promoção da *juvenilidade* e sua associação às idéias de novidade, novo, modernidade. Cf. MORIN, E. Juventude. In: *Cultura de massas no século XX: neurose*. Trad.br. Maura Ribeiro Sardinha. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.p.147-157.

Tal cidadania está ancorada nos ideais de liberdade, autonomia, emancipação e reconhecimento social dos indivíduos como sujeitos plenos de direitos: o direito de decidirem sobre o seu destino e os destinos da cidade. Suas bases se assentam na inserção no mundo da produção (entrada no mercado de trabalho – independência financeira); na esfera da reprodução social (formação de uma nova família – capacidade de gerar e cuidar dos filhos – autonomia emocional); e no âmbito da participação social e política (nas decisões, direitos e deveres que regulam a sociedade – emancipação social e política).

A chamada *condição juvenil* passa a ser definida, então, mediante o clássico conceito de *moratória social*, a saber: um tempo de suspensão e de adiamento dos direitos, deveres e responsabilidades atribuídos aos cidadãos adultos. Um momento dedicado à formação, ao aprendizado e à preparação para o exercício futuro das diversas dimensões da cidadania. Uma construção que contemporaneamente se aproxima mais daquilo que se costuma denominar de adolescência⁵.

Até meados do século XX, esta concepção clássica de juventude e de condição juvenil permanece associada à idéia de etapa transitória, situada entre a infância e a maturidade, correspondente a uma segunda socialização, para além do espaço familiar, cujo objetivo era a preparação para o exercício futuro da cidadania. Uma tarefa a ser realizada por intermédio de instituições responsáveis por garantir tal transição, como a família, a escola e o emprego assalariado. A pergunta central para quem se situava na condição juvenil era, portanto, aquela de como se tornar um adulto, um cidadão considerado e reconhecido socialmente como sujeito autônomo, livre, emancipado, responsável, portanto, por suas escolhas na vida. Em outras palavras, tornar-se capaz de exercer as dimensões da produção, da reprodução e da participação social e política plenas como cidadão.

Por trás desta concepção ocidental moderna, se escondiam (em), no entanto, inúmeras situações e desigualdades, algo que contribuiu para que o sociólogo Pierre Bourdieu (1983) chegasse a definir a juventude apenas como uma palavra. Um mero signo, portanto, cuja possibilidade de vivência se restringia apenas a uma determinada classe social: a burguesia.

Assim, vivenciar a juventude como momento de preparação e aprendizagem para o futuro, livre das responsabilidades atribuídas aos adultos, não era algo comum entre os filhos e as filhas das classes trabalhadoras. Em razão de suas condições sócio-econômicas, estes (as) eram obrigados, desde a mais tenra idade, a assumirem compromissos no âmbito familiar e no

5 Sobre a adolescência como moratória social imposta pela sociedade tardo-moderna aos jovens, representando um tempo de suspensão entre a chegada à maturação dos corpos e a autorização para realização dos valores sociais básicos (independência, sucesso financeiro, social, amoroso e sexual), cf. CALLIGARIS, C. A *adolescência*, São Paulo: Publifolha, 2000, p.12-21.

mundo do trabalho. Sem mencionar-se ainda que a possibilidade de experimentar a juventude como moratória social, também era um privilégio dos indivíduos pertencentes ao gênero masculino e à raça branca.

A presença destas diferenças e de desigualdades na vivência da condição juvenil provocou, por um lado, lutas sociais pelo direito de se viver a juventude, em termos da sua extensão, considerando-se a classe social, o gênero e a raça. Daí as lutas pelo direito à educação, à cultura e ao lazer, pela proibição do trabalho infantil, pela regulamentação do trabalho juvenil, entre outras. Por outro, gerou polêmicas entre os pesquisadores, assentadas na seguinte questão: a juventude seria um mero signo, uma condição comum vivenciada por todos aqueles situados numa determinada faixa etária, relativamente desvinculada das condições materiais e históricas, ou uma experiência restrita a uma dada classe social?

Para esclarecer esta polêmica e dar conta das diferenças e desigualdades, alguns autores, buscaram, então, distinguir e precisar os termos juventude, condição juvenil, situação juvenil e juventudes no plural⁶. Por condição juvenil e juventude compreendem o modo como cada sociedade constrói e atribui significados a esse momento do ciclo da vida, cuja abrangência é maior, revelando uma experiência histórico-geracional, a qual carrega consigo uma dimensão simbólica e cultural.

O termo situação juvenil, por sua vez, busca expressar o modo como os diferentes sujeitos jovens vivenciam a condição juvenil, tendo em vista suas condições sócio-econômicas e ídeo-culturais, ou seja: as experiências de classe, gênero, raça, etnia, etc. Em outras palavras, é por meio da situação juvenil que se pode destacar a heterogeneidade da condição juvenil, evidenciando as diferenças e as possíveis desigualdades em sua vivência.

Assim, os estudos sobre a juventude como categoria social costumam alertar para o risco de se evitar generalizações apressadas e homogeneizações, pois é preciso desnaturalizar as construções simbólicas, relativizá-las e articular com outras categorias e planos de análise. Para destacar a heterogeneidade, diversidade e pluralidade da condição juvenil e das diferentes situações que a caracterizam, alguns autores chamam a atenção ainda para o uso do termo juventudes no plural e não no singular, no sentido de evitar o risco de homogeneizações apressadas.

O uso da expressão juventudes no plural pode incorrer, no entanto, no risco do relativismo, impossibilitando uma reflexão sobre as questões gerais que atingem de modo interclassista a experiência geracional, sobretudo no con-

6 Sobre a polêmica e os usos destas expressões para caracterizar a juventude como categoria social. Cf. SPOSITO, M. Trajetórias na construção de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M.V. & PAPA, F. C. (Org.) *Políticas públicas: juventude em pauta*, pp.57-75; ABRAMO, H.W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.W. & BRANCO, P.P.M. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania, 2005, p.p.37-72.

texto contemporâneo. Basta se pensar na transformação da juventude em ideal social a ser perseguido por todos, independentemente da classe social, do gênero, da raça e da geração, graças à sua estetização⁷ como signo de consumo. Um fenômeno difundido no imaginário capitalista contemporâneo, por intermédio dos meios de comunicação de massa, cujo peso na nossa experiência social é cada vez mais significativo. Daí a necessidade, ao se discutir juventude e condição juvenil na atualidade, de se levar em consideração o peso das construções veiculadas por intermédio da sua estetização, que interferem nas vivências de diferentes gerações, em especial daquelas consideradas jovens, de modo interclassista.

2. JUVENTUDE E CONDIÇÃO JUVENIL NA CULTURA CONTEMPORÂNEA: UMA CRÍTICA À ESTETIZAÇÃO

Com base nestas considerações iniciais, como compreender e interpretar, então, a condição juvenil e os jovens como sujeitos de direitos no âmbito das políticas públicas hoje? De que modo a cultura contemporânea constrói a juventude? O que mudou na concepção clássica da juventude como moratória social? Quem são os jovens de hoje e o que significa ser jovem em nossa sociedade?

Para tratar estas questões é importante retomar as intuições de pensadores contemporâneos, a exemplo de Edgar Morin (2002; 2003), que já alertava, desde as décadas de 1960 e 1970, para um fenômeno social que se torna mais visível, a partir da década de 1950 do século XX, e que hoje se expande em escala global, dada a profusão da indústria cultural e da cultura veiculada pelos meios de comunicação de massa. Trata-se da *cultura de massas*, assentada nos ideais de consumo e que promove uma espécie de segunda *juvenilização da sociedade*⁸.

Esta cultura⁹, segundo Morin (2002:153), se ancora na trindade *amor, beleza e juventude*. O cinema, a publicidade, a TV, o rádio, as novas tecnologias da comunicação e da informação são os meios responsáveis por sua

7 A estetização é compreendida como experiência sócio-cultural que decorre de uma 'explosão do estético' para além de suas fronteiras tradicionais, em razão das novas configurações assumidas pelos meios de comunicação de massa e pelas novas tecnologias informacionais, que se articulam à profusão do mercado e consumo globalizados nas sociedades contemporâneas. Estes meios assumem a função de distribuidores de informações, cultura e entretenimento, seguindo sempre critérios gerais de 'beleza', no sentido da atração formal dos produtos. A explosão do estético se revela mediante a profusão de modelos, modas, formas de comportamento, identidades e linguagens associados a diversos estilos culturais, mediados pelo consumo, e que são acompanhados da exigência de inovação constante de hábitos, costumes, gostos, objetos e ambientes. Cf. BEZERRA, T.C.E. *O estetismo difuso na experiência do hip hop: resistência e adaptação nas versões locais do MH20CE e do Movimento Hip Hop Cultura de Rua*. Fortaleza: UFC/Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, 1999. (Dissertação de Mestrado). p.p.11-13.

8 Sobre a relação entre a expansão da indústria cultural, da cultura de massa e a juvenilização da sociedade, cf. MORIN, E. *Cultura de massas no século XX: neurose*. V.1. Trad.br. Maura Ribeiro Sardinha. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002; MORIN, E. & NAHOUM, I. *Cultura de massas no século XX: necrose*. V.II. Trad.br. Agnora Soares Santos, 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

9 Segundo Morin (2003), a cultura de massas descentraliza e entra em concorrência com o papel antes atribuído a determinadas instituições responsáveis pela transmissão cultural e socialização dos indivíduos, a exemplo da família, da escola, das instituições religiosas, do emprego assalariado, das organizações sócio-políticas, entre outras.

veiculação. Tais meios assumem uma centralidade na construção dos novos mitos, imagens, modelos de comportamento, ideais de felicidade e valores que irão povoar o imaginário social, definindo como tipos ideais de homem e de mulher aqueles considerados *jovens, belos e sedutores*.

Os meios de comunicação de massa e a cultura por eles veiculada se alimentam e ao mesmo tempo são alimentados pelos jovens, contribuindo para a propagação de uma *cultura adolescente-juvenil*, de caráter global, cujo primeiro mito é James Dean¹⁰. Ela nasce, inicialmente, nos EUA e se propaga mundialmente por intermédio do cinema hollywoodiano e dos *mass media* em geral.

A tendência de *juvenilização da sociedade* decorre, assim, da transformação da adolescência em ideal social estetizado quer para as crianças, quer para os adultos e demais grupos etários. O novo modelo de comportamento, diz Edgar Morin,

é o do homem e da mulher em busca de sua auto-realização pessoal, através do amor, do bem-estar e da vida privada. Um homem e uma mulher que não querem envelhecer, que querem ficar sempre jovens para desfrutar o amor e o presente. (2002:152)

Tal modelo se materializa nas imagens estetizadas da juventude como símbolo de beleza, saúde, felicidade e sucesso, expressas nos diversos estilos juvenis presentes na moda, na música, no cinema, na publicidade, na mídia em geral e nos ideais de consumo aí prevaletentes.

A este respeito, a psicanalista Rita Kehl (2004), ao refletir sobre a juventude na cultura contemporânea, num contexto de globalização da economia e de expansão da cultura do consumo, oferece uma contribuição importante. Na busca de responder à pergunta “quem são os jovens hoje em dia”, ela ironiza, afirmando que o *conceito de juventude é bem elástico: dos 18 aos 40 anos, todos os adultos são jovens*. (2004:89). A juventude passa a ser, então:

10 Para Morin (2002: 153) a adolescência só surge como “classe de idade” na “civilização do século XX”, momento em que o *rito social da iniciação no mundo adulto perde a sua virtude operadora, perece ou desaparece*. Algo que se acentua na segunda metade do século XX, diante das transformações sócio-econômicas e expansão da indústria cultural. O que a caracteriza é a moratória socialmente imposta pelos adultos, um tempo a mais para o aprendizado, um período em que nem se é considerado criança, nem adulto. Daí a contradição fundamental que a caracteriza: *a busca de autenticidade e ao mesmo tempo de integração na sociedade* (Idem: 154). A cultura adolescente juvenil se constrói, então, em busca desta ‘autenticidade’, uma identidade própria, e ao mesmo tempo, mediante o desejo de reconhecimento social no mundo dos adultos. Por isso, *a tendência comum aos grupos de adolescentes a afirmar sua própria moral, arvorar seu uniforme (blue jeans, blusões, suéteres), a seguir sua própria moda, a reconhecer-se nos heróis, uns exibidos pelo cinema (James Dean, Belmondo), outros oriundos da imprensa (...) uma sensibilidade adolescente se infiltra na cultura de massas...* (Idem: 155). Esta cultura é absorvida e encontra um “estilo estético-lúdico” na cultura de massa, que *desagrega os valores gerontocráticos, acentua a desvalorização da velhice, dá forma à promoção dos valores juvenis, assimila uma parte das experiências adolescentes*. (Idem: 157). Cf. MORIN, E. Juventude. In: *Cultura de massas no século XX: neurose*. pp.154,155.

um estado de espírito, um jeito de corpo, um sinal de saúde e disposição, um perfil de consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir. Parece humilhante deixar de ser jovem e ingressar naquele período da vida em que os mais complacentes nos olham com piedade e simpatia, e para não utilizar uma palavra ofensiva – velhice –, preferem o eufemismo dos termos “terceira idade” ou “melhor idade”. (Idem: p. 89-90)

Ainda para a psicanalista, hoje em dia, *passamos de uma longa, longuíssima juventude, direto para a velhice, deixando vazio o lugar que deveria ser ocupado pelo adulto*. (Idem: p. 90). Numa sociedade pautada pela indústria cultural, diz a autora, *as identificações se constituem por meio de imagens industrializadas* (Idem: p. 93). No entanto,

poucos são capazes de consumir todos os produtos que se oferecem aos jovens e adolescentes contemporâneos – mas a imagem, o padrão ideal do jovem e adolescente consumidor, difundido pela publicidade e pela televisão se oferece à identificação de todas as classes sociais. Assim, a cultura da sensualidade adolescente, da busca de prazeres e de novas sensações, do desfrute do corpo, da liberdade, inclui todos os adolescentes e jovens. Do filhinho de papai ao morador de rua, do jovem subempregado que vive na favela ao estudante universitário do Morumbi, do traficante à patricinha, todos os adolescentes se identificam com o ideal publicitário do (a) jovem hedonista, belo, livre, sensual. (Idem: p. 93)

A propagação deste ideal individualista, hedonista e narcisista¹¹, veiculado por intermédio da estetização da juventude, favorece, por um lado, um aumento substantivo da violência, da autodestruição, do ressentimento, da frustração e da inveja social entre os que se sentem *incluídos pela via da imagem, mas excluídos das possibilidades de consumo* (Idem: p.93). Por outro, põe em risco a possibilidade de criação de outros sentidos histórico-sociais para a juventude, para além dos estetismos, do mercado e do consumo. Uma ameaça, portanto, à construção de vínculos afetivos e sociais pautados na solidariedade, no respeito às diferenças, no cuidado de si e do outro, no diálogo e na convivência social e comunitária¹².

Um dos exemplos sintomáticos deste processo é o aumento da violência juvenil e das novas formas de criminalidade, de caráter interclassista: uma

11 Sobre a relação entre individualismo, narcisismo e ressentimento na cultura contemporânea, cf. KHEL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. Ainda sobre a individualidade mínima ou narcisista como sintoma da cultura contemporânea, cf. LASCH, Christopher. *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1990; LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

12 Sobre a crise no espaço social e nos vínculos afetivo-sociais como crise da política, em razão da nova forma que assume o imaginário capitalista contemporâneo. Cf. BARCELLONA, P. *O egoísmo maduro e a insensatez do capital*. Trad.br. Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 1995.

delinqüência por “assimilação” aos valores hedonistas do consumo e não por “desadaptação”. Outros novos sintomas da cultura contemporânea podem ser percebidos no aumento da toxicomania, da agressividade e da intolerância, que revelam o esgarçamento dos vínculos afetivos e sociais no âmbito das relações cotidianas entre e intergerações¹³.

Assim, o aprisionamento da juventude neste ideal estetizado parece deixar de fora de seu horizonte de sentido as perguntas relativas ao presente, ao modo como nos vinculamos uns aos outros (relações entre e intergeracionais), e aos sentidos da convivência social e comunitária. Numa sociedade orientada pelo consumo, por valores individualistas e narcisistas, os indivíduos estão preocupados em viver o presente, presos numa lógica sobrevivencialista, que acaba por dificultar o estabelecimento de compromissos com o outro, que não sejam alimentados por interesses materiais imediatos, efêmeros, pragmáticos e particulares. Daí a ameaça à própria vida em sociedade, pois não é possível construir liames sociais, solidariedades, compromissos com o outro, sem a mediação do afeto e da construção de relações em longo prazo¹⁴.

Estas são questões fundamentais quando se pensa na política, na cidadania, na dimensão do *nós*, onde se insere a preocupação com a convivência social, os vínculos afetivo-sociais, o futuro, o meio ambiente, a vida humana, as políticas públicas e seus fins. Ademais, o modelo sócio-econômico que sustenta os ideais de consumo ancora-se na lógica do mercado e na flexibilização da economia. Sua consequência mais grave, além do enxugamento do Estado e aumento das desigualdades e da miséria social, parece ser o cancelamento das possibilidades de imaginarmos um futuro diferente, novas formas de estarmos juntos, em razão do aprisionamento àqueles ideais como modelo de felicidade.

Mas em que estas reflexões podem ajudar na compreensão sobre a nova condição juvenil e os jovens de hoje? Ora, a estetização da juventude como signo de consumo, parece ter conduzido à busca exacerbada de visibilidade, sucesso, fama e reconhecimento social, mediante o acesso aos bens materiais e simbólicos, de caráter efêmero, como expressão da adesão aos modelos de comportamento que supostamente caracterizariam os jovens. Tal fenômeno, além de ameaçar a construção de vínculos afetivos e sociais inter e entre as gerações, deixa vazio o lugar do adulto, ameaça a trans-

13 Os sintomas desta estetização da juventude na cultura contemporânea, graças à difusão e assimilação da ideologia hedonista do consumo no cotidiano da “nova juventude” foram identificados pelo poeta Pier Paolo Pasolini no processo de modernização da Itália dos anos 1970. Para ele, tal assimilação causou fenômenos como: a nova criminalidade, decorrente não da desadaptação, mas da busca de ascensão e sucesso com base nos valores do hedonismo interclassista; a banalização do eros; e a falsa tolerância em relação às diferenças. Cf. PASOLINI, P.P. *Os Jovens Infelizes. Antologia de Ensaios Corsários*. Trad. bras. Michel Lahud e Maria Betânia Amoroso, São Paulo, Brasiliense, 1990.

14 Sobre a crise na sociabilidade como expressão das transformações no capitalismo contemporâneo, orientado pela lógica do curto prazo e da efemeridade, a qual provoca danos na construção do caráter dos indivíduos sociais, cf. SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1999.

missão de saberes e experiências, gera frustração e violência e torna ainda mais difícil para os jovens vivenciarem esta “nova condição juvenil”. São apelos e exigências irrealizáveis que esta cultura assentada na estetização lhes impõe no cotidiano.

Em outras palavras, se hoje, a juventude, por um lado e não à toa, se transforma em ideal social e há uma positivação das culturas juvenis centradas no lazer, no consumo e na experimentação; por outro, presenciamos dificuldades, cada vez maiores, dos jovens se inserirem na sociedade, por meio da entrada no mercado de trabalho, que se flexibiliza, exige maiores níveis de qualificação, e ao mesmo tempo, torna-se precarizado, e cada vez mais inseguro. O desemprego juvenil e a inserção dos jovens em formas precarizadas de emprego são sintomas deste processo.

Daí estas exigências terem trazido à tona dois processos aparentemente contraditórios: a extensão e o prolongamento da escolarização, e ao mesmo tempo, a perda da centralidade da escola na experiência dos jovens. No entanto, são dois processos que parecem se articular, em razão das novas imposições de qualificação profissional no mercado de trabalho, e ao mesmo tempo, da perda da ilusão de mobilidade e ascensão social pela via da expansão da educação secundária e universitária. Hoje, já se sabe, ante a flexibilização da economia e precarização das relações de trabalho, que o término dos estudos não é mais uma espécie de garantia para a inclusão no mercado de trabalho, sequer do acesso a um emprego assalariado, que permita a conquista da estabilidade e de direitos sociais. No entanto, exigem-se níveis mais altos de qualificação para que se conquiste um emprego, mesmo que precarizado.

Diante destes processos, ocorre, na atualidade, uma espécie de *relativização da cultura do emprego e do salário* (Abad: 2003, 24), bem como uma crise na ética do trabalho, em função dos obstáculos que se apresentam nas sociedades capitalistas contemporâneas, no sentido de possibilitarem uma *transição linear, simétrica e ordenada da juventude pelo circuito da família – escola- emprego no mundo adulto*. (Idem: 24). Isto contribui para que as trajetórias dos jovens na transição para o chamado mundo adulto se tornem hoje, cada vez mais prolongadas, indeterminadas, descontínuas e inseguras. Um fenômeno que tem colaborado na manutenção da dependência juvenil em relação à família de origem, quer em termos financeiros, quer em sentido afetivo-emocional.

Em razão destas transformações, quando se pensa na condição juvenil no cenário contemporâneo, costumam-se mencionar fenômenos como a *extensão da juventude*, a *desinstitucionalização da juventude* ou *descronologização do curso da vida*. Tais fenômenos revelam, por sua vez, um processo de *achatamento da infância, que se vê encurralada, cada vez mais, por uma adolescência que se inicia muito cedo, e, concomitantemente, por uma juventude que se prolonga até depois dos 30 anos* (Abad: 2003, 24).

Assim, a estetização da juventude como ideal social e signo de consumo, bem como sua extensão, parecem estar paradoxalmente articuladas às incertezas nas trajetórias de inserção dos jovens no mundo adulto, dado o esgarçamento das instituições que supostamente garantiam esta transição ao mundo adulto, entre as quais: a esfera do trabalho e do emprego remunerado. Tal fenômeno, por sua vez, vem contribuindo para que a nova condição juvenil se diferencie da ideia de transição dominante no imaginário e nas práticas sociais até meados do século XX. Daí já ter se tornado lugar comum, a ideia de que, hoje, a juventude teria adquirido uma importância por si mesma, conquistado autonomia, desatrelando-se da ideia de preparação para a vida adulta. O importante, agora, não seria mais a *pergunta sobre a possibilidade ou impossibilidade de se viver a juventude, mas sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida* (Abramo: 2005, 44).

Ora, diante de algumas mudanças na condição juvenil sinalizadas até o momento, poderíamos, então, nos indagar: em que sentido a experiência juvenil adquire importância por si mesma? Quando se menciona a autonomia juvenil, quanto à experiência social, de que autonomia e de quais jovens se está a falar? Ao se argumentar sobre a importância da juventude em si mesma e sua desvinculação da ideia de preparação para a vida adulta, não se estaria a comungar com os mesmos ideais presentes na estetização da juventude como signo de consumo? Em ideais que deixam vazio o lugar do adulto, além de ameaçarem a construção de novos sentidos sociais para a juventude, para além do mercado e do consumo? Qual a nossa responsabilidade social na reprodução deste imaginário estetizado, que tem provocado danos na experiência juvenil, a exemplo de fenômenos como a violência e as novas formas de criminalidade?

Ao problematizar estas questões, não tenciono propor aqui uma volta ao passado, no sentido de um retorno a uma condição juvenil idealizada como etapa de transição para o mundo adulto, que supostamente se realizaria de modo linear e sem conflitos entre e intergerações. Apenas comungo com a ideia de que aceitar os modelos estetizados de juventude associados aos ideais de felicidade, fama, sucesso e reconhecimento social pela via do consumo, significa aderir a ideais irrealizáveis para a maioria dos jovens, quiçá para as demais gerações. Igualmente, porque estes ideais parecem sustentar, paradoxalmente, a manutenção dos mesmos padrões de reprodução da desigualdade social e da insegurança no trabalho atualmente hegemônicos e que deixam à margem da sociedade inúmeros jovens, adultos, velhos e crianças.

Além disto, tais ideais ameaçam a possibilidade de se construir vínculos afetivos e sociais entre e intergerações no cotidiano, contribuindo até para o cancelamento da possibilidade de se imaginar outras formas de se estar juntos, sem a mediação dos modelos estetizados, dos ideais de consumo, portanto, do imaginário capitalista prevalecente. Imagino que discutir estas questões é fundamental quando pensamos na política, na cidadania,

portanto, na dimensão do *nós*. Consequentemente, na possibilidade de criarmos outros sentidos para a vida em comunidade e lutarmos por uma sociedade diferente, mais justa, solidária e humana para todas as gerações.

REFERÊNCIAS

ABAD, M. Crítica das políticas de juventude. In: FREITAS, M.V. & PAPA, F. C. (Orgs.). *Políticas públicas: a juventude em pauta*, São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003. pp. 12-32.

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.W. & BRANCO, P. P. M. (org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*, São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. pp. 37-72.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Trad. br. Dora Flaksman. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

BARCELONA, P. *O egoísmo maduro e a insensatez do capital*. Trad. br. Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 1995.

BEZERRA, T.C.E. *O estetismo difuso na experiência do hip hop: resistência e adaptação nas versões locais do MH20CE e do Movimento Hip Hop Cultura de Rua*. Fortaleza: UFC/Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, 1999. (Dissertação de Mestrado).

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CALLIGARIS, C. *A adolescência*, São Paulo: Publifolha, 2000.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. br. Iraci D. Poleti. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GROPPO, L. A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. p .89-114.

_____. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

_____. *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LEVI, G. & SCHMITT, J. C. Introdução. In: LEVI, G. & SCHMITT, J. *História dos jovens. Da antiguidade à era moderna*. V.1. tr. br. Cláudio Marcondes, Nilson Moulin e Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p p.7-17.

MORIN, E. *Cultura de massas no século XX: neurose*. V.I. tr.br. Maura Ribeiro Sardinha. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. *Cultura de massas no século XX: necrose*. V. II. tr.br. Agenor Soares Santos. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M. & EUGÊNIO, F. (org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. pp.105-135.

PASOLINI, P.P. *Os Jovens Infelizes. Antologia de Ensaios Corsários*. Trad. bras. Michel Lahud e Maria Betânia Amoroso, São Paulo, Brasiliense, 1990.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1999.

SPOSITO, M. P. & CARRANO, P.C.R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: *Anais 26ª Reunião Anual do ANPED*. Poços de Caldas, MG: ANPED, 2003. pp.16-39.

SPOSITO, M. Trajetórias na construção de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M.V. & PAPA, F. C. (Org.) *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003. pp.57-75.

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS ESTUDANTES EM CARUARU: Formação Política, Desafios e Limites do Movimento Estudantil da Atualidade¹

Edima Verônica de Morais²

Allene Lage³

29

ESTUDOS - Estudos Universitários

Introdução

Em muitos estudos sobre a juventude são levantadas questões sobre a necessidade de tutoria ou são feitas análises no sentido de discutir as instituições ligadas aos jovens (a escola, a família, sistemas jurídicos e penais). No entanto poucos estudos se preocupam em investigar as formas em que estes jovens se organizam e elaboram formas de enfrentamento das situações problemáticas vivenciadas por eles no cotidiano. Só recentemente surge o interesse em estudar as considerações dos próprios jovens, suas experiências de organização e sociabilidade.

A forma como hoje conhecemos e entendemos o Movimento Estudantil (ME) existe desde a criação da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1937. No entanto isso não significa que os estudantes só se organizaram a partir de 1937. No livro “O Poder Jovem” (1968) Poerner cita a primeira manifestação estudantil registrada pela história no Brasil ocorrida ainda no período colonial. Porém, a nossa pesquisa pretende traçar um paralelo histórico da organização estudantil desde a criação da UNE.

¹ Este artigo é o resultado de uma pesquisa de PIBIC financiando pelo UFPE/CNPq, por meio de bolsa pelo período de um ano.

² Pedagoga pela UFPE. Professora da Prefeitura Municipal de Caruaru. Foi bolsista PIBIC com projeto sobre o Movimento Estudantil de Caruaru.

³ Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Professora Adjunta da UFPE. Foi orientadora do Projeto de PIBIC e TCC da primeira autora.

Socialmente usamos critérios para classificar/distinguir/hierarquizar os indivíduos, e a juventude é um destes. Essa classificação depende de alguns fatores como o contexto histórico e social de cada época ou forma como cada sociedade se organiza. Assim, como exemplo, na Roma antiga, a vida humana está dividida em duas etapas: a imaturidade e a maturidade, a primeira ligada à fase em que o homem não sabe controlar seus instintos e a segunda, por volta dos cinquenta anos, quando o indivíduo é suficientemente maduro para assumir todos os direitos e deveres da sua vida pública. (BENEVIDES, 2006).

Nessa direção o referido autor traz uma reflexão sobre a classificação dos indivíduos em categorias elaboradas como a idade, para definir lugares e poderes que os jovens reivindicariam para si, o lugar ocupado pelos velhos nos espaços públicos da vida social. Também é um período em que os jovens se afastam da esfera privada se aproximando do universo público. Nesse confronto, segundo Costa *apud* Benevides (2006), estaria a razão pela qual a juventude é comumente caracterizada como uma fase de inquietação.

Quando observamos a história do Brasil e os diferentes momentos de transformação e efervescência política vivenciados pela sociedade brasileira, percebemos que os jovens se apresentam como uma categoria chave para as possibilidades de mudança social. Nos anos de 1930, no Brasil, os jovens eram cortejados pelas correntes políticas que disputavam, na época, o poder no país, os Fascistas e os Comunistas. No ano de 1937, ano que Getúlio Vargas inaugura o Estado Novo nasce a União Nacional dos Estudantes – UNE. Para Poerner sua criação é fruto de uma tomada de consciência, quanto à necessidade de organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil, e a UNE representa, sem qualquer dúvida, o mais importante marco divisor daquela participação ao longo da nossa história. (POERNER, 1968).

Desde sempre a juventude tem participado ativamente de momentos importantes da história. No Brasil a nossa juventude participou da campanha “O Petróleo é Nosso” no final da década de 1950 e da luta contra a ditadura, quando em 1964, na Central do Brasil no Rio de Janeiro, reuniu cerca de duzentas mil pessoas para que as reformas de base propostas pelo Presidente João Goulart fossem efetivadas de fato. Na década de 1980, participaram ativamente da campanha por eleições diretas para presidente. Assim, este artigo, resultado de uma pesquisa de PIBIC⁴, procurou refletir sobre a participação política dos estudantes enquanto Movimento Estudantil, trazendo contribuições para reflexão sobre o modo de organização e o entendimento das lutas políticas e ideológicas travadas no Brasil. Para tanto buscamos observar e dialogar com alguns estudantes que participam do Movimento Estudantil de Caruaru, tanto universitário quanto secunda-

4 Com bolsa do CNPQ.

rista. Nessa direção levantamos algumas possibilidades que explicam como acontece a participação e a organização desses jovens; bem como procuramos perceber suas compreensões políticas referentes ao cenário social e econômico do Brasil e do mundo. Assim como, ainda, conhecer as práticas educativas presentes no Movimento Estudantil que contribuem para a construção de saberes pedagógicos.

1. MOVIMENTO ESTUDANTIL E AÇÃO POLÍTICA

O auge das contestações juvenis em todo mundo foi o ano de 1968. Jovens em diversos países se mobilizavam para protestar contra a Guerra do Vietnã. No Japão, os jovens lutavam para impedir que seu país se tornasse um depósito de armas nucleares. Na França, os estudantes denunciavam o conservadorismo do General De Gaulle e a estrutura educacional defasada. Essas manifestações ficaram conhecidas como o *maio de 1968*, quando as universidades foram ocupadas. O que a princípio era uma mobilização unicamente estudantil, com a repressão violenta dos policiais, despertou a solidariedade de sindicatos e partidos de esquerda, o que provocou uma grande paralisação na França. Na Polônia, os estudantes protestaram contra a censura e o severo controle do Partido Comunista dentro das Universidades. Em janeiro de 1968, na Tchecoslováquia, Alexander Dubcek assume a direção do Partido Comunista e anuncia uma série de reformas, o que ficou conhecido como a Primavera de Praga, não agradando à União Soviética, que reprimiu severamente tais reformas.

Na América Latina, vários países viviam sob o jugo de ditaduras militares. No Brasil, um regime forte de ditadura, conhecido também como “os anos de chumbo”, que imprimia o terror a intelectuais, artistas, políticos e estudantes, forçou a organização destes grupos para lutar contra este regime. Em 28 de março de 1968, é assassinado a tiros o estudante Edson Luís em frente ao restaurante Calabouço. A morte do estudante marcou a radicalização nos confrontos da polícia com os estudantes.

O dia 26 de junho foi marcado por um ato que ficou conhecido como a “Passeata dos cem mil”, que aconteceu de forma pacífica. A partir dessa manifestação constituiu-se uma comissão para falar com o Presidente Costa e Silva e os estudantes apresentaram algumas reivindicações, entre elas a libertação de militantes presos, a reabertura do Restaurante Calabouço e mais verbas para o ensino superior. A Passeata foi o ponto máximo da mobilização do ME (ARAUJO, 2007). Em outubro de 1968 a UNE organiza o congresso de Ibiúna, que significaria, segundo Araujo,

o marco final de todo processo político, de confronto e radicalização, que estava sendo vivido pelo movimento estudantil, principalmente a partir de 1966, e que se acirrou depois do assassinato de Edson Luís. O congresso embora não tenha sido percebido assim na época, foi um ponto final na experiência política que os estudantes brasileiros estavam vivendo. (ARAUJO, 2007, p.185).

No congresso de Ibiúna, toda a liderança do movimento estudantil brasileiro foi identificada presa e fichada. As fotografias serviram mais tarde para prender vários militantes que partiram para luta armada. Só a partir de 1977 inicia-se o processo de reconstrução da UNE.

Na década de 1980, com a abertura política, os estudantes se engajaram na campanha da anistia geral⁵ e irrestrita para todos e todas que haviam sido perseguidos, torturados e exilados do país. Também se organizaram em favor do Movimento pelas “Diretas Já”⁶, pois acreditavam que para acabar com a Ditadura Militar seria necessária a convocação de eleições diretas para presidente.

Depois dos anos de chumbo, o primeiro presidente eleito pelo voto direto é acusado de corrupção, e a sociedade civil organiza um movimento que exigia o impeachment do presidente. Motivados pela exibição de uma série de televisão que falava sobre os anos 60 e a luta estudantil daquela época contra a ditadura, os estudantes saem às ruas para pedir a saída do presidente, em um movimento que ficou conhecido como os “Caras-Pintadas”. A base desse movimento eram os estudantes secundaristas.

Nos anos 2000, os estudantes, principalmente os secundaristas, lutam pelo direito a meia-entrada e ao passe livre e pela diminuição das mensalidades escolares. Muitos jovens direcionam suas lutas para outras questões que envolvem o nosso tempo, como as questões ambientais e a luta contra o racismo, entre outras.

Passado este momento de efervescência política, hoje se questiona o pouco interesse dos jovens pela política ou mesmo pelo Movimento Estudantil, e também a invisibilidade deste. Parece haver uma despolitização dos jovens ou um desencantamento. Por outro lado cresce o poder de sedução do mercado, ocupando as mentes e definindo os novos interesses dos jovens.

Contudo há um risco em comparar estes dois momentos históricos do ME na medida em que há uma tendência em hierarquizar as atuações e

⁵ É o nome popular da lei n° 6.683, que foi promulgada pelo presidente Figueiredo em de 28 de agosto de 1979, ainda durante a ditadura militar.

⁶ Movimento ocorrido no Brasil entre os anos de 1983 e 1984: era um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas. O movimento agregou diversos setores da sociedade brasileira. Participaram inúmeros partidos políticos de oposição ao regime ditatorial, além de lideranças sindicais, civis, artísticas, estudantis e jornalísticas.

o protagonismo do ME na década de 1960 com a atualidade. As necessidades históricas da década de 1960 eram outras, como também havia um contexto social e político que demandava muita organização social. Havia toda uma atmosfera de luta, de contestação, entre os jovens de alguns países da Europa, dos Estados Unidos e América Latina, inspirados pelos ideais da Revolução Cubana e de seu grande líder revolucionário, Ernesto Guevara. Porém, nem todos os jovens eram militantes do Movimento Estudantil ou estavam envolvidos em algum tipo de ação política. Muitos caminhavam na contramão do ideário revolucionário de transformação social participando de grupos de extrema direita como o Comando de Caça aos Comunistas. No livro “Na contramão do poder”, Silvio César Oliveira Benevides relata que esses grupos agiam com extrema violência contra intelectuais, integrantes do movimento estudantil e artistas.

Portanto, para evitar análises reducionistas e superficiais é importante observar como acontece a participação juvenil na contemporaneidade. É necessário resgatarmos o significado do que é política. E para isso, é necessário que os Movimentos Sociais compreendam poder político para além da dominação, ou seja, é que necessário que eles entendam poder político de uma maneira mais positiva. Segundo Dussel (2007):

A “vontade de viver” é a essência positiva, o conteúdo como força, como potência que pode mover, arrastar, impulsionar. Em seu fundamento a vontade nos empurra a evitar a morte, a adiá-la, a permanecer na vida humana. (DUSSEL, 2007, p. 26).

Nesse sentido, o ser humano inventa meios de sobrevivência que vão prolongar sua vida; a utilização destes meios se constitui numa forma de poder, ou seja,

a motivação do poder é a vontade de vida dos membros da comunidade, ou do povo, já é a determinação material fundamental da definição de poder político. Isto é, a política é uma atividade que organiza e promove a produção, reprodução e aumento de vida de seus membros. (DUSSEL, 2007, p. 26).

Partindo dessa definição podemos constatar que a participação política dos jovens, seja no passado ou atualmente, visa à conquista de direitos, que promovam o bem estar comum, e não apenas de uma pequena parcela privilegiada da sociedade. Visa também à promoção da melhoria de vida destes, seja quanto ao acesso à educação e cultura ou quanto à possibilidade de ter garantida sua entrada no mundo do trabalho.

Como seres sociais, homens e mulheres são seres políticos– *homo est naturaliter politicus, id est, socialis* (o homem é por natureza, político,

isto é, social)⁷. A vida humana é caracterizada pela realização de algumas atividades. Hannah Arendt, em seu livro “A condição humana”, designa três atividades fundamentais, a saber: labor, trabalho e ação, ligadas diretamente às condições básicas de sobrevivência da humanidade. O labor é a atividade ligada aos processos biológicos do corpo humano; o trabalho, ligado à produção de um mundo artificial de coisas e a ação é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas. (ARENDT, 2001). Para este estudo nos interessa entender o que significa a ação.

A acção corresponde à condição humana da pluralidade, ao facto de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política... (ARENDT, 2001, p. 20).

Partindo desse pressuposto podemos entender política como ação humana, *práxis*, que é necessária para estabelecer e manter a vida humana. Dessa forma, a ação desenvolvida pela juventude visa ao estabelecimento e à manutenção de suas vidas e consequentemente da vida em comum, da sociedade.

Como o acesso ao ensino superior era privilégio de poucos, hoje em dia apesar da proliferação de instituições de ensino superior ainda é reduzido o número de jovens que tem acesso a essa modalidade de ensino. Observamos que os participantes do ME na década de 1960 eram de origem burguesa, das classes médias brasileiras. Estes tinham acessos aos livros dos grandes pensadores, à Filosofia, Sociologia e à Literatura. No livro “A resistência da mulher a ditadura”, Ana Maria Colling, citando Ventura, diz que a geração de 68 teve com a linguagem escrita uma cumplicidade que a televisão não permitiria depois (COLLING, 1997). A juventude desta época percebia a cultura como uma forma de revolucionar, de transformação política.

Ao resgatar o poder revolucionário da palavra, “chega de atos, queremos palavras”, a juventude encarava a cultura como um instrumento de transformação política. Nas prateleiras conviviam Marx, Mao, Guevara, Débray, Luckács, Gramsci, James Joyce, Hermann Hesse, Norman Mailer e Marcuse. Neste ano, pela primeira vez, foi traduzido para o português “O Capital”, de Marx. Os “3M de 68”, Marx, Mao e Marcuse, eram leitura obrigatória dos engajados politicamente. Marcuse, conciliando Marx com Freud, era o guru da geração. (COLLING, 1997, p.37).

Atualmente vivemos um outro contexto histórico; no entanto é importante lembrar que muito daquilo pelo que se lutava ainda está presente no nosso cotidiano, e outras bandeiras de luta foram acrescentadas à luta do ME;

7 Citação extraída do Livro “A Condição Humana” de Hannah Arendt (2001, p. 39).

o que não condiz com a pouca mobilização desses estudantes. Talvez essa apatia esteja ligada diretamente à forma como a política é praticada atualmente. Ivandro Sales em seu ensaio “Ainda é possível tomar gosto pela política? Os desafios para uma gestão democrática” apresenta uma possibilidade para explicar essa apatia:

Talvez nem seja uma rejeição à política, mas ao modo vigente de praticá-la. Talvez não se esteja satisfeito com o próprio modelo de Democracia Parlamentar Representativa em que as deliberações não são tomadas diretamente pelos diferentes grupos de interesses na sociedade, mas por pessoas eleitas para representá-las nos parlamentos e na esfera dos poderes executivos (SALES, 2008, p. 184).

Nessa direção, se observarmos os rumos que a política tomou nas últimas décadas, sempre associada à imagem do político corrupto que legisla em favor próprio, fica fácil imaginar o porquê das pessoas não terem interesse em participar, ou se sintam estimuladas a discutir sobre questões políticas; ou mesmo porque é passado para esses jovens, de acordo com a política neoliberal vigente, que estimula o individualismo. Não queremos dizer que os jovens não devam ter seus projetos individuais, mas o grande desafio é a articulação entre os projetos individuais e coletivos. Assim, percebemos que a falta de interesse em participar e discutir sobre questões políticas, ou de se engajar em um partido político não é privilégio apenas da juventude, esse é um fenômeno que afeta a sociedade de uma forma geral. No concernente à questão dos partidos políticos, Dussel (2007) faz uma interessante reflexão que nos fornece algumas pistas para compreendermos sua importância no cenário atual:

Entretanto, eles são necessários como “escola” de opinião política, de ideologia. De projetos materiais e administrativos justificados racional e empiricamente. Sem os partidos, os melhores dirigentes possíveis do povo não têm uma opinião ilustrada nem crítica; sucumbem no espontaneísmo diante das burocracias (DUSSEL, 2007, p. 152).

Porém, se por um lado os partidos políticos se caracterizam como espaços importantes de formação e organização para a juventude, por outro quando eles se corrompem, consequentemente, acontece o descrédito, e eles passam a ser vistos com desconfiança. Dussel (2007) diz que isto acontece quando o partido utiliza como vantagem sua cota de poder delegado como poder da burocracia.

Como já discutido, uma série de circunstâncias dificulta o processo de participação e organização dos jovens. Nos últimos anos vem surgindo uma necessidade social de criar espaços e desenvolver ações que favoreçam a

formação de valores como solidariedade, tolerância, respeito às diferenças, responsabilidade ambiental e social, e que levem os jovens a participar ativamente do tecido social, assumindo responsabilidades, não apenas com os interesses individuais, mas com os interesses e o desenvolvimento coletivos.

Nesta perspectiva, surge o termo Protagonismo Juvenil, que é passível de vários sentidos. Para atender às necessidades deste trabalho, utilizamos a compreensão de Protagonismo no sentido em que possibilita aos jovens participarem ativamente da construção de conhecimentos e valores a partir da sua própria ação, deixando assim de ser vistos apenas como partes de um problema e passando a ser vistos como importantes atores na constituição da sociedade, além de se tornarem colaboradores na busca de soluções que levem à superação dos problemas. Nesse sentido:

A proposta do protagonismo juvenil parte do pressuposto de que o que os adolescentes pensam, dizem e fazem pode transcender os limites de seu entorno pessoal e familiar e influir no curso dos acontecimentos na vida comunitária e social mais ampla. Em outras palavras, o Protagonismo juvenil é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política em que estão inseridos. (COSTA, 200, p. 126).

Como podemos perceber, as ações de Protagonismo Juvenil dão aos jovens a possibilidade de se colocarem e construírem suas identidades e socializações buscando novos caminhos que permitam a superação dos problemas que os atingem.

De fato, as experiências de protagonismo possibilitam aos jovens um processo educativo muito rico no qual terão a oportunidade de desenvolver suas cidadanias, não apenas no que se refere aos direitos humanos, mas à cidadania ligada à formação de valores e de atitudes que possibilitem a participação e promova a articulação entre a responsabilidade pessoal e a social.

Portanto, ao refletirmos sobre a participação da juventude atualmente, precisamos observar com cuidado que essa participação não acontece da mesma forma que no passado; hoje as demandas são diferentes e muitas das lutas estudantis foram ressignificadas.

2. METODOLOGIA

Com o objetivo de compreender a realidade e enriquecer a aprendizagem no confronto entre teoria e prática, a partir das experiências vivenciadas no universo da pesquisa, realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo, que contribuiu para a ampliação dos conhecimentos sobre as questões centrais deste estudo. Segundo Deslandes et al (1994) a pesquisa qualitativa trabalha com:

o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (DESLANDES et al, 2008, p. 21).

A pesquisa qualitativa foi primordial para este estudo, pois ela permitiu conhecer as subjetividades dos participantes que não podendo ser suprimidas, apareceram nos diálogos e nos encontros. O método utilizado nesta pesquisa foi o Método do Caso Alargado. Esse método se inicia a partir do estudo de caso, e supera a amplitude estrita do caso para alargar suas implicações na conclusão. É importante se iniciar com o estudo de caso, pois parte de um estudo intenso dentro da realidade do tema pesquisado. Nesta direção Gil (2006), diz:

O estudo de caso é caracterizado pelo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados. (p. 72).

Por outro lado Robert K. Yin (2005) trata o Estudo de Caso como uma investigação empírica que investiga um fenômeno no interior de seu contexto real, principalmente se não se tem claro o limite entre o fenômeno e o contexto; além de possibilitar muitos elementos de interesse.

Segundo Lage (2005) o Método do Caso Alargado proporciona a reflexão sobre as implicações do caso estudado, não é a análise estrita do caso, parte-se de um caso para se refletir a sociedade e a teia de relações que a formam de maneira mais ampla. Nesse sentido, o método de caso alargado propõe que,

Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou de único. A riqueza do caso não está no que nele é generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade das interações que o constituem (SANTOS, 1983, p. 9-59).

De fato o método do caso alargado propicia uma análise mais profunda do caso, observando as suas singularidades e diferenças, o que só é possível realizando um estudo detalhado, com um olhar apurado para as múltiplas interações e suas complexidades.

Como forma de coletar as informações, interagimos com os militantes em seus diversos espaços de convivência, porque acreditamos ser esta uma forma muito rica para a coleta dos dados, a partir do momento que partilhamos experiências e sentimentos proporcionando momentos de aprendizagens e de amadurecimento tanto pessoal, como de investigadora.

Fizemos algumas escolhas para realizar a coleta de dados; primeiro escolhemos como técnica de coleta de dados a observação direta, como forma de percebermos a realidade sem intermediações. Ou seja, os fatos são vistos diretamente. Nesse sentido, Gil (2006) diz que:

A observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida. (GIL, 2006, p.110).

Outra fonte de coleta de dados escolhida foram as entrevistas e as conversas informais. A utilização das entrevistas deve-se a algumas razões. Segundo Gil (2006):

Possibilita a obtenção de dados referentes aos diversos aspectos da vida social; é uma técnica muito eficiente para obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano e os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação. (p.118).

Já a entrevista informal que se diferencia da simples conversação por ter um objetivo de coleta de dados, foi eleita por razões específicas:

A entrevista informal é recomendada nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, ou então oferecer visão aproximativa do problema pesquisado. (GIL, 2006, p.119).

De fato, a utilização da entrevista informal possibilitou uma visão geral sobre alguns aspectos da participação dos estudantes no Movimento Estudantil em Caruaru.

Para dar conta das análises das falas e dos conteúdos escritos coletados ao longo da pesquisa, escolhemos como caminho metodológico uma aproximação com a análise de conteúdo. Originalmente tratava-se de uma técnica de interpretar textos que se apresentam obscuros ou ambíguos. Atualmente pode se definir a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2004, p. 37).

A análise de conteúdo permitiu uma análise mais fiel da realidade, na medida em que por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar (BARDIN, 2004). De fato esse conjunto de instrumentos metodológicos nos possibilitou a explicitação e sistematização dos conteúdos expressos durante a pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Movimento Estudantil em Caruaru, assim como em todo Brasil, também teve seu momento de grande visibilidade no período da ditadura militar. No final da década de 1970 os estudantes caruaruenses participaram fortemente das campanhas pela anistia⁸ política dos presos políticos perseguidos pela ditadura militar e exilados do país, bem como tiveram presença marcante nos comícios das “Diretas Já”⁹ na década de 1980.

Atualmente observamos que os estudantes-militantes, diferentemente dos estudantes da década de 1960 pertencentes às classes burguesas, como já mencionado neste trabalho, são em sua maioria de origem popular e estudam em instituições públicas. Estes estudantes, devido às diversas dificuldades encontradas, como a má qualidade do ensino público, a violência, a falta de emprego, e ainda a grande dificuldade de ingressar e concluir o ensino superior, organizam-se no ME como forma de luta e conquista de direitos. No que se refere às influências que levaram estes estudantes a ingressarem no ME, percebemos que os estudantes são influenciados principalmente por amigos da escola, ou pelo trabalho realizados por suas entidades representativas; só uma pequena quantidade de estudantes cita a influência da família.

...tive influência de certa forma na escola também porque estudava no Estadual e através do processo de fazer carteira de estudante eu conheci a entidade municipal. Eu fui para um Congresso com toda juventude, um congresso de estudante secundarista, em Goiás, o congresso da UBES (União Brasileira dos

8 É o nome popular da lei n° 6.683, que foi promulgada pelo presidente Figueiredo em de 28 de agosto de 1979, ainda durante a ditadura militar.

9 Movimento ocorrido no Brasil entre os anos de 1983 e 1984. Era um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas. O movimento agregou diversos setores da sociedade brasileira. Participaram inúmeros partidos políticos de oposição ao regime ditatorial, além de lideranças sindicais, civis, artísticas, estudantis e jornalísticas.

Estudantes Secundaristas) e aí foi mais que eu me identifiquei, de fato com o movimento. Antes admirava, achava legal, tinha certa influência de família, mas não era uma militância propriamente dita era mais uma admiração. Depois deste congresso que eu conheci a entidade foi que eu realmente me engajei no movimento. (Militante Secundarista Secretária do Grêmio Estudantil).

Sempre senti a necessidade de me "mexer" dentro de qualquer grupo/movimento que participe, então além dessa minha predisposição tive a influência dos próprios colegas da universidade e que hoje trabalham comigo nessa luta. (Militante Universitária, Presidente do Diretório Acadêmico).

Durante a pesquisa, o que nos chamou atenção foi o fato de que os estudantes, em nenhum momento, mencionam os professores como agentes de politização, o que era algo característico na geração da década de 1960, como cita a autora Cristina Costa em seu livro "Caminhando contra o vento":

Além dos jornais, nossa politização ficava por conta dos professores, principalmente os da área de Humanas, os nossos inesquecíveis professores de história, geografia e literatura. Aprendíamos a pensar com esses líderes e amigos, que nos passavam idéias importantes e confiáveis, numa época em que desconfiávamos e discordávamos de quase todos os adultos, principalmente de nossos pais. (COSTA, 1995, p. 95).

Traçando um paralelo com a contemporaneidade, refletimos sobre o papel desempenhado hoje por muitos dos professores, que só são vistos e agem como meros transmissores de conteúdo, não se preocupando em levar os estudantes a construir um conhecimento crítico da realidade contribuindo para formação deste jovem não só na escola ou na universidade, mas fazendo com que este seja visto em todas as suas dimensões, capaz de mudar não só sua realidade, mas que podendo se transformar enquanto ser humano, buscando construir uma sociedade mais igualitária, na qual o respeito às diferenças e ao meio ambiente possa dar um tom diferenciado nas novas relações sociais de um novo modelo de sociedade e de mundo.

Podemos entender que o próprio modelo de educação que hoje temos, e a desvalorização do magistério, levam os professores, para poder se manter com o mínimo de dignidade possível, a buscar diversos empregos, o que contribui para o pouco envolvimento destes com seus alunos, o que não favorece a construção de uma educação crítica que leve para dentro das salas de aula questões para reflexão dos estudantes. Portanto, a educação precisa urgentemente rever seus modelos e ser uma educação como propõe Sales (2010):

Trata-se, portanto, de uma educação que ajude os jovens a lutar por outra ordem diferente e contrária ao capitalismo e que também prepare os jovens para serem donos do seu destino, não os entregando a qualquer salvador da pátria, seja ele bonzinho ou terrível. O grande objetivo desta formação é ajudar os jovens a serem mais sábios e mais fortes para se indignar, para irem à luta, decididos, serenos, felizes (p. 70).

A militância no ME leva os jovens a desenvolver o senso crítico e descobrir novas formas de participação política e de organização e passar a procurar meios que os ajudem a superar os problemas encontrados no seu cotidiano. Esta percepção está presente nas falas das seguintes militantes:

... depois que a gente entra no movimento, passa a ter mais uma visão de sociedade, uma visão mais política, mais crítica das coisas. Quando tava por fora do movimento a gente vê a sociedade, observa, mas, não tem uma posição crítica em relação àquilo e nem um posicionamento; assim, de que lado você está, ou o que você deve fazer, a solução do problema. E a partir da militância no ME a gente aprende a tentar solucionar os problemas que a gente encontra na sociedade. (Militante Secundarista Secretaria do Grêmio Estudantil).

... eu enquanto ME, o meu posicionamento foi de me organizar, de me aprofundar politicamente pra dar uma maior consequência a esse movimento, que não fosse apenas conduzir um processo de carteira de estudante, ou conduzir uma entidade, ou falar em nome de uma entidade, mas que fosse desenvolver o nível de consciência dessa juventude, porque uma entidade, seja ela municipal ou estadual, o papel que ela tem é de formar politicamente aquela classe que ela tá representando... (Militante Universitária).

De fato, a participação no ME proporciona aos jovens um momento de transformação e experiência militante que não passa incólume nas suas vidas. A partir dessa vivência, eles passam a perceber o mundo e as relações sociais de uma forma mais crítica e reflexiva.

A questão da presença dos partidos também foi levantada durante as entrevistas com os militantes, mas se por um lado existem críticas no sentido de que essa presença engessa o movimento e limita as ações tirando a autonomia dos estudantes, por outro os próprios militantes percebem estes, os partidos, como sendo um importante reforço para a organização dos estudantes em um momento tão difícil de mobilização dos jovens, pensamento que está em consonância com a reflexão de Dussel (2007) sobre os partidos políticos, conforme já discutido neste trabalho.

Bom, antigamente era uma coisa que tinha bastante e hoje continua tendo a presença de partidos políticos dentro do Movimento, tanto é que um exemplo clássico é nossa entidade nacional, a UBES, é dividida por partidos... E assim, por uma questão de política, às vezes não tão política, mas por politicagem. Acho que assim prejudica um pouco o ME, por conta de que perde a autonomia. Mas, por outro lado, em contrapartida a isso, acho que é importante porque tem uma direção, tem um foco aqui. (Militante Secundarista Secretária do Grêmio Estudantil).

Sempre costumo ver tais discussões com olhares medianos, onde consigo encontrar pontos negativos e positivos. Acredito que os partidos políticos influenciam na organização de movimentos estudantis. É perceptível a organização de MEs com membros de partidos, bem como a desorganização dos quais não tem essa participação. Claro que a imposição do partido também permite o afastamento de estudantes que não participam do ME, pois sabemos que nos dias contemporâneos partidos políticos não são benquistos por todos. A competição dos partidos políticos que envolvem o ME também condiciona o embargamento de decisões no campo dos conhecimentos institucionais, tornando assim a luta ainda mais demorada. (Militante Universitária Presidente do Diretório Acadêmico).

Para os estudantes-militantes, essa dinâmica da participação dos partidos dentro do ME faz parte da sua percepção, sendo que essa dinâmica não é bem entendida pelo estudante não-militante, e é um dos motivos que afasta e dificulta a aproximação de muitos jovens do Movimento. Assim, necessário se faz que os estudantes não-militantes compreendam os códigos da militância. Por sua vez o ME precisa se aproximar das novas formas de organização e luta das juventudes, para que aconteça um processo de trocas e que novas identidades coletivas sejam construídas. Porém, os partidos políticos não deixam de se configurar como importantes espaços de politização para os jovens na atualidade.

Como já discutido a política vai muito além da dominação, aproxima-se da convivência em comunidade, do coletivo. Por outro lado a falta de interesse e de participação política não é algo só concernente aos jovens. Analisando a participação dos jovens a partir do entendimento de que a política, retomando a percepção de Dussel (2007), é uma atividade que organiza e promove elementos para o aumento de vida dos membros da sociedade, ou seja, política é uma atividade que visa à melhoria na vida da comunidade. Indo ao encontro desta ideia uma estudante-militante diz, referindo-se à necessidade de se organizar para melhorar as condições gerais dos estudantes no Agreste, que,

... em Gravatá tem estudante que vai pra escola de pau de arara, em Tacaimbó a água foi envenenada, o povo foi parar tudo no hospital e na cidade não tem um hospital que dê todo mundo, tem que se transferir. Então, é uma realidade que quando você passa a conviver você sente mais vontade de transformar isso, entendeu? (Militante Secundarista Presidente da UESC).

De fato, o desejo de transformação social tem um componente político muito concreto. Ao observarmos que os estudantes, a partir da participação coletiva desenvolvem uma consciência da necessidade de transformar, não só as questões vivenciadas dentro do contexto escolar ou universitário, mas questões mais amplas que atingem a sociedade de uma forma geral. Assim, percebemos que a atividade política desenvolvida pelos estudantes-militantes visa a tornar melhor a vida em comunidade.

No entanto alguns fatores dificultam a organização e participação dos jovens e estes foram mencionados pelos estudantes-militantes, como a questão da mídia, que define a forma de ser da juventude, despolitizando-a na medida em que dita moda e padrões consumistas, dificultando a motivação dos jovens para empreender atividades de caráter político.

É acho que a mídia ela é uma das principais “contribuidoras” dessa questão porque na televisão mostra, o que você tem de vestir, o que você tem de comprar, o que é que você tem que ouvir o que tem que falar, até voto, a questão da época da campanha eleitoral, até voto a mídia influencia em quem você vai votar ou não. (Militante Secundarista Secretaria do Grêmio Estudantil).

Bom, eu acho que o movimento estudantil, como eu falei nas questões acima e como a maioria das pessoas percebe, está enfraquecido. Eu acho que isso acontece principalmente por causa da evolução das “técnicas” de manipulação e exploração das classes dominantes, como a mídia e forma de fazer você pensar que terá sucesso profissional se esforçar-se. Sabemos que isso não é verdade. Em alguns casos, por mais inteligente e esforçado que você seja nunca conseguirá se desenvolver social e economicamente. Na verdade, o que essas técnicas focam é o crescimento econômico do indivíduo, já que é como se a sociedade perfeita é essa, basta você se esforçar. (Militante Universitário)

Com a participação política no ME os jovens militantes desenvolvem essa crítica em relação à mídia e outros instrumentos ideológico-dominantes que desempenham importante papel de disseminadores dos ideais capitalistas de lucratividade e desenvolvimento individual. Em sintonia com as falas das militantes está outra reflexão de Dussel sobre a midiocracia:

O jovem bombardeado pela midiocracia, pela moda, pela totalidade do mundo cotidiano imerso dentro do horizonte de uma sociedade capitalista, que impõe pelo mercado seus ideais de ostentação, superficialidade, dificilmente pode superar as exigências de aumentar sua riqueza para poder comprar e mostrar esses sinais caros (monetariamente) de diferença (diria J. Baudrillard). (DUSSEL, 2007, p. 38).

Tendo em conta essa percepção podemos afirmar que os impedimentos colocados pelo sistema capitalista se caracterizam como um forte elemento que dificulta a organização e participação coletiva da juventude, pois para manter sua lógica de acumulação vem destruindo ao longo dos anos importantes direitos conquistados pela classe trabalhadora; e que prejudica de sobremaneira a juventude, especialmente a pertencente às classes populares. Diante do quadro de dificuldade de mobilização dos estudantes frente a uma série de problemas, o ME se constitui como um importante espaço de formação política para os jovens, onde podem discutir e refletir sobre várias questões de ordem política, social, econômica ou cultural.

Conforme já discutido, as ações de Protagonismo Juvenil permitem aos jovens se colocarem como protagonistas das suas vivências se organizando na procura de caminhos que os levem a superar os problemas aos quais estão mais vulneráveis, construindo suas próprias histórias. Para Dussel, (2007) todo sujeito ao transformar-se em ator, ainda mais quando é um movimento ou povo em ação, é o motor, a força, o poder que faz história. (p. 121). Em face desta compreensão, destacamos que as ações de Protagonismo Juvenil vivenciadas no ME apontam na direção de uma educação para participação democrática para que os militantes possam exercitar suas capacidades políticas de pensar e falar e assim construir sua autonomia.

Os jovens, ao participarem de experiências militantes, começam a contestar os modelos hegemônicos; suas utopias são a construção de um novo modelo de sociabilidade. As utopias desses jovens estão na direção do pensamento de Mannheim (1972) que considera utópicas as orientações que transcendem a realidade e transformam-se em conduta capaz de abalar e romper as amarras e a ordem de coisas que prevaleçam no momento. Nesse sentido, os estudantes-militantes relatam também, em suas falas, que muitas vezes são chamados de sonhadores, que sua luta não passa de utopia. De acordo com a fala da militante:

... é uma realidade que quando você passa a conviver, você sente mais vontade de transformar isso, entendeu? De querer mudar e de querer conscientizar as outras pessoas, por isso que às vezes as pessoas... Ah! 'O que vocês tentam é uma utopia, é um negócio só'. Não é não, é real, e o estudante quando ele tiver consciência política de que isso pode ser realmente transformado. (Militante Secundarista Presidente da UESC).

Nossa reflexão segue no sentido de que este pensamento também é uma forma de desmobilizar e enfraquecer o movimento. Assim, segundo Mannheim:

Os representantes de uma ordem dada irão rotular de utópicas todas as concepções de existência que do seu ponto de vista jamais poderão, por princípio, se realizar. (MANNHEIM, 1972, p. 220).

Dessa forma os estudantes se sentem desestimulados e se desencantam, deixando de lado seus ideais e crenças, provocando assim a desmobilização e a falta de interesse da juventude em participar se voltando para questões de seu universo particular.

Os estudantes-militantes também citam alguns limites. Entre eles, falam da necessidade de união dos diversos grupos de jovens que participam de Movimentos Sociais, ou seja, da convergência das bandeiras de luta. Segundo eles, cada Movimento Social fica muito voltado para suas lutas específicas, e o Movimento ganharia mais força e adesão se esses grupos encontrassem bandeiras de lutas comuns.

E a dificuldade hoje a gente vê em Caruaru, é a da união desses Movimentos, desses segmentos se unirem, porque na realidade existe o ME que luta pela melhoria da educação. Existe o Movimento negro que quer acabar com o preconceito contra o negro, existe o Movimento LGBT, que quer acabar com o preconceito contra a homossexualidade e tal. E na realidade, os Movimentos em vez de se unirem, ver que isso é uma questão de transformação social, eles, aqui em Caruaru, vem se distanciando, e isso é perceptível. Dentro do ME mesmo, é difícil, por exemplo, da gente hoje achar uma bandeira que una o Movimento universitário com o Movimento secundarista... (Militante Secundarista Presidente da UESC).

E eu acho que dentro dessas causas, dessas lutas mais específicas, os Movimentos Sociais tem momentos que tem de convergir. Por exemplo, agora dessa luta do petróleo é nosso (Pré-Sal)¹⁰ foi uma riqueza imensurável que foi encontrada no nosso país e se os Movimentos Sociais, que são as pessoas que estão mais à frente, mais na vanguarda da luta, não se unirem para lutar, por exemplo, para que esse petróleo seja destinado para garantir as necessidades mais básicas da sociedade como: saúde, segurança, educação e tal, a gente não vai conseguir e é uma causa que atinge a todos esses grupos... (Militante Universitária)

10 A camada de pré-sal refere-se a um conjunto de reservatórios de petróleo mais antigos que a camada de sal.

Para os estudantes-militantes há uma necessidade urgente de unir forças para conquista de direitos historicamente negados a esses grupos, e essa desarticulação entre as bandeiras de luta é mais uma forma de provocar a desmobilização da sociedade de uma forma geral, e não só da juventude, favorecendo a manutenção do *status quo*. A percepção desses jovens nos remete ao pensamento de Marcuse quando ele diz:

...que as possibilidades utópicas não são absolutamente utópicas, mas antes representam uma determinada negação histórico-social do existente, a tomada de consciência delas – bem como a determinação consciente das forças que impedem a sua realização e que as negam... (MARCUSE, 1969, p 22)

De fato, a militância permite a esses jovens uma tomada de consciência em relação às forças que impedem que aconteça uma transformação social de fato e quais os mecanismos usados pelo poder hegemônico para manter sua dominação e assim desenvolvam ações que leve à superação desse modelo.

CONCLUSÕES

Esse trabalho nos possibilitou reconhecer como a juventude de Caruaru, vinculada ao Movimento Estudantil, atualmente se organiza, quais seus interesses e anseios, procurando desmitificar a ideia de que os jovens atualmente não participam e não se interessam por política. Percebendo como a partir das experiências militantes, esses jovens constroem uma consciência crítica e reflexiva, que os ajuda a perceber a realidade vivenciada como fruto de um longo processo histórico aliado à necessidade de se conhecer o passado como produtor de significações que resultaram no presente.

As nossas conclusões apontam que os estudantes-militantes ingressam na militância do ME devido às influências, principalmente, de amigos de escola que já fazem parte do movimento. Esse engajamento também acontece a partir do trabalho desenvolvido pelas entidades representativas dos estudantes em Caruaru.

Os estudantes do ME, a partir de suas experiências de militância política, desenvolvem conhecimentos, competências, além de definir valores, princípios e atitudes em sua bagagem intelectual e política para toda a vida. Um exemplo disso é como esses jovens têm um posicionamento diferenciado frente às questões atuais, e se organizam de diferentes modos e utilizam diferentes linguagens pra se comunicarem, se articularem. Por exemplo, muitos jovens da periferia de Caruaru se utilizam das letras do Hip-Hop para denunciar a violência e a ausência de direitos, ou usam o grafite para expressar sua arte, considerada por muitos como marginal.

Assim, o ME é um importante espaço de formação política para os estudantes-militantes, pois a partir das vivências nas assembleias, encontros, reuniões e

lutas os jovens experimentam diversas possibilidades de reflexão e discussão sobre os temas atuais numa perspectiva política. É importante lembrar que esses momentos coletivos também contribuem para alimentar a militância, pois muitas vezes nas lutas cotidianas os jovens se sentem desestimulados por não perceberem que as mudanças desejadas são possíveis.

No que se refere às vivências de Protagonismo Juvenil, o ME é um espaço privilegiado onde os jovens desenvolvem ações nas quais se colocam como protagonistas das suas experiências na busca por caminhos que os levem a superar os problemas por eles enfrentados no cotidiano. Dessa forma, as experiências de Protagonismo vivenciadas no ME permitem aos estudantes-militantes construir seus conhecimentos e valores a partir das suas próprias ações. Essas experiências de Protagonismo, além de contribuírem para o desenvolvimento individual dos jovens, influem efetivamente nos acontecimentos da vida comunitária e social, podendo gerar mudanças na realidade social na qual estão inseridos.

Podemos perceber que muitos são os desafios do ME. Entre eles está a necessidade de romper com os padrões impostos pelo sistema econômico vigente, que se utiliza de diversos meios para impor seu modelo de dominação e exploração, o que faz aumentar a cada dia o número de jovens expostos a situações de risco como: o consumo de drogas, a violência, o desemprego, a baixa escolarização, a dificuldade de ingressar no ensino superior, entre outros. Portanto, a participação dos jovens em movimentos coletivos é muito importante para vencer estes desafios e avançar na busca de uma nova relação social, econômica, ambiental e cultural. Portanto, a agenda política do presente avança em relação ao ME da década de 1960 na medida em que contempla as questões de gênero, raça, diversidade sexual, etc.

A partir desse estudo, podemos concluir que a juventude tem buscado novos modelos de atuação, como através da internet, que é um ambiente de militância política forte. O espírito revolucionário continua presente e impulsiona-os a contestar os padrões que vão contra suas concepções políticas. Enfim, a militância dentro do Movimento Estudantil é um fenômeno educativo de grande importância, que contribui para uma educação cidadã, baseada no respeito e na solidariedade, formando jovens atuantes e preocupados com as questões sociais que afligem o nosso tempo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARENDT, Hanna. *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2001.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

BENEVIDES, Silvio César Oliveira. *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil*. São Paulo: Annablume, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Vol 1. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

COSTA, Cristina. *Caminhando contra o vento: Uma adolescente dos anos 60*. São Paulo: Moderna, 1995.

DESLANDES, Suely Ferreira. et. al. (2008), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 27ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DUSSEL, Enrique. *20 Teses de Política*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAGE, Allene Carvalho. *Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal*. Volume 1 – Dissertação de Doutorado. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2005.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MARCUSE, Herbet. *O Fim da Utopia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Identidade, Cultura e Política: os Movimentos Estudantis na Contemporaneidade*. Dissertação de Doutorado. Orientador: Salvador Antônio Mireles Sandoval. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem: historia da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SALES, Ivandro da Costa. *Ainda é possível tomar gosto pela política? Os desafios para uma Gestão Democrática*. In: SABERES- Revista do Observatório dos Movimentos Sociais. Ano I- nº 01, Jul./Ago./Set./Out. 2008, p.183-194.

_____. *Saber e Poder : elementos de teoria e de metodologia*. Recife: COMUNIGRAF, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os Conflitos Urbanos no Recife: O Caso do "Skylab". In: *Revista Crítica*, nº 11, maio, p. 9-59. Coimbra: CES, 1983.

VELOSO, Caetano. *Verdade Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ENTRELAÇAMENTOS ENTRE CAMPO DE POSSIBILIDADES E TRAJETÓRIAS DE VIDA: a questão da escolarização dos jovens no interior de Pernambuco

Mauricio Antunes Tavares¹

49

ESTUDOS - Estudos Universitários

Introdução

Este artigo trata do entrelaçamento entre trajetórias de vida e campos de possibilidades. Ele traz parte da pesquisa que realizei em um pequeno município do Sertão de Pernambuco², onde mirei as práticas sociais e trocas simbólicas que entrelaçam a vida dos jovens que moram no campo e na cidade, para compreender as interdependências que há entre as trajetórias individuais e os campos de possibilidades, noção tomada de Norbert Elias. Busquei, com isto, revelar as implicações de viver no “rural” ou no “urbano”, no modo de vida e na visão de mundo dos jovens. Neste artigo faço um recorte para examinar as trajetórias escolares dos jovens, procurando situar estas trajetórias individuais face às mudanças sociais que vêm ocorrendo no mundo rural e urbano contemporâneo.

Existe na teoria de Elias uma noção de *campo de possibilidades* que circunscreve as formas de ser e de agir dos indivíduos. No sentido proposto por Elias, um campo de possibilidades não se refere apenas às estruturas sociais do lugar. São as relações sociais que conformam espaços-situações em movimento, maleáveis, que abrem e fecham saídas, conectam e desconectam pessoas e lugares de acordo com as relações de interdependências incessantes entre as pessoas e o mundo que as cercam. Dependendo da forma como se configuram as redes sociais, o lugar onde se vive pode ter suas fronteiras expandidas, ou limitadas às estruturas sociais locais; as oportunidades de trocas materiais e simbólicas podem aumentar ou diminuir, em reação a diferentes formas de configuração das redes sociais.

¹ Dr. Mauricio Antunes Tavares. Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). E-mail: mauricio.antunes@fundaj.gov.br.

² Esse município chama-se Ibimirim, está localizado a 323 km de Recife, no Sertão do Moxotó, e na época tinha cerca de 27 mil habitantes, praticamente a metade vivendo no perímetro urbano (dados do IBGE: Censo 2000 e Contagem Populacional 2007).

As influências que emanam dessas interações sociais ampliam as possibilidades dos indivíduos se diferenciarem entre si (ELIAS 2005a).

Nisto, a perspectiva aberta por Elias traz a possibilidade de considerar como que os indivíduos jovens se diferenciam de seu grupo social, olhando para as redes sociais que os jovens formam, para os lugares que freqüentam, para as influências que recebem de dentro e de fora de sua família, amigos, vizinhos, e para as diferentes formas de relações que os jovens estabelecem, diferentes também em virtude dos aspectos psicossociais de cada um. Os jovens, no anseio por conhecer o mundo e conquistar autonomia, podem expandir as margens ou ocupar os interstícios dos lugares sociais onde vivem e, com isto, reinventar trajetórias dissonantes de seu grupo social. Ou, por outro lado, podem ficar ancorados no lugar social de origem, confirmando os limites que cerceiam a vida das gerações mais velhas.

Diferentemente de Bourdieu, para quem a questão da “juventude” é uma forma de escamotear os conflitos sociais mais “fundamentais”, como os que opõem as classes sociais, ou os que opõem imigrantes e europeus³, Elias toma outro rumo, considerando a questão geracional como um problema social de diferenciação entre as gerações – que não apagam os demais conflitos, nem submergem diante deles –, e, simultaneamente, como questão individual, ligada aos anseios e necessidades de diferenciação individuais (ELIAS, 1997). A «necessidade de significação da vida», que Elias atribui à questão das novas gerações, remete-nos a considerar a posição singular do jovem no mundo, em termos objetivos e subjetivos: este se vê diante de um mundo já construído no passado, mas ao mesmo tempo o seu mundo, incorporado pelos processos de socialização. Diante desse mundo ele deve posicionar-se, construir uma visão de mundo própria que o ajude a trilhar os caminhos que precisa para se estabelecer na sociedade.

Esta perspectiva é aberta por Elias quando ele questiona os efeitos que o conceito de socialização produz no entendimento dos processos sociais pela sociologia. O conceito de socialização, afirma Elias, é tomado na sociologia como se tratasse de um processo de mão única – a socialização como a modelagem dos infantes pelos adultos –, e é aí que reside a limita-

3 Neste sentido, concordo com a crítica que Charlot faz a Bourdieu, segundo a qual, apesar de negar o sujeito da filosofia clássica – livre e racional –, Bourdieu, no entanto, faz do *habitus* um tipo de “psiquismo de posição”, pensado unicamente a partir da posição social do indivíduo. Se o *habitus* é “incorporação”, ou seja, internalizado, é o exterior que dá inteligibilidade ao interior. Sendo assim, onde está o sujeito? Charlot admite que uma distensão desta posição foi ensaiada por Bourdieu na obra *A Miséria do Mundo*, quando ele admitiu que “as estruturas mentais não são mero reflexo das estruturas sociais”. De um lado, admite a força do desejo interior: “a ilusão é determinada desde o interior a partir das pulsões que impelem a investir-se no objeto”. Porém, de outro lado, enquadra esse desejo, prendendo-o a “um universo particular de objetos socialmente oferecidos ao desejo”. Assim, para Bourdieu, “o desejo se manifesta somente, em cada campo [...], sob a forma específica que este campo lhe assinala num momento dado do tempo [...]” (BOURDIEU, 2003: 592-3). É por isto que Charlot diz que podemos considerar que cada entrevista individual que figura nessa obra de Bourdieu (*A miséria do mundo*), representa uma posição de um grupo social, e que mesmo aí Bourdieu continua desenvolvendo uma sociologia das posições dos grupos sociais (CHARLOT, 2000: 35-9).

ção desse conceito, o seu “quê” de determinismo social. Elias vai tratar da “ligação entre as experiências e formas de conduta das gerações mais jovens” e o “edifício de regras dos adultos”, partindo dessa crítica ao conceito de socialização. O conceito induz ao erro interpretativo por escamotear as tensões criadoras de novos padrões de pensar e agir, porque esconde o sentido inverso da influência dos novos sobre os mais velhos. É preciso aceitar o fato de que os filhos também socializam os pais, que os mais jovens criam novos comportamentos e novas ideias e semeiam o novo no mundo em que são socializados, diz Elias (1997, p. 242-3). A modificação desse conjunto de regras do mundo adulto pelos mais jovens leva à criação de novas “verdades”, renovam as tradições e produzem deslocamentos nos padrões de comportamento e de pensamento social, processo que também vai influenciar o mundo dos mais velhos.

Dentro desta perspectiva, o estudo de trajetórias individuais interessa à sociologia, não por um suposto caráter exemplar ou de excepcionalidade que se possa atribuir à vida de determinadas pessoas, mas porque ele pode contribuir para o estudo das mudanças sociais, trazendo à tona os efeitos variáveis das mudanças sobre os grupos sociais, demonstrando que as formas de entrelaçamento entre a vida pessoal e o campo de possibilidades do qual cada um participa, podem resultar em variações na composição dos grupos sociais.

OS JOVENS E AS MUDANÇAS DA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Quando se fala de juventude, ou de jovens, no Brasil, imagens diversificadas podem emergir, muitas vezes contraditórias entre si. Desde aquelas que vão associar o jovem à violência, até as idealizações da “juventude rebelde”, ou “revolucionária”, ou “transviada”, dependendo de quem as usa e para que as utiliza. Essas imagens emergem de várias fontes – da mídia, dos acadêmicos e especialistas, dos movimentos sociais, dos políticos, das famílias e dos próprios jovens –, conformando conceitos, como o desemprego juvenil, a violência juvenil, a exclusão juvenil, a cultura juvenil.

Essa adjetivação de fenômenos sociais é capturada e distorcida pela indústria da comunicação, que reduz e simplifica questões complexas, ajudando a criar estereótipos sobre alguns grupos sociais considerados como “classe perigosa” pelas elites conservadoras, como é o caso dos jovens que moram nas favelas. Mas quando a indústria da comunicação fala em juventude, a tônica do discurso muda, usando imagens que relaciona a juventude à beleza, à agilidade, à saúde, à criatividade e disposição para aceitar mudanças e enfrentar riscos. A juventude é assim apresentada como estilo de vida, como *ideal de prazer*, e, por isto, como uma “necessidade”, para atrair as pessoas que vivem sob uma *moral do trabalho* sobrevalorizada – é preciso saúde para ser *workaholic* –, e em uma so-

cidade em que antigas formas contratuais, do matrimônio às relações de trabalho, se tornaram menos estáveis e duradouras – é preciso ser aceitar a velocidade e instabilidade das coisas (COSTA, 2004).

Estes dois pólos opostos dos discursos sobre o jovem e a juventude revelam o paradoxo que contamina esse debate no Brasil: a juventude pode ser amada e desejada – transformada em mercadoria adquirida nas academias, farmácias, clínicas, etc. –, enquanto que os jovens podem ser odiados e temidos. Estes últimos, fundamentalmente, são os que vivem nas favelas e periferias das grandes cidades.

Reconhecidamente, a grande maioria dos estudos sobre jovens e juventudes no Brasil versa sobre a parcela desses que vivem nas grandes cidades. São esses que “alimentam” muitas pesquisas, com abordagens variadas de acordo com o viés que os pesquisadores consideram como sendo o melhor ângulo de observação da “questão da juventude”. Algumas focalizam a criminalidade e a delinquência juvenil, outras, a exclusão social dos jovens em várias dimensões – educacional, cultural, do mercado de trabalho etc. –, e ainda há as que lançam olhares sobre aspectos da socialização, ou sobre as culturas juvenis, estilos de vida etc.

Nos estudos que versam especificamente sobre o “jovem rural”, essas associações negativas entre juventude, criminalidade e violência quase que desaparecem por completo. É como se aos jovens rurais fossem coladas imagens de uma vida rural idílica, por proporcionar maior contato com a natureza: a vida é mais calma, as pessoas mais simples, o ambiente menos competitivo, portanto, imagens contrapostas à vida urbana das grandes cidades. Em contrapartida, nas pesquisas sobre o jovem rural crescem as referências à exclusão social, denunciada pela “invisibilidade” desses jovens para as políticas públicas (DURSTON, 1998).

Porém, na vida real, os “jovens rurais” também sofrem discriminações relacionadas com a sua identificação com as “classes perigosas”, especialmente quando o lugar onde eles moram é conhecido como “Polígono da Maconha”, como acontece com jovens de Ibimirim, onde a pesquisa foi desenvolvida⁴. Assim como os jovens das favelas, eles também podem ser discriminados, temidos, presos, ou mortos.

No entanto, quando os pesquisadores falam em “juventude rural”, ou em “jovem rural”, a quem exatamente eles estão se referindo? Se a referência utilizada for o lugar de moradia, o endereço, como faz o IBGE nas pesquisas demográficas, então “jovem rural” é aquele que vive em sítios, en-

4 Nomenclatura pejorativa, criada pelos agentes da segurança pública e corroborada pela mídia, para se referir ao território dos municípios onde se produz maconha, na região do Submédio São Francisco e entorno. Em virtude das estratégias do narcoplantio, de movimentar a produção para burlar as forças de repressão, os limites desse “polígono” são variáveis e, por isto, a cada momento um novo município pode ser considerado como parte desse território de conflito.

quanto que o jovem que mora no perímetro urbano da cidade ou em vilas, independentemente do tamanho, é um “jovem urbano”. Mas, se for para acompanhar as tendências que criticam essa forma de classificação, então, os municípios pequenos – a questão do tamanho também é controversa –, cuja dinâmica econômica estivesse vinculada à produção agrária, poderiam ser classificados como “cidades rurais” e, conseqüentemente, todos os residentes também o seriam.

Porém, as relações entre campo e cidade vêm atravessando transformações profundas com a intensificação das trocas materiais e simbólicas proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico e científico, e isto dificulta ainda mais as tentativas de classificar os espaços sociais, quando as relações sociais que os fazem se alteram. As relações campo-cidade, no Brasil já começaram confusas, ainda final do século 19 e início do 20, quando uma classe de ricos proprietários rurais passaram a viver nas cidades brasileiras reproduzindo modos de vida urbanos do Velho Mundo. Neste sentido, é correta a afirmação de que um estilo de vida “pode se difundir fora da sociedade global em que se originou, desprendido dos fatores que o fizeram nascer – no caso, o processo de industrialização” (QUEIROZ, 1979: 171 ss.). Isto indica que as formas de se perceber e de se vivenciar o espaço social são diferenciadas entre os grupos sociais que coabitam nele. Mas indica também, que em cada lugar há uma oferta de signos e significados diferenciados sobre aquele lugar, e que estas variações significativas não existem em estado puro, mas são influenciadas umas pelas outras, gerando diferentes sínteses, de acordo com as experiências e conhecimentos de cada um dos grupos que coabitam.

O espaço social “em si mesmo”, ou seja, suas estruturas, sua geografia, sua paisagem, não são determinantes únicos das formas de percebê-lo e vivenciá-lo por aqueles que o habitam ou que o conhecem; há que considerar, também, as “diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade” (TUAN, 1983, p. 9). Até mesmo o sentimento das pessoas em relação à grandeza do espaço vai depender do repertório de espaços conhecidos através da experiência. Para alguém que vive em sítio, a cidade pequena pode representar o espaço da liberdade e a cidade grande a ameaça. Esta percepção pode se chocar com a percepção de um morador da cidade pequena, que pode senti-la como espaço de controle, de restrição da liberdade, resultante do interconhecimento e das formas de controle social sobre os comportamentos individuais. A cidade grande pode ser percebida como espaço de liberdade individual, onde o coletivo exerce formas mais despersonalizadas de controle social sobre as pessoas; mas também pode ser percebida como espaço de aprisionamento, seja por falta de recursos para experimentar os espaços culturais e de lazer da cidade, seja por medo da violência. As pessoas que assim percebem a cidade grande tendem a buscar nas áreas rurais o seu espaço de liberdade, enquanto que alguns outros que moram no rural podem sentir o contrário em relação ao lugar onde moram, Enfim, “O lugar existe em escalas diferentes” (TUAN, 1983, p. 165).

Desta forma, seja na cidade seja no campo, o “lugar” expressa uma hierarquia de valores próprios e diferenciados entre os distintos estratos sociais. Em Ibimirim, as residências dos mais pobres acompanham as margens do Rio Moxotó, no perímetro urbano, e a rodovia que liga Ibimirim a Floresta, ou seja, na parte *baixa* da cidade moram os que estão por baixo na pirâmide social. As vilas que formam o conjunto do Poço da Cruz – Vila Mecânica, Vila do Comércio e Vila do Hospital –, que na época em que abrigavam os trabalhadores do DNOCS expressavam uma hierarquia de profissões, hoje todas elas têm pouco prestígio por ser lugar de moradia de pescadores os quais, na hierarquia local, são menos prestigiados do que os agricultores, pois são mais pobres.

O povoado de Campos, embora tenha a vantagem de estar localizado à margem da rodovia que vai para Arcoverde, é área indígena e sofre com o estereótipo que associa os índios à produção de maconha. O povoado de Puiú, em virtude do seu isolamento, tanto em relação à Ibimirim quanto em relação a outros municípios, não é considerado, pelos jovens entrevistados, como um bom lugar para morar pois é *isolado, distante de tudo, onde só ficam os velhos e quem não tem perspectiva*.

Os povoados de Moxotó e Jeritacó, também são distantes da cidade: ficam a 25 e 35 km de distância de Ibimirim, respectivamente, sendo a maior parte do caminho em estrada de terra. No entanto, ambos têm maior prestígio do que os povoados anteriores, e do que as agrovilas também, seja por serem mais populosos, seja porque guardam as memórias de um passado – do início do séc. 19 até meados do séc. 20 –, em que a vida social local era mais pujante que a de Ibimirim, quando eram, respectivamente, sede do município e de distrito, enquanto Mirim, como Ibimirim era chamada na época, não passava de uma fazenda.

Entre as agrovilas do Perímetro Irrigado, essa hierarquia também está presente. A Agrovila 3, devido ao envolvimento de alguns moradores com o plantio de maconha, é a menos prestigiada. As agrovilas 1 e 4 detêm maior prestígio; a 1 por já estar integrada ao perímetro urbano e a Agrovila 4 por ser a maior de todas, com mais de 300 famílias, e também por estar localizada à margem de uma rodovia asfaltada. As agrovilas 5 e 8 estão em ascensão desde que seus moradores demonstraram maior organização e força política, ao ganharem a eleição para a diretoria da Associação dos Irrigantes – atualmente a responsável pela gestão do projeto de recuperação do perímetro irrigado –, derrotando a gestão anterior constituída, principalmente, por agricultores da Agrovila 4.

Essa hierarquia de lugares é a prova de que no campo também vale o que se constata na cidade: “O endereço faz a diferença: abona ou desabona, amplia ou restringe acessos” (NOVAES, 2006, p. 106).

O caminho que estou seguindo é o de demonstrar as implicações do lugar sobre o campo de possibilidades de escolhas das pessoas, por um lado, as suas influências na “determinação” da gama de opções de escolhas e, por outro lado, as estratégias com que as pessoas conseguem alargar esse campo para suplantar as limitações do lugar. Tomo esse conceito de campo de possibilidades da obra de Elias para compreender melhor as variações nas trajetórias de vida de jovens filhos de agricultores sertanejos, para entender, por exemplo, os motivos que levam os jovens a continuar ou a desistir de se tornarem agricultores. Para isto é preciso entrelaçar os aspectos relativos ao “modelo de desenvolvimento” de cada configuração social – e de suas subconfigurações –, às formas de socialização e de sociabilidade dos jovens do campo e da cidade, e aos aspectos subjetivos do processo de amadurecimento do ser social, como a busca dos jovens por autonomia; as expectativas que constroem para as suas vidas; os sonhos, os desejos, os gostos, as aptidões.

AS TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE JOVENS DO CAMPO E DA CIDADE EM IBIMIRIM

A questão das distâncias entre lugares rurais e a sede do município também pode provocar o retardamento da trajetória escolar em razão da falta de transporte para o deslocamento, como aconteceu com Kelly, jovem moradora do Puiú. Puiú conta apenas com escola que só oferece as primeiras séries do Ensino Fundamental. A partir da 5ª série, a alternativa é de estudar na cidade. Kelly ingressou na escola com mais de 8 anos de idade, justamente para evitar que ela fosse estudar na cidade antes de completar 12 anos. Ainda assim, sua mãe considerava-a muito nova para enfrentar diariamente uma hora sobre um pau-de-arara para estudar. Ela contou sobre quando repetiu o ano porque o motorista, dono do caminhão, ficou muito tempo sem receber o pagamento pelo transporte e deixou de levar os alunos à escola dois meses antes de terminar o ano letivo; e a escola, sem abrir mão de seus prazos e ritos, reprovou os alunos “faltosos”. Outro ano, para não acontecer o mesmo, os alunos pagavam R\$ 3,00 por dia que utilizavam o transporte para poderem ir à escola. Também contou sobre as noites de frio que passavam no inverno na boléia do caminhão, a esperar que as águas dos rios temporãos baixassem para o caminhão poder passar.

Devido a essas dificuldades, algumas famílias com um pouco mais de recursos mudam-se para a cidade ou para um lugar mais acessível a fim de proporcionar melhores condições para seus filhos estudarem. Este foi o caso das famílias de Joana e de Alice, que deixaram o sítio para morar na Agrovila IV; da família de Nilton, que trocou a casa na Agrovila IV com a casa em que morava o avô, na Agrovila I, junto à cidade, para que ele pudesse freqüentar o Ensino Médio, como também é o caso da família dos irmãos Vando e Evaldo, que deixou o sítio à beira do açude e se mudaram para a cidade quando tiveram que fazer o Ensino Médio.

Márcio também mora muito distante da cidade, no povoado Poço-do-Boi. No entanto, narra orgulhosamente como superou as dificuldades que enfrentou para estudar na cidade, e como se tornou um dos alunos pioneiros no transporte dos estudantes naqueles anos finais da década de 1990:

Eu comecei praticamente logo no início desse transporte de aluno. Aí começou muito cheio, muito cheio mesmo o carro ia. Saía daqui de 5 horas da tarde pra ter aula 6 horas. A gente começou e começou a passar de ano e já começou as coisas a melhorarem, mas assim mesmo sempre pro lado dos alunos era apertado o lugar no carro. A gente passou da F10 que era 14 alunos e passamos pra uma D20. Aí com a D20 passou pra 28 alunos. Andava 28 alunos em cima de uma D20. Era muito cheio, cheio que era gente que andava pendurado. Mas com o passar dos anos a coisa foi começando a melhorar e começamos com uma F4000, um caminhão. E a turma sempre aumentando todo ano, e todo ano aumentando muito mais aqui. E graças a Deus eu não me arrependo não. Porque me esforcei e graças a Deus consegui. Se eu tivesse desistido no meio do caminho tava pior. Aí eu fui trabalhar em Arcoverde. Passei 2 anos trabalhando fora, aí me atrasei um pouco, mas depois recuperei e consegui terminar. (Márcio, 25 anos, agricultor, Poço do Boi, Ensino Médio completo).

No caso de Márcio, é evidente, em sua narrativa, a associação entre o esforço e a recompensa do esforço envidado, com a progressão no sistema escolar. Para Márcio, como também para Nilton, jovens com trajetória escolar bem-sucedida, a migração temporária foi motivo de atraso na escolarização, mas não foi motivo suficientemente forte para que abandonassem os estudos antes de completar o Ensino Médio.

Márcio, assim como Julio, é agricultor, pescador e criador de caprinos e ovinos. Ambos moram muito distante da cidade, mas cada qual teve uma trajetória escolar bem diferente. Márcio e Nilton completaram o Ensino Médio, mas Caio Neto e Julio pararam nas séries iniciais do Ensino Fundamental. À semelhança de Caio Neto, Nilton também é agricultor irrigante. Ambos têm na cultura da banana a principal fonte de renda, além de milho, feijão e outras culturas também voltadas para o autoconsumo. Ambos moram na Agrovila 1, localizada na zona urbana da cidade. Então, apesar de compartilharem situações sócio-econômicas, culturais e geográficas bem semelhantes, as trajetórias escolares desses quatro jovens apontam para dois sentidos diferentes.

Enfim, esses 4 jovens vivem num contexto sócio-cultural bem semelhante. Até mesmo partilham valores comuns: entre os 4 há o reconhecimento da educação familiar como a que ensina o trabalho, o respeito, a responsabilidade, enfim, valores e comportamentos adequados e dignos segundo uma ética do trabalho de inspiração cristã; há a mesma valorização da família, do trabalho e da terra como valores éticos imprescindíveis à pessoa. O capi-

tal cultural familiar, inclusive no tocante à escolarização dos pais, também os aproxima. No entanto Caio Neto e Júlio repetem as trajetórias escolares de seus pais, enquanto Márcio e Nilton não repetem a mesma trajetória escolar, embora continuem na agricultura. Como explicar essas trajetórias escolares tão diferenciadas em contextos tão parecidos?

Caio e Júlio não expressaram a necessidade de buscar novos conhecimentos para trabalhar na agricultura. Tudo o que aprenderam sobre agricultura teve origem primeiramente no conhecimento transmitido pelo pai ou avô e pela experiência de cada um – *apa-nhando é que se aprende*. Caio e Júlio foram “liberados” pelos pais da obrigação de estudar, cuja escolaridade é baixa, no caso dos pais de Caio, ou nenhuma escolaridade, como os pais de Júlio. Essa liberação veio depois de confirmada a trajetória malsucedida dos filhos na escola, como um reconhecimento de que o filho *não tem cabeça boa para os estudos*, como afirma Caio. E isto não era considerado como um problema pelos jovens, convencidos de que estavam de que não precisariam ter mais conhecimentos para serem agricultores, ou para trabalharem na construção civil, como Caio, ou ainda como Júlio, cuja opinião sobre o campo é de que *esse é o lugar do fraco mesmo*. Em suas experiências, o saber escolar é secundário.

Em contraste com esses dois, Nilton e Márcio estudaram até completar o Ensino Médio. Nilton migrou para Guarulhos onde trabalhou em uma metalúrgica. Conseguiu esse trabalho porque tinha completado o Ensino Fundamental, senão não conseguiria. Márcio trabalhou na construção civil em Arcoverde, como carpinteiro e pedreiro, mas como autônomo e não empregado. Por conta dos cursos de associativismo que fez, Márcio foi convidado para integrar a diretoria de duas associações de produtores rurais. Márcio, repetidas vezes, utilizou a palavra conhecimento para falar de coisas que vem fazendo, diversificando as atividades. Nilton, que possui um lote no perímetro, desconfia de que a água poderá acabar novamente, o que poderia precipitá-lo, novamente, na aventura da migração. Embora de forma diferenciada, a escolarização ampliou as possibilidades de trabalho e melhorou as condições de suas vidas, tornando-se significativa em sua existência.

Assim, é possível perceber nesses casos a influência das experiências individuais que cada um teve na vida escolar sobre as suas trajetórias escolares. As experiências repetidas de reprovação e evasão marcam negativamente a visão de Caio e Júlio sobre a função e a importância da escolaridade na vida cotidiana. Sem desconsiderar as dificuldades enfrentadas para prosseguir nos estudos, quando o lugar de moradia é distante da escola e em contextos socioeconômicos que colocam os jovens em situações-limites em que é preciso lutar para “ganhar a vida”, também é necessário levar em conta as dificuldades que se apresentam para permanecer no sistema escolar sem alcançar progressão, o que, muitas vezes, pode transformar a frequência na escola em um exercício torturante de vergonha e frustração.

Felícia Madeira (1997) assinalou a necessidade de rever criticamente as interpretações que relacionam o fracasso escolar exclusivamente à pobreza, ou ao contexto socioeconômico ou, ainda, a fatores culturais, desconsiderando aspectos internos ao sistema educacional. Sua crítica revela que estes estudos pecam por não estabelecer um diálogo com a área educacional e por não rever o significado da relação escola/trabalho na ótica das famílias carentes. Pesquisando as trajetórias escolares nas classes populares, essa pesquisadora chamou a atenção para o fato de que os alunos permaneciam em média 8,5 anos no sistema escolar, para avançar somente até a 4ª série, denunciando aqueles que não tratavam o fenômeno da repetência em suas causalidades internas ao sistema escolar (MADEIRA, 1997, p. 91). Como constatou essa autora, não é pequeno o esforço que as famílias pobres fazem para manter seus filhos estudando, enquanto, no outro lado, o sistema escolar não retribui esse esforço e ainda responsabiliza o próprio aluno ou a família pelo mau resultado do jovem na escola.

Embora haja correlação entre trabalho precoce e escolaridade precária, “um não explica o outro, e também não podem, linearmente, ser tomados um como solução do outro” (FRIGOTTO, 2004, p. 211). E também porque, por outro lado, entre as famílias das classes trabalhadoras, não são poucos os que alcançam uma boa formação escolar mesmo trabalhando.

A experiência escolar negativa pode ser manifestada por uma queixa comum entre muitos jovens: a rotina escolar desinteressante. Muitos depoimentos apontam para a vivência do jovem no sistema escolar como rotina, como obrigação mais do que como aquisição de conhecimento.

Para Valter, que no começo dos estudos teve uma carreira escolar marcada por reprovações, desistências e brigas na escola, estudar era uma forma de *matar o tempo*, numa época em que não havia nada o que fazer na cidade. Depois de muitas idas e vindas, depois de ter vivenciado uma experiência educativa não-escolar, freqüentando um curso de Agente de Desenvolvimento Local, oferecido pela ONG chamada SERTA para jovens agricultores. Através desta experiência Valter começa a entender as razões do seu repúdio à escola, e, entendendo isto, descobre um novo caminho para estudar, desta vez conseguindo estabelecer pontes entre o saber escolar e a vida cotidiana. A escola, que antes era lugar de encontro, passa a ser reconhecida como lugar de construção do conhecimento, ainda que deficiente em suas práticas pedagógicas descoladas da vida.

Valter começou a encontrar as articulações entre o conhecimento e o “saber fazer” da agropecuária, começou a participar mais ativamente das aulas. Antes rotulado como “aluno-problema”, causador de muitas ocorrências de brigas na escola, notas baixas, reprovações e desistências, Valter contraria as expectativas que muitos professores e gestores constroem a partir desse olhar viciado que lê na ficha escolar e, até mesmo na aparência, o “perfil” do aluno, antes mesmo de ter uma relação mais próxima com ele.

Também para Pedro, a escola tornou-se um campo de batalha pelo conhecimento:

... às vezes eu gosto muito de entrar em debate na sala de aula, por causa das experiências que eu já tive no SERTA, naquela formação [...]. Eu sou um pouco crítico também. Gosto muito de criticar, principalmente na escola. Professor que não quer ensinar eu pego no pé. [...] Eu nunca vou ficar como antigamente não. Todo dia a gente adquire um conhecimento, todo dia a pessoa aprende alguma coisa e vai se desenvolvendo. (Pedro, 20 anos, instrutor em cursos de informática, completou o Ensino Médio, mora na cidade).

O conhecimento pelo qual eles batalham não é instrumental, não é conhecimento profissional, voltado ao mercado, não se aprende decorando formulas e datas. É um conhecimento para a vida, por isto não está distante da realidade. O que eles demandam é que a química, a biologia, a física e todas as outras áreas do conhecimento expliquem o mundo em que eles vivem e com isto, que ofereçam condições para serem utilizadas por eles, na vida real, fora dos livros, das provas, do vestibular.

Outros jovens entrevistados também buscam conhecimento, mas com outras motivações. Para Kelly, estudar é o caminho para sair do Puiú, “esperando emprego lá na cidade [...] porque aqui, se for ficar aqui, não tem perspectiva de vida”. O estudo é só o primeiro passo. É preciso acionar os parentes e conhecidos que moram em outros lugares para conseguir trabalho, ou pelo menos apoio oferecendo-lhes abrigo durante o período de procura de trabalho. Mas, se a escolarização é encarada como passaporte para sair, a falta de possibilidades reais para realizar esse intento pode gerar uma motivação negativa para o estudo, como essa jovem contou sobre amigas que pararam de estudar, e que justificaram a opção citando os casos de jovens que já terminaram e que vivem ali sem trabalhar. É o mesmo que Tito também expressou sobre jovens de Moxotó, onde ele vive: *“há muita gente lá que eu vejo falar assim que o cara que planta melancia, dá pra o cara sobreviver sem precisar estar se preocupando com estudo nem nada não. (Tito, 17 anos, agricultor, Moxotó, 3ª série Ensino Médio)”*

Assim, tomada sob essa ótica instrumental, de meio para conquistar um fim “maior”, para sair da agricultura, ou para migrar, a educação escolar passa a ser desinteressante, para os jovens que não assumem um projeto de migração ou de profissionalização fora da agricultura. Essa posição é reforçada, involuntariamente, pelos que investem nessa perspectiva de estudar para migrar. Cria-se, desta forma, um (con)senso comum, de que o investimento na escolarização só “compensa” para quem quer sair da agricultura.

Mas em meio à dinâmica de um processo de desenvolvimento, a educação pode ser acionada como diferenciador em qualquer local, reconhecida

como necessária para propiciar vantagens diante de situações de concorrência, como se percebe no discurso da jovem Rosa, de 19 anos, que havia retornado de um período de trabalho em São Paulo:

Quando você trabalha na agricultura nem precisa tanto você ter o estudo completo. Nem por exemplo, se você sair daqui pra Arcoverde, esses lugares assim que não são tão grandes. Mas se é uma empresa, não vai deixar de pegar uma pessoa estudiosa. Ela pode ter a experiência que ela tiver, mas se ela não tiver o estudo, por exemplo, que eu tenho, não vai deixar de pegar eu que tenho estudo pra pegar ela. Por isso que hoje em dia a melhor coisa que um pai dá pra um filho é o estudo. (Rosa, 19 anos, agricultora, Agrovila 1-cidade, 3ª série Ensino Médio).

Percebe-se que, nas narrativas das trajetórias escolares entram em cena diferentes situações e visões sobre a educação e sobre a relação entre a escolarização, o cotidiano e perspectivas de futuro dos jovens que vivem no campo e na cidade, e que estudam, em sua maioria, na cidade. Para uns, a educação escolar deve ser instrumental, voltada para o mercado e, conseqüentemente, toma o status de passaporte para o mundo. Para outros, a educação escolar é pouco significativa, embora sempre considerada importante, mas, na prática, sua importância fica restrita ao acesso à cultura letrada; enquanto que a educação “de casa”, aquela que ensina a viver – trabalhar com dedicação e ajuntar com honestidade –, é o modelo que fornece o conhecimento importante para a vida. E ainda, para outros, a educação escolar é vivenciada como uma das principais vias na construção do conhecimento e na consolidação do reconhecimento de si pela sociedade.

PARA CONCLUIR

Como uma das principais agências civilizadoras dos indivíduos na sociedade moderna, a escola faz parte do arsenal de possibilidades que essa sociedade oferece para formar os jovens e, simultaneamente, dá-lhes a possibilidade de criarem expectativas de satisfação pessoal. Mas também a escola, ao contribuir para ampliar o conhecimento e as possibilidades de desenvolvimento das capacidades individuais, contribui também para aumentar as possibilidades de frustração das pessoas, quando se confrontam com as situações de trabalho que não aproveitam, nem oferecem possibilidades para que desenvolvam talentos que não forem instrumentais do trabalho (ELIAS, 1994). A forma através da qual a experiência escolar será vivida terá muitas variantes devido a estruturas objetivas, ou condições subjetivas, conforme os casos, mas certamente influenciará os projetos e possibilidades para o futuro de cada um.

As análises desses depoimentos demonstram a insuficiência das explicações sociológicas que relacionam as trajetórias escolares à posição do grupo social – a localização geográfica; a pobreza; a associação entre trabalho e escola; a tradição familiar letrada ou iletrada; as relações de gênero. À distância e à luz de novos estudos sobre a escolarização, especialmente sobre as razões do fracasso e do sucesso escolar nos meios populares, a exemplo dos estudos de Charlot (2000) e de Lahire (2004), que apontam que as explicações sociais baseadas em termos de diferenças de “capital cultural” e de *habitus* familiares, utilizadas na explicação dos fatores que levam ao fracasso ou ao sucesso escolar, são insuficientes para dar conta da diversidade de situações empíricas.

Essas críticas falam das insuficiências das explicações baseadas na teoria de reprodução social, no entanto, não menosprezam as influências das condições de vida e dos universos simbólicos das famílias sobre as experiências escolares de seus filhos, mas apontam que seus limites são transpostos pela ação dos sujeitos criativos.

Para aqueles que moram distante da cidade, por exemplo, o transporte escolar precário é um dos fatores que interferem na experiência escolar. No entanto, as trajetórias escolares desses jovens mostram que, dentro de um mesmo grupo social, e até mesmo no âmbito de uma família específica, as trajetórias são distintas seja em relação às gerações passadas, seja em relação aos indivíduos da mesma geração. Essas trajetórias mostram jovens que apreenderam as regras da instituição escolar, as formas de estudar e progredir, as formas da relação específica do aluno com o universo escolar – os professores, os livros, as avaliações, os colegas. Enfim, elas mostram exemplos de variações individuais em configurações semelhantes, onde alguns aprenderam uma forma de sair-se bem, enquanto outros vão muito mal. É isto também que mostra a pesquisa de Lahire (2004) sobre o sucesso escolar em “contextos desfavoráveis”.

Os depoimentos dos jovens que resistiram e ainda resistem dentro do sistema escolar também ecoam nos discursos dos que desistiram de estudar: a falta de sentido na aprendizagem de conteúdos que, pela forma como são ensinados, parecem não ter relação com a vida atual; o tédio das longas horas vividas em estruturas sem recursos e avessas à interatividade; o cansaço de quem é obrigado a enfrentar duras condições para poder estudar e não consegue progredir nesse sistema; as frustrações que vêm de constatar que os que estudaram estão por aí “sobrando”, quando se espera que a educação seja uma forma de não “sobrar”. Assim, mesmo nos discursos dos jovens que estão na escola, pode-se perceber o *porquê* de muitos jovens apresentarem baixa escolaridade, suprimindo a falta, nesta pesquisa, de depoimentos mais contundentes desses jovens com baixa escolaridade. Para conhecer o sistema escolar, são os que permanecem na escola que forneceram os elementos para essa análise que fiz.

Este dispositivo metodológico de relacionar trajetórias e campos de possibilidades permitiu-me visualizar entrelaçamentos entre os aspectos relativos ao “modelo de desenvolvimento” daquela configuração social e às formas de socialização e de sociabilidade dos jovens do campo e da cidade, com as questões relacionadas à busca dos jovens por autonomia. Contribuiu para que eu pudesse visualizar melhor os limites e as possibilidades presentes nas estruturas sociais, e compreender as práticas sociais tanto na adesão às tradições passadas, quanto na dissonância, na rebeldia e na renovação destas práticas pelos jovens.

O resultado final alcançado neste movimento interpretativo forma um mosaico de imagens que revelam, por um lado, o alcance e o “peso” da origem social dos jovens, e por outro lado, as dissonâncias, as saídas, as variações nas formas de “manusear” as oportunidades e de forjar trajetórias distintas dentro de um mesmo grupo social, bem como para a variedade de situações do que conhecemos como rural e urbano. Com este procedimento foi possível iluminar os caminhos que influenciam a conformação das trajetórias individuais, a partir da identificação das forças centrífugas que levam à heterogeneidade, demonstrada através de trajetórias dissonantes em relação ao grupo social do qual o jovem faz parte, e as forças centrípetas que tendem à homogeneização na conformação de trajetórias de vida convergentes entre jovens de um mesmo grupo social.

É como a paisagem do Sertão, que num primeiro momento pode parecer monocromática, mas depois, quando se aprende a vê-la, enxerga-se uma infinidade de tons grises e de cores pastéis.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, R.; VANUCCHI, P. (orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e parti-cipação*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, pp. 75-88.

DURSTON, John. *Juventud rural em Brasil y México: reduciendo la invisibilidad*. Santiago do Chile: CEPAL, 1998. Disponível em: «www.cinterfor.org.uy». Acesso em: 18/02/2006.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

_____. *Os alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005a.

_____. *A peregrinação de Watteau à Ilha do Amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005b.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil. In: NOVAES, R., VANNUCHI, P. *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MADEIRA, Felícia Reicher. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão. In: MADEIRA, F.R.(org.). *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, pp. 45-134.

MANNHEIM, K. (1975): “O problema das gerações”, en: MANNHEIM, K., *Sociologia do Conhecimento*, vol. II, Lisboa, Ed. Rés.

_____. (1982): “O problema sociológico das gerações”, en: FORACCHI, M. M. (org.), *Mannheim*, (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 25), São Paulo, Ed. Ática.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZM-RECSÁNYI, T. e QUEDA, O. *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, pp. 160-176.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

WAIZBORT, Leopoldo. “A vida humana e a maturidade no processo de civilização”. *Anuário de Educação 1997/1998*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998, p. 59-75.

NARRATIVAS DA MEMÓRIA: Juventude Negra e Direitos Humanos em Belo Horizonte/MG

Silvia Regina Lorenzo de Castro¹

Até que os leões tenham seus próprios contadores de historia, as historias de caçadas irão sempre beneficiar os caçadores. (provérbio africano).

¹ Doutoranda em Literatura Luso-Brasileira, professora de Língua Portuguesa na Universidade do Texas/EUA. Mestre em Semiótica e Lingüística Geral (USP). Membro- fundadora da Comissão de Direitos Humanos do Aglomerado Santa Lucia – BH/MG. E-mail: silvalorenzo@gmail.com.

² Barragem Santa Lucia é uma das comunidades que formam o Aglomerado Santa Lucia, um conjunto de favelas localizado na Zona Sul da capital mineira. O Aglomerado tem uma população de aproximadamente 30 mil moradores. Além da Barragem, há a Vila Santa Rita de Cássia, a Vila Estrela e a Vila Esperança. Popularmente ele é conhecido como Morro do Papagaio.

³ Os nomes das equipes por si só merecem uma pesquisa; são eles: Ekimalandros, Ekimalucos, Ekipirados, Foragidos.

⁴ Pelé ganhou vários prêmios pela originalidade do seu trabalho estampado nos muros da Comunidade.

A juventude sempre encontrou formas diferentes e múltiplas de se expressar. Nos idos de 1990, diversos jovens do Aglomerado Santa Lucia – ASL – em Belo Horizonte/MG, reuniam-se em grupos de jovens ligados à Igreja Católica, e nos espaços de lazer conhecidos como o “som” (o “som do Zé Maria”, o “o som do Zé Pedro”, o “som do Ticaia”). Tratarei aqui de relatar a experiência e os desdobramentos da atuação de uma das organizações da juventude local. Refiro-me ao grupo de jovens JUBA – Juventude Unida da Barragem² – o grande e histórico mobilizador da juventude em todo o Aglomerado.

O JUBA é o responsável pela promoção das famosas *gincanas culturais*. Promovidas anualmente, e a cada versão com um tema diferente, as gincanas mobilizavam entre cinco a sete mil jovens, divididos em equipes³, torcedores e observadores. As equipes esbanjavam criatividade e contribuíram para tornar visíveis talentos como o artista plástico Fabiano Valentin (Pelé)⁴.

O sucesso era de tal ordem que a Gincana JUBA figurou como a alternativa de lazer mais saudável para a juventude do ASL e adjacência nos anos 90. O percurso do amadurecimento dos jovens envolvidos na gincana e o ambiente de violência e violação de direitos a que a população da favela está submetida foram fatores que estimularam a inclusão do tema “direitos humanos e cidadania” a figurar entre as tarefas divulgadas ao longo da primavera de 1995.

As equipes eram incentivadas a produzir esquetes, letras de música, painéis a serem espalhados pelos muros das casas em toda a comunidade, com mensagens verbais, visuais ou sincréticas, nas quais se divulgava o conteúdo da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Meses após a Gincana, os painéis decoravam os labirintos do Morro⁵ e suscitavam calorosos debates ente moradores. Atualmente, embora com atuação mais modesta, o JUBA reúne novos integrantes e tenta sobreviver às dificuldades e desafios de se promover outras edições da gincana.

UMA CULTURA DE DIREITOS HUMANOS

A notícia da existência de uma Coordenadoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, na então gestão do prefeito Patrus Ananias, levou a coordenação da gincana a procurar a então coordenadora D. Helena Greco⁶ a fim de buscar orientação para desenvolver o tema junto às equipes e à comunidade. Desse contato, resultou um programa de formação no qual seriam desenvolvidos, sob a ótica dos direitos humanos, os temas sugeridos pela própria juventude. Por unanimidade, no primeiro momento, venceu o tema da violência policial, pois havia um significativo número de relatos de casos de espancamento, tortura e/ou extorsão.

O programa, em forma de oficinas, durou seis meses. Os encontros eram abertos à comunidade e aconteciam aos sábados, no centro comunitário local. A equipe sentiu a necessidade de continuar com as discussões mesmo após o fim daquela etapa com a presença dos mediadores da Coordenadoria. Apareceram denúncias de violência contra a mulher, contra a criança e o adolescente, preconceito e discriminação raciais, entre outras violações. O passo seguinte foi a criação da *Comissão de Direitos Humanos do Aglomerado Santa Lúcia*. Importante ressaltar que a postura ética da equipe da Coordenadoria (2003-2006) foi elemento essencial para a atuação do grupo de maneira mais orgânica. A queda de assessores incentivou um pensamento autônomo e crítico nos participantes, e fomentou o espírito de auto-gestão para garantir os passos seguintes de acordo com as demandas locais.

Não raro, coordenadores e/ou assessores de projetos sociais – de órgãos públicos, ONGs ou do setor privado – dirigem-se às comunidades de favelas como se elas fossem o local da falta, da carência, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários. Assim, o trabalho dura apenas enquanto tal ou qual assessor está por perto. Nesse sentido, reitera-se a favela apenas como o laboratório experimental, como objeto de dissertações e teses; como estímulo a financiamentos nacionais e internacionais para ações de caráter assistencial que pouco ou nada contribuem para avanços na co-

5 A palavra Morro aqui é utilizada como sinônimo de todo o Aglomerado, em alusão a Morro do Papagaio.

6 Dona Helena Greco é um dos símbolos nacionais da luta por Direitos Humanos.

munidade. A experimentação assistencialista projeta seus mentores como aqueles/as que trabalham *para* os pobres, e não *com* eles. E eles são ainda parabenizados pela '*coragem em subir o morro*', mesmo que muitas vezes algum morador tenha que buscá-lo(s)/a(s) onde termina o asfalto.

Desde seus primórdios, 1996, a Comissão de Direitos Humanos foi responsável por numerosos empreendimentos, cujos efeitos serão sentidos ainda pelas próximas gerações. Uma dessas ações foi a promoção de uma cultura de direitos humanos e cidadania no cotidiano do Aglomerado Santa Lúcia. Cultura essa que nega o propalado discurso segundo o qual "direitos humanos é para defender bandido". A perspectiva construída pela Comissão defende que o conceito de direitos humanos está associado a três outras palavras, como disse Martin Luther King: *todos, aqui e agora*⁷. Sua voz ecoa um grito como que a dizer: "nós não queremos alguns direitos. Nós queremos todos os direitos. Nós não temos que nos mudar para um bairro para ter acesso aos nossos direitos. Nós queremos nossos direitos aqui, em nossa casa, em cada beco, em cada rua, na entrada e na saída da favela, na cidade toda. E, finalmente, nós não queremos esperar mais 20 anos. Nós queremos todos os direitos e nós os queremos aqui, já, neste momento. É disso que estamos falando".

NOVOS DISCURSOS, NOVAS PRÁTICAS

Até a década de 1980, a principal linha de atuação das lideranças comunitárias estava direcionada às demandas materiais, às coerções históricas, tais como a implantação de postes de iluminação, pavimentação de ruas e becos, construção de creches, escolas, centros de saúde, postos policiais, instalação de hidrômetros. Portanto, coube à geração seguinte outro plano de atuação, por vezes aclamado, por outras vezes, intensamente criticado, devido à "ausência de construções de tijolo, cimento e areia". Trabalhar com a formação de sujeitos capazes de ler o mundo criticamente, capazes de entender sua identidade e de vislumbrar perspectivas futuras requer tempo, essa importante entidade que o candomblé tanto sabe valorizar.

Para a polícia era muito estranho encontrar, pelas ruas do morro, jovens negras e negros citando artigos da constituição, solicitando ao policial que não escondesse sua etiqueta de identificação, anotando placas de viaturas e indagando sobre a truculência com que as "batidas" eram realizadas. Não é de se estranhar que ao ser questionados quanto à atuação distorcida, no quesito segurança pública, muitos policiais teimavam em anunciar prisões por desacato à autoridade, deslegitimando o direito de ir e vir dos moradores.

Entretanto, a atuação questionável da polícia no Aglomerado contribuiu para o seu próprio descrédito na comunidade, e fez com que os moradores

7 MLK: Martin Luther King Jr. Tapes (CD) com seus principais discursos (1994).

se tornassem valiosos parceiros da Comissão ao longo dos anos. Houve avanços? Sim, com certeza. Ainda há questionamentos? Sim, também certamente. Por isso, o trabalho segue. E segue, sobretudo, porque a perspectiva universalista segundo a qual *direitos humanos são para todos*, não é suficiente. Um jovem que mora em uma favela terá tratamento diferenciado ao preencher uma ficha para emprego, se comparado a um que mora em bairro. Assim como um jovem negro e um branco, embora morando na mesma favela, terão tratamento diferenciado, se o empregador preferir lançar mão o eufemístico “aparência melhor” na hora de contratá-los. Da mesma forma, mulheres ainda recebem tratamentos desqualificantes que variam da invisibilidade ao estigma. E as desigualdades seguem a todos/a que pertencem a grupos historicamente em desvantagem. Por isso, tratar de direitos humanos é pressupor que as pessoas têm demandas diferenciadas e não podem simplesmente ser tratadas sob o código da falta. Falar em direitos humanos é falar em identidade e alteridade, é afirmar a diversidade e torná-la algo positivo. Nesse contexto, a afirmação da identidade racial foi um dos pilares da perspectiva que os jovens do Aglomerado Santa Lucia construíram ao longo dos anos de atuação da Comissão, contrariando muitos/as ativistas em direitos humanos que se negam a colocar tal assunto na pauta de suas ações.

IDENTIDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

No interior de uma favela, questões de identidade racial, promoção da igualdade e luta contra o racismo não comportam uma abordagem fácil. A falsa ideia de que em ambientes pobres todas as pessoas sofrem apenas discriminação social é um entrave à discussão. Embora o senso comum afirme que brancos e negros passam - igualmente - por preconceitos sociais porque moram em favela, o cotidiano de um jovem negro/a e de um jovem branco pode ser totalmente diferente, embora ambos morem no mesmo beco. Em uma briga doméstica, por exemplo, um vizinho não se furtará em atribuir uma série de apelidos racistas ao seu oponente porque ele/a sabe que aquela é uma forma de ferir o outro, se ele for negro/a. Pesquisas na educação infantil apontam que crianças negras sofrem com experiências racistas independentemente de sua condição econômica⁸. Na fase adulta, profissionais negros e brancos embora com a mesma qualificação são ‘convidados’ a ocupar cargos desigualmente remunerados, sob os mais variados argumentos.

Para os integrantes da Comissão, muitas questões passaram a ser entendidas a partir do momento em que foram apresentados/as ao tema das relações raciais, com questões ligadas às cultura e história africanas e afro-brasilei-

8 Ver. CAVALLEIRO, Eliane. *Do racismo do lar ao racismo escolar*: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

ras. Informações sobre como se deu a contribuição dos diversos povos para a formação do Brasil – somadas à compreensão da situação contemporânea da população negra em nosso país – levaram os jovens a estabelecer outras dinâmicas de relacionamento com o próprio corpo, e pensar o mundo a partir de outras perspectivas políticas, culturais e históricas. Cruzaram-se as categorias semânticas classe, raça e gênero e descobriu-se que o racismo é um traço estrutural das relações raciais e que mesmo em um ambiente de favela no qual, teoricamente, as pessoas se encontram no mesmo patamar de exclusão, a relação entre pobreza e pertencimento racial se repete de maneira assustadora. Ou seja, brancos pobres podem alcançar níveis de mobilidade social com menos dificuldade que negros, o que indica um fracasso coletivo quando se trata de prover serviços de qualidade à população negra em todos os sentidos.

Não bastasse isso, a população negra ainda convive com fatores não-econômicos somados ao baixo autoconceito que lhes tiram energia para reagir às formas cotidianas de racismo, fator conhecido como ‘racismo institucional’. Por outro lado, jovens brancos aprendem desde cedo que ser branco traz muitos privilégios e que é possível manipulá-los para fugir da pobreza. Cotidianamente, ambos – jovens negros e brancos – recebem as mesmas mensagens pelos meios áudio-visuais. Enquanto jovens negros se vêem representados nas piores imagens, os jovens brancos são bombardeados por imagens nos quais a brancura é sempre associada a beleza, inteligência, suavidade e limpeza. Não é difícil concluir, nesse sentido, que o racismo afeta psicologicamente todo o grupo, e não apenas o jovem negro, como se costuma pensar. Se o jovem negro se vê limitado a certos lugares sociais, o jovem branco, mesmo quando pobre, goza de uma certa mobilidade, fruto de seu pertencimento ao grupo branco, ideologicamente dominante na sociedade brasileira, conforme atesta Bento (2000:27) “mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa.”

O PROJETO MORROARTE

Importante momento de construção de novas perspectivas foi o projeto MorroArte – o Morro mostra suas armas⁹. O MorroArte foi outra versão de mobilização da juventude com discussões mais profundas sobre africanidade (na moda, na filosofia, na performance, na linguagem, na música, na política, etc.).

Adotando uma metodologia inovadora, a juventude organizava os *Cafés Culturais*, espaços de formação e informação, orientados por atividades culturais, nas quais eram convidados/as especialistas em determinado as-

9 Projeto Coordenado por Hamilton Borges, educador social responsável pelo aprofundamento das discussões sobre as questões raciais. O projeto foi financiado pela Fundação Cultural Palmares, 1998.

sunto para um caloroso debate com os jovens da comunidade. A respeito dessa metodologia de intervenção social, cabe aqui um parêntese. Recorramos às palavras de Cidinha da Silva, ex-consultora do programa: “No começo de tudo (ou do “tudo” que se sabe) foram os *Black Panthers* as primeiras pessoas a realizar um “café cultural”. Depois veio a juventude do projeto MorroArte, na Barragem Santa Lúcia(...). Mais recentemente, o Programa Geração XXI criou o seu “café” em São Paulo. Cada um a seu tempo histórico e à sua moda fazendo o seu próprio “café cultural”.”¹⁰

Dos Cafés, outros desdobramentos foram acontecendo: festas em estilo reggae, caminhadas ecológicas, encenações teatrais, intercâmbios com grupos culturais e políticos de MG e de outros estados, oficinas de escultura em madeira e pedra sabão, corte e costura em estética afro, desfiles e exposições de todo o material produzido. Foram realizadas, ainda, excursões para a cidade de Ouro Preto, e numerosas outras atividades com enfoque na história e cultura afro-brasileira. O MorroArte reuniu, em meados de 1997, jovens de 14 a 23 anos que tinham em comum a marca da exclusão sócio-racial, a energia típica da juventude, o propósito de ‘contrariar as estatísticas’, e a crença na transformação da realidade social a partir da intervenção cultural.

Os momentos de discussão foram muito férteis e funcionaram como base para que a juventude local compreendesse os conceitos de cultura e intervenção cultural não mais atrelados apenas à ideia de evento e espetáculo, mas como possibilidade de transformação social. Durante a realização do MorroArte, houve a tentativa de se fazer o registro áudio-visual das atividades. A princípio, intencionava-se produzir um vídeo com vistas a socializar a experiência. Não foi possível concluir a edição do material. Mas os integrantes produziram um jornal, com matérias escritas pelos próprios jovens, editado pela jornalista do grupo (Márcia Maria). O jornal soma-se, hoje, à coleção histórica do Aglomerado, e integra o acervo do programa de resgate da memória do ASL, juntamente com o Projeto Memória¹¹.

O ENCONTRO DA JUVENTUDE NEGRA E FAVELADA

Outro importante desdobramento da Comissão de Direitos Humanos foi a realização dos Encontros da Juventude Negra e Favelada de BH, cuja primeira edição aconteceu em 1997, na Barragem Santa Lúcia. O Encontro

10 SILVA, Cidinha da. *Ações Afirmativas em Educação* – experiências brasileiras. (org.) São Paulo: Summus, 2003 – pág. 73. Ela se refere ao programa de Ação Afirmativa Geração 21, do Geledes - Instituto de Mulheres Negras, no qual 21 jovens negros recebem apoio para realização de seus estudos do Ensino Médio até a conclusão da faculdade. Projeto financiado pelo Banco Boston.

11 Projeto Memória segue em processo de desenvolvimento pelos jovens universitários nessas comunidades. Há duas linhas de execução: a primeira é a sistematização das informações que existem a respeito dessas comunidades. A segunda, é a iniciativa de auto-produção discursiva. Nesse sentido, estão inseridas a Revista da Laje e o kit áudio-visual com filmes e fotos coletadas pelo programa Cortejo da Memória, além do livro Morro do Papagaio – ver CRUZ, Márcia Maria da. *Morro do Papagaio*. Belo Horizonte: Conceito Editorial, 2009.

contou com a presença de jovens de diversas comunidades de favelas da capital mineira, da região metropolitana de BH, de caravanas de São Paulo e Rio de Janeiro¹². Os próprios integrantes acolheram os convidados em suas casas, e o centro comunitário local foi disponibilizado para o evento.

A coordenação privilegiou a metodologia utilizada no projeto MorroArte, alternando espaços de discussão com momentos de lazer, e por vezes, transformando momentos de lazer em espaço de formação. As rodas de debates objetivavam o aprofundamento no tema à medida que cada vez mais os sentidos iam se encaixando, apontando as especificidades de ser um/a jovem negro/a e morador/a de uma favela. No primeiro momento, foi proposta uma campanha de ressemantização das categorias *juventude / negro / favelado* visando a banir a atribuição negativa, muitas vezes reforçada pela própria comunidade da favela, que reproduz os mesmos estereótipos dos quais é alvo. Grosso modo, uma significativa parcela da população omitia o endereço de moradia, como medida preventiva a classificações preconceituosas, já que ninguém quer ser associado às imagens negativas recorrentemente veiculadas nos meios de comunicação, omitindo qualquer aspecto positivo que causasse orgulho aos moradores. A divulgação de imagens positivas e a construção de uma auto-representação pelos próprios moradores é uma conquista recente, do ponto de vista histórico. À época, artistas plásticos usaram as técnicas do graffiti e fizeram murais com inscrições bonitas e bastante motivadoras. Além das artes plásticas, escrita, oralidade e performance são instrumentos que mediam a interação da juventude com o mundo¹³.

Três Encontros foram realizados entre os aglomerados Santa Lúcia e Alto Vera Cruz, 70% das jovens que permaneceram continuamente ao longo do trabalho estão hoje à frente de reconhecidas organizações comunitários¹⁴. Das organizações locais, podemos citar a Casa do Beco, a Associação dos Universitários do Morro – AUM, o Projeto Primeira Dança e Vozibilidades dos Tambores, grupos de capoeira, entre outros. Outras organizações parceiras na cidade são o Movimento da Juventude Negra e Favelada – MJNF, o grupo de mulheres Negras Ativas, o NUC, do Alto Vera Cruz.

Na sequência dos trabalhos, reforçou-se a importância da educação como via de enfrentamento ao racismo. Aliás, o dado racial é um elemento essencial na composição de qualquer programa ou projeto que vise à promoção da diversidade. Os/as integrantes estão também em universidades cursando graduação ou pós-graduação, produzindo artigos, monografias, dissertações, enfim, desenhando uma ponte entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular.

12 De São Paulo houve intercâmbio com grupos da Zona Leste *DMN* e *Ação Ativa*. Houve uma caravana de membros desses dois grupos nas atividades. De Minas Gerais, o destaque da parceria 'e para o NUC, Negros da Unidade Consciente, do Alto Vera Cruz.

13 Ver CASTRO, Sílvia Regina Lorenso. *Poesia, performance e espaço público*: a "venda" de Viiima e Algozes e os saraus em bares da periferia de São Paulo – espaços subalternos de insurgências." Austin: Revista Pterodactilo. No. 06, 2009.

14 Fonte: www.morrodopapagaio.org.br.

Como fruto da atuação desses jovens na comunidade, nasceu o projeto *Além do horizonte planejado: a memória viva do Aglomerado Santa Lúcia*. Ele se constitui a partir da intervenção daqueles que foram para a universidade¹⁵. Em parceria com o projeto *Conexões dos Saberes* foi produzido o primeiro número da Revista e Kit da Laje e do Cortejo da Memória, com informações organizadas sobre a memória da comunidade. Em Minas Gerais, o programa *Cone-rões* é coordenado pela UFMG. Outros desdobramentos são a iniciativa da igreja católica local (Paróquia Nossa Senhora do Morro) que, anualmente, apoia a realização do programa *Quilombo do Papagaio: Três semanas de Paz e Cidadania*, e o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte na realização do *Reveillon Comunitário: Gente é pra brilhar*, na Barragem Santa Lúcia.

Quebrando mais uma vez a semiótica ilusão de afastamento do enunciado, como se isso garantisse, também, um afastamento da enunciação, gostaria de finalizar dizendo o quanto me beneficie em sendo, eu mesma, uma das jovens desse percurso. Hoje, no meio do meu doutoramento em Literatura Luso-Brasileira na Universidade do Texas, escuto vozes que insistem em diminuir o papel da cultura como instrumento de poder, como se ela fosse elemento acessório, de perfumaria. Atividades culturais e uma metodologia criativa construída não *para*, mas *com* os jovens e por eles mesmos, foi o que fez com que a juventude ligada à Comissão de Direitos Humanos conseguisse a régua e o compasso para traçar seus próprios caminhos, num dos quais eu me encontro agora, considerando todos os percalços do que Milton Santos chamou de “construção de uma individualidade forte”.¹⁶ A Comissão de Direitos Humanos não se preocupou em construir uma sede física. Sua atuação vai além de demarcações de tempo, espaço e pessoa.

¹⁵ Em 1995, ano de referência da primeira Gincana JUBA, havia apenas dez jovens universitários na comunidade. Em 2010, esse número subiu para mais de duzentos, segundo a organização criada pelos próprios universitários: Associação de Universitários do Morro – AUM.

¹⁶ SANTOS, Milton. *Cidadanias mutiladas*. In: Preconceito. São Paulo, 2003.

ENSAIOS

O RAP É UMA GUERRA E EU SOU UM GLADIADOR:

Juventude e Linguagem no Hip-Hop

Adjair Alves¹

1. Os CONDICIONANTES SOCIAIS DAS LINGUAGENS NO HIP-HOP

É possível haver quem ainda não tenha escutado falar em “rap”, movimento hip-hop, ou, mesmo quem sequer tenha ouvido falar em grupos de rap famosos como: Racionais Mc’s, Facção Central, Consciência Humana, NDEE Naldinho, GOG, entre outros. É possível, também, que haja quem tenha ouvido algo sobre rap ou hip-hop, como; galeras associadas às drogas, marginalidade e violência social. O fato é que, negativamente ou positivamente, esses jovens existem, e estão falando de questões que afetam toda a sociedade brasileira.

Suas performances, quase sempre, identificadas como críticas sociais, protesto, na verdade se tratam de linguagens com as quais significam o cotidiano das periferias urbanas; discursos sobre violência social urbana e criminalidade, chamando a atenção para problemas sociais que envolvem toda a sociedade e, em especial, eles próprios, jovens periféricos². Em muitos casos, são descrições de confrontos violentos, seja com a polícia, seja entre gangues rivais ou grupos criminosos. Entre eles existem aqueles que não acreditam em “cultura da paz” quando se está com fome. Para estes, só o confronto direto com seus algozes faz sentido. Mas a palavra é o veículo dessas confrontações. São linguagens alimentadas por uma teoria social forjada nos embates

¹ Filósofo e Antropólogo. Professor Adjunto da UPE/FACETEG. Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE.

² Termo utilizado por esses jovens para se autodenominar.

do cotidiano, sobre a criminalidade na periferia. Os chamados “Gang-Star Rap” são os mais contundentes nesse tipo de produções culturais. Em geral, suas composições falam de roubos, sequestros, latrocínio, drogas e morte, enquadres policiais, etc. Muito sangue! Chegando algumas dessas composições, mesmo, a espelhar “verdadeiras” peças de ficção, simulando situações de violência da vida real.

Facção Central, grupo Gang-star formado por dois jovens da Região Sudeste do Brasil, considerado o mais enfezado grupo de rap da cena hip-hop brasileira, autores de versos como: “Infelizmente o livro não resolve! O Brasil só me respeita com um revólver!” Ou, ainda: “Deita porra, quero dólar, brilhante, gargantilha! Tô seguindo os capítulos da sua cartilha!”,³ quase sempre, são presos ao final de seus shows. Mas eles não são os únicos nesse gênero. Esta banda tornou-se uma referência para muitos jovens rappers, como modelo de linguagem no hip-hop.

Embora, como tenho dito, em outros lugares, a munição local e a percepção constituída por esses jovens, da posição que cada um ocupa na estrutura social, sejam condicionantes sociais para a construção dessas linguagens, é notória a influência ou contaminação de modelos de composições atestados pelo sucesso de alguns grupos na cena do hip-hop brasileiro. Isso indica que, cultura e realidade se imbricam nesse gênero de produção artística e, que é possível haver tanto comprometimento com a estrutura social, como uma interpretação simbólica de quem deseja mudar a realidade social.

O sentido da “linguagem da violência” presentes nessas produções não é, por assim dizer, uma realidade nomotética, isto é, não comporta uso de generalizações sociais, ao contrário possui propriedades específicas no contexto do grupo ao qual pertence, enquanto realidade, no movimento hip-hop. Talvez

se pudesse falar de uma “geografia ideográfica” dos sentidos, significando que os fenômenos variam de lugar a lugar e, as suas inter-relações igualmente. Os elementos aí observados possuem relações internas e externas aos fenômenos sociais das localidades a que pertencem, isto é, tratam-se de localismos. Mas esta característica peculiar da linguagem no hip-hop é possível quando capturada numa perspectiva praxiológica (BOURDIEU, 1996), para a qual a realidade é concebida como “relacional” de parte a parte da estrutura social. Para os jovens do hip-hop, a violenta linguagem da violência, quando aparece na mídia, é de forma simulada, através da ficção irreal, ou como substrato de um quadro sensacionalista para alimentar estatísticas negativas e/ou contas bancárias de apresentadores de programas policiais, ou para atender ao ego social de uma pequena minoria da sociedade que quer se convencer de que está fazendo alguma coisa. Essa é a diferença estabelecida pelo hip-hop, como assinala um jovem, meu informante:

... por mais que a televisão mostre as novelas, as discriminações contra a favela, eles nunca vão mostrar a essência histórica da violência sofrida pelo povo da periferia, a sua origem; o sofrimento que foi e tem sido a luta do povo sofrido, discriminado por sua negritude. Porque eles estão fazendo a ficção. Tem diferença enorme entre a novela da Record retratando a periferia e o documentário do Bill,⁴ “Meninos do Tráfico”. Tem muita diferença em termos de sentido de realidade social. São anos de história, entre o presente e o passado, que estão presentes na consciência do rappers da periferia...⁵

3 O refrão “deita porra” está na composição “Cartilha do Ódio”. Esta composição fala em granada explodindo “as coberturas de 5 milhões do Itaim Bibi”. É uma composição que está no álbum “O Espetáculo do Circo dos Horrores”, o mais recente da banda, lançado há um ano, e que já vendeu cerca de 35 mil cópias. É o sexto de uma carreira que começou há doze anos.

4 Ele se refere a MV BIL, rapper da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, e ao documentário produzido por ele e Celso Ataíde.

5 Black-out – rapper do Alto da Balança, membro da Família MBI em Caruaru.

Não é possível afirmar as linguagens no hip-hop como apologia à violência, como quer o senso comum e algumas produções sociais, sem que se estabeleça um corte epistemológico na realidade social. Elas expressam o sentido de uma realidade social e histórica. São assim porque possuem vínculos estreitos com o cotidiano de que tratam; com aqueles a quem servem e que se identificam com as mensagens. E só na relação com a realidade podem ser compreendidas. É verdade que elas incomodam as instituições e aqueles cujos valores as leis protegem. Enquanto os protagonistas, os verdadeiros sujeitos da realidade expressa na linguagem, são afirmados pelo avesso, (RAMALHO, 2002; ATHAYDE, 2005), quando são enquadrados pelo sistema social.

Seus fundamentos constituem uma “teoria social espontânea” da realidade, produzidas nos embates da vida cotidiana. Nela está implícito um processo de escolha, que é anterior à existência concreta. São constituídas nos embates sociais, como uma força contra-hegemônica (GRAMSCI, 1986) à estrutura social. Objetiva expor as contradições de uma sociedade para qual só a submissão política interessa. Esses jovens assumem um destino, mais que isto, uma missão; a de “sabotar o raciocínio”⁶ do sistema, visto que procura apresentar uma realidade com um sentido que não se quer ouvir. São linguagens construídas, não por acaso. Elas se originam num território cheio de contradições e paradoxos. Daí o seu sentido metafórico. Elas não representam a expressão do desejo, mas a revolta pelo descaso com que são tratados, enquanto uma cidadania negada ou constituída negativamente. Objetiva atingir, em cada um dos atentos fãs, a consciência da situação em que vivem e a percepção da posição social no sistema de relações sociais.

As letras são violentas por traduzirem o dia-a-dia, as mazelas, as torturas da periferia, da favela. Os palavrões se tornam necessários em determi-

nados trechos, para demonstrar o grau de revolta. Colocados de forma adequada, eles dão a dimensão da gravidade, e da seriedade do tema que está sendo abordado.⁷

Evidentemente, eles não vão encontrar interlocutores entre aqueles que não se dispõem a entender as razões que os motivam a tamanha agressividade e revolta. Neste jogo da indiferença e da ignorância, formam-se os discursos condenatórios, que ganham, às vezes, força e status de ciência. Porque essas vozes nem sempre são leigas, mas também, especializadas, o que nos leva a entender que exista aí um embate ideológico, uma disposição política que permeia o mundo da linguagem nesse contexto.

O que se espera de um país decadente onde o sistema é duro, cruel, intransigente? [...] A conclusão da sociedade é a mesma que, com frieza, não analisa, generaliza e só critica. O quadro não se altera e você ainda espera que o dia de amanhã seja bem melhor! Você é manipulado, se finge de cego. Age desse modo, acha que é o mais certo. Fica perdida a pergunta: de quem é a culpa? Do poder, da mídia, minha ou sua? As ruas refletem a face oculta de um poema falso, que sobrevive às nossas custas. A burguesia, conhecida como classe nobre, tem nojo e odeia a todos nós; negros pobres. Por outro lado, adoram nossa pobreza, pois é dela que é feita sua maldita riqueza. Beco sem saída!...⁸

A leitura da realidade social e das interpretações desenvolvidas no interior do movimento hip-hop foram objetos de estudo em trabalhos de pesqui-

6 Racionais Capítulo 4, versículo 3. “Sobrevivendo no Inferno” – Produção Cosa Nostra.

7 Disponível em: <http://www.revistapiaui.com.br/artigo.aspx?id=108&pag=2&antecedentes=1&anterior=72007> – Tadeu – grupo Facção Central. Revista Piauí – capturado em 26/01/2007.

8 (Edy Rock e Kl-jay) – Beco Sem Saída – Composição de Racionais MC’s. – Cosa Nostra Produções.

sa apresentados ao PPGA/UFPE (ALVES, 2005; 2009), realizados com jovens integrantes do movimento hip-hop no Morro Bom Jesus em Caruaru/PE. Nestes trabalhos, insisto na necessária superação da tendência de associação, pobreza, crime e violência, que integra as representações sociais sobre criminalidade, uma tendência reproduzida não apenas pelo senso comum, mas também presente em algumas pesquisas científicas (ADORNO, 2002; ALVIM, 2000; 1988), que concebem a favela como lócus da violência.

Entendo que esta tendência se constitui naquilo que a sociologia bourdieusiana (BOURDIEU, 1996) tem chamado de “substancialista”, como procuro demonstrar a seguir. As incursões etnográficas no campo possibilitaram-me fazer algumas reflexões sobre a forma como estes jovens constroem seu universo comunicativo. É preciso que se diga que se trata de mundos diferenciados, de estruturas plurais, de lugares e não-lugares (AUGÉ, 1994). As linguagens com as quais cada um trata seu mundo, ou como cada um ritualiza o cotidiano da favela, são reveladoras de características significativas, que nos conduzem a pensar, primeiramente, não ser possível se falar dos hoppers como uma homogeneidade e, em seguida, afirmar que se trata de realidades plurais, cada uma delas referenciando a percepção de um contexto determinado.

Estes jovens não estão utilizando uma mesma linguagem para se referir à realidade social, porque esta não é, senão, oriunda de capitais simbólicos disponibilizados pela estrutura social, o que não ocorre na mesma dimensão para todos, nem ao mesmo tempo. É perceptível a diversidade de linguagens presente no movimento, que aparece na forma como cada um entende o que deve ser conteúdo de suas composições, bem como nos estilos que adotam em suas performances sociais; expressam o lugar donde cada grupo ou indivíduo percebe-se, na estrutura social, bem como, as formas de negociações que mantêm com o “sistema

social”, como fundamentais à visibilidade social e ao reconhecimento (RICOEUR, 2006; HONNETH, 2003; FRASER, 2001; FREINBERG, 1980).

Decifrar os sentidos das linguagens pelos jovens hoppers exige a compreensão dos diferentes contextos sociais nos quais se desenvolve o trabalho de elaboração da cultura, em direção à recusa à não-significação, o que implica o trabalho etnográfico. Do ponto de vista antropológico, entendemos ser necessário percorrer caminhos que possibilitem compreender esta realidade a partir do simbolismo de que se revestem as ações nessa direção, empreendidas pelos jovens hoppers. As linguagens, quando se trata desses contextos, carecem de ser abordadas como propriedades específicas do contexto do grupo estudado. Toda subversão à lei, nestes contextos, tem um caráter simbólico que necessita ser desvendado como criação/elaboração teórica do grupo. Seu status não é jurídico, mas cultural, sentido denso (GEERTZ, 1989). Há uma relação simbólica instituída na forma como o grupo se percebe no processo social, isto é, como sua visibilidade é construída, ou, na forma como a sociedade a pôs à disposição do jovem, ou a sancionou culturalmente.

2. POR UMA LEITURA ANTROPOLÓGICA DO COTIDIANO NO HIP-HOP

As ciências sociais têm proporcionado algumas teorizações que poderão ser úteis para a compreensão da realidade social. Entre estas, destaco a contribuição de dois teóricos⁹, pela forma como empreendem a leitura dos mecanismos de reprodução das estruturas sociais, bem como pela crítica que os mesmos estabelecem às formas como alguns discursos tanto de caráter científico, como do senso-comum¹⁰ têm se posicionado frente às questões relacionadas ao cotidiano e às ações sociais.

9 Destaco as concepções sobre a teoria da ação de Pierre BOURDIEU, e os estudos sobre cultura e cotidiano de Michel de CERTEAU.

10 Aqui situo a teoria social forjada pelos jovens do hip-hop, sobre o cotidiano da periferia.

Num primeiro momento, evoco as contribuições de Pierre Bourdieu, quanto à tendência de algumas pesquisas sociais, que ao abordar as questões relacionadas às práticas sociais, tendem a tomá-las, em suas propriedades necessárias, como “essências”. Segundo BOURDIEU (1996: 17), esta tem sido uma característica própria do “modo de pensar substancialista”, que ao abordar as atividades ou preferências próprias a certos indivíduos ou grupos de uma dada sociedade, em um determinado momento, as trata como “propriedades substanciais”, inscritas de uma vez por todas em uma espécie de essência biológica ou cultural. É um “erro”, assinala aquele pensador, não apenas quando se estabelecem comparações entre sociedades diferentes, mas também, entre períodos sucessivos de uma mesma sociedade.

É preciso cuidar para não se transformar em propriedades necessárias e intrínsecas a um grupo qualquer (a nobreza, os samurais ou os operários e funcionários) as propriedades que lhes cabem em um momento dado, a partir de sua posição em um espaço social determinado e em uma dada situação de oferta de bens e práticas possíveis. Trata-se, portanto, em cada momento de cada sociedade, de um conjunto de posições sociais, vinculado por uma relação de homologia a um conjunto de atividades (a prática do golfe ou do piano) ou de bens (uma segunda casa ou o quadro de um mestre), eles próprios relacionamente definidos. (Id. p. 17, 8).

O fato de alguns jovens da periferia serem abordados em situações práticas, delituosas, não significa que todo jovem da periferia seja criminoso, nem que aquele ou aquela seja “essencialmente” criminoso (a). Não é possível inferir daí uma “classe social criminosa”. Fazer esta distinção enuncia, segundo Bourdieu (Idem), “a primeira condição de uma leitura adequada da análise da relação entre as posições sociais (conceito relacional), as disposições (ou os habitus) e as tomadas de posição, as ‘escolhas’ que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática”.

A leitura substancialista, como assinala Bourdieu (Id. p. 16),

... considera cada prática (por exemplo, a prática do golfe) ou consumo (por exemplo, a cozinha chinesa) em si mesma e por si mesma, independentemente do universo das práticas intercambiáveis e concebe a correspondência entre as posições sociais (ou as classes vistas como conjuntos substanciais) e os gostos ou as práticas como relação mecânica e direta.

Para este pensador, as práticas sociais não existem isoladamente, elas são propriedades relacionais cujo sentido está na relação com as outras propriedades. Assim uma determinada categoria social é constituída como forma de distinção, separação, diferença em relação a outra. O real é relacional.

Essa idéia de diferença, de separação, está no fundamento da própria noção de espaço, conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relação de proximidade, de vizinhança ou distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre (p. 18, 9).

Bourdieu parece-nos preferir a ideia de “espaço social”, como elemento de distinção nas relações sociais, à de “classes sociais”. O espaço social é construído de forma que os agentes ou grupos são distribuídos em função de sua posição de acordo com o “capital econômico” e o “capital cultural”. “Segue-se que os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas.” As posições que os

agentes ocupam podem variar. Assim os agentes pertencentes a um mesmo grupo podem estar em condições opostas de acordo com a provisão de determinado capital, econômico ou cultural. É possível encontrar numa favela jovens com diferentes disposições para responder aos desafios propostos pelo sistema. Isto dependerá da quantidade de capital cultural e/ou econômico que os mesmos disponham. O mesmo pode-se dizer em relação a outros espaços sociais.

Para Bourdieu, as práticas sociais, assim como as representações, são geradas por um sistema de disposições duráveis construídas em acordo com o meio social dos sujeitos, e são predispostas a funcionar como suas estruturas estruturantes (BOURDIEU, 1983: 60-81). A estrutura das práticas sociais não é um processo que se faz mecanicamente, de fora para dentro, de acordo com as condições objetivas presentes em determinado espaço ou situação social. Não seria, por outro lado, um processo conduzido de forma autônoma, consciente e deliberado pelos sujeitos individuais.

É preciso abandonar todas as teorias que tornam, explícita ou implicitamente, a prática, uma reação mecânica, diretamente determinada pelas condições antecedentes redutíveis ao funcionamento mecânico de esquemas preestabelecidos, ‘modelos’, ‘normas’ ou ‘papéis’, que deveríamos, aliás, supor que são em número infinito, como o são as configurações fortuitas dos estímulos capazes de desencadeá-los.¹¹

As práticas sociais apresentam propriedades típicas da posição social de quem as produz, porque a própria subjetividade dos indivíduos, sua forma de perceber e apreciar o mundo, suas preferências, seus gostos, suas aspirações, estão previamente estruturadas em relação ao momento da ação. Mas esta subjetividade é estruturada internamente pelas experiências vivenciadas pelos sujeitos em função de sua posição nas estruturas sociais. Estas consti-

tuem uma espécie de “matriz de percepções e apreciações”, “hábitus”, cuja função é orientar as ações dos sujeitos nas situações a ser vivenciadas. O “hábitus” é formado por um sistema de disposições gerais que precisariam ser adaptadas pelo sujeito a cada conjuntura específica de ação.

Esta dimensão flexível do “hábitus”, realçada por Bourdieu, impede qualquer espécie de recaída no objetivismo, ou no determinismo objetivista. Sendo fruto da incorporação da estrutura e posição sociais de origem, no interior do próprio sujeito, o “hábitus”, uma vez incorporado e posto em ação, torna-se estruturador das novas ações e representações dos sujeitos, em situações que diferem, em alguma medida, das situações nas quais ele foi formado.

O conceito de “hábitus” desempenha o papel de elo articulador entre três dimensões fundamentais de análise propostas por Bourdieu: a estrutura das posições objetivas, a subjetividade dos indivíduos e as situações concretas de ação. E ainda, a posição que cada sujeito ocupa na estrutura das relações objetivas propicia um conjunto de vivências típicas que se consolidaria na forma de “hábitus” adequada à sua posição social. O sujeito age na sociedade em função deste “hábitus”, como um membro típico de um grupo social ocupando a posição que lhe compete na estrutura social, colaborando para reproduzir as propriedades do seu grupo social de origem e as estruturas na qual foi formado.

A subjetividade dos indivíduos, na perspectiva bourdieusiana, é algo socialmente estruturado, isto é, se configura em consonância com sua posição na estrutura social. Mas as estruturas sociais não produzem comportamento mecanicamente, dado que o sujeito incorpora um conjunto de disposições que o orientam a agir nas mais diversas situações sociais.

11 Id. p.64.

'... Em cada um de nós, em proporções variáveis, há o homem de ontem; é o mesmo homem de ontem que, pela força das coisas, está predominante em nós, posto que o presente não é senão pouca coisa comparado a esse longo passado no curso do qual nos formamos e de onde resultamos. Somente que, esse homem do passado, nós não o sentimos, porque ele está arraigado em nós; ele forma a parte inconsciente de nós mesmos. Em consequência, somos levados a não tê-lo em conta, tampouco as suas exigências legítimas. Ao contrário, as aquisições mais recentes da civilização, temos delas um vivo sentimento porque, sendo recentes, não tiveram ainda tempo de se organizar no inconsciente.'¹²

A análise da realidade social em Bourdieu está relacionada ao papel atribuído por ele à dimensão simbólica ou cultural na produção ou reprodução da vida social. Neste ponto é preciso verificar como no pensamento bourdieusiano, três "sóciofilosofias" são "conciliadas".

A **primeira**, associada à perspectiva durkheimiana e a noção de sistemas simbólicos como estruturas estruturantes, como elementos que organizam o conhecimento ou percepção que os indivíduos têm da realidade. A **segunda** se refere ao estruturalismo lèvi-straussiano, para o qual os sistemas simbólicos são estruturas estruturadas, isto é, realidades organizadas em função de uma estrutura subjacente que o cientista social deve identificar. E a **terceira**, a tradição representada pelo marxismo, que compreende os sistemas simbólicos, como instrumentos de dominação ideológica, cuja função é a legitimação do poder da classe dominante socialmente.

A síntese bourdieusiana busca articular estas três tradições sustentando a ideia de que os sistemas simbólicos são estruturas estruturantes, porque são primeiramente estruturadas. Ou seja, a organização lógica, interna, das produções simbólicas, as capacita a organizar a percepção dos indivíduos, propiciando a comunicação entre eles. E é por esta razão que as produções simbólicas estruturam as ações dos atores sociais na direção da reprodução das estruturas de poder e dominação social, isto é, as diferenciações e hierarquias presentes na sociedade. Mas esta característica das produções simbólicas, não reduz seu papel a um mero instrumento de manipulação e dominação política (ideologia). A síntese bourdieusiana salienta, ainda, as funções de "comunicação e de conhecimento" dessas produções. Os sistemas simbólicos são sistemas de percepção, pensamento e comunicação, e não uma ilusão idealista, "totalidades auto-suficientes e autogeradas, passíveis de uma análise pura e puramente interna." (BOURDIEU, 1999).

Para Bourdieu (Idem, p. 13), as produções simbólicas caracterizam-se por sua relação com os "interesses de classes ou das frações de classe que elas exprimem", mas também relacionam-se aos "interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção." Bourdieu, portanto, situa-se entre as perspectivas conspiratórias, que concebem as produções simbólicas como artefatos intencionalmente criados com vistas à dominação ideológica, e as perspectivas idealistas, que negam ou desconhecem o papel das construções simbólicas na manutenção e legitimação das estruturas de dominação. A perspectiva bourdieusiana sinaliza para a compreensão de que as produções simbólicas participam da reprodução das estruturas de dominação social, todavia, fazem-no de uma forma indireta e à primeira vista, irreconhecível.

Por sua vez, ao discutir a violência dos sistemas sociais Michel de Certeau, (1995) considera haver um sentido "derrisório" na linguagem da violên-

12 DURKHEIM, E. L'évolution pédagogique en France. Apud. BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. p 66.

cia, presente no discurso social, que não diz o sentido ideológico da linguagem, mas apenas possibilita uma atividade. A análise, portanto, dessa linguagem, não deve ter como objetivo desvelar o sentido, significado da violência, mas a função daquele discurso, os “sintomas do sistema”, que o transporta e vende. Não discutir a violência buscando entender o uso que o sistema faz daquele discurso, constitui, em si, um ato de violência, conforme assinala Certeau (Id. P. 88). Portanto se faz necessário “desconstruir” o discurso condenatório para encontrar o “que fazer”.

A linguagem da violência produzida pelo Sistema é, segundo Certeau (Idem. p. 89, 90), uma linguagem política.

Os meios de comunicação de massa internacionalizam transmissões anônimas, destinadas a todos e verdadeiras para ninguém, segundo a lei de um mercado dos significantes, que fornece uma rentabilidade indefinida aos seus encenadores e não pode proporcionar ao seu público senão o esquecimento. A linguagem-mercadoria não diz para que serve, nem o que determina. Ela é seu efeito. É o produto do sistema violento que, apreendido sob a forma cultural, desarticula a fala e a língua, coagindo uma a se calar e a outra a se proliferar indefinidamente.

Essa linguagem está vazia do “ser”, é “a fraude universal de si mesma e dos outros” como assinala Hegel (apud CERTEAU). É uma linguagem-ficção, “a máscara e o instrumento da violência”, da defecção; constitui-se, apenas, no “corolário de um poder sem autoridade”. O que ele chama de “tirania burocrática do estado-escola, que se impõe a todos e não pertence a ninguém”. Um estado que suprime seu próprio limite. Não há autoridade a quem recorrer que compense o indivíduo que faz sua renúncia em função do grupo. (Idem. p. 91). O “estado-tirânico” está associado ao discurso da neutralidade científica: “o apagamento dos organismos decisórios, a obliteração dos lugares sociais onde ele se constrói”, que fez dele um “discurso do servilismo inconsciente” (Idem. p. 92). O universalismo

provocado por essa atitude despoja o homem de sua subjetividade, homem que se constitui sujeito apenas pela explicitação da resistência do outro. Este despojamento impede que o sujeito se situe como diferente, reintroduzindo a alteridade. Este Sistema de dominação é reproduzido nas relações políticas.

Uma ação violenta surge como forma de enfrentamento a esse discurso homogeneizante, objetivando desmascarar esse “totalitarismo da identidade”, para fixar o diferente, a alteridade. São “agressões” à linguagem do sistema como respostas ao despojamento do sujeito, uma forma de interrupção de um grupo; “autêntica o querer-existir de uma minoria que procura se constituir em um universo onde ela é excedente porque ainda não se impôs.” (Idem. p 95). Essa é uma violência, segundo Certeau, (Idem. p. 96), indispensável e que mantém a vida e a realidade articuladas.

Ela reside em um discurso de protesto, ainda que seja o inverso e a ruptura do discurso universal da mediação. Ela não está desligada da impotência própria à linguagem desconectada da violência que ela nega. Em outras palavras, ela não articula uma força distinta e declarada entre outras. É um sinal. Abre possibilidades. Sob esse aspecto, é pertinente. Mas não cria. Desfaz, mas não instaura.

Mas este ato ainda mantém um vínculo com a “sociedade do espetáculo”. Na verdade, ele “carrega a marca de um privilégio aristocrático”, pois não quer a sua destruição, “pois ela preserva os meios de transformar em notícias de jornal e de reabsorver, desse modo, a singularidade que se subtraía, por um instante, à sua lei.” É como um torneio exibicionista, onde o jovem encontra um meio de salvar, com esse avesso da linguagem, que ainda é um signo, o lugar excepcional que ele inicialmente pretendia instaurado. Como assinala Certeau, a desmistificação da linguagem pela violência dá acesso a uma luta política, a efetiva e não a literária, que implica levar a sério e correr os riscos de um comprometimento com os reprimidos que defendem e promovem a diferença.

À GUIA DE CONCLUSÃO

As percepções etnográficas construídas em nossa pesquisa possibilitaram algumas inflexões sobre a forma como os jovens, no hip-hop, constroem seu conhecimento sobre o mundo e, organizam o processo de mudança, que pode operar, segundo as disposições sociais como mudança na/da estrutura. É preciso que se diga que, embora o campo possa ser uma mesma realidade espacial, no âmbito do imaginário social, a realidade social não é concebida como unidade, porque, teoricamente, cada indivíduo constrói a realidade a partir das percepções que possui do mundo social. Como assinala Leach, (1996: 71):

Quando o antropólogo tenta descrever um sistema social, ele descreve necessariamente apenas um modelo da realidade social. Esse modelo representa, com efeito, a hipótese do antropólogo sobre ‘o modo como o sistema social opera’. As diferentes partes do sistema de modelo formam, portanto, necessariamente, um todo coerente – é um sistema em equilíbrio. Isso porém não implica que a realidade social forma um todo coerente; ao contrário, a situação real é na maioria dos casos cheia de incongruências; e são precisamente essas incongruências que nos podem propiciar uma compreensão dos processos de mudança social.

As linguagens, com as quais cada ator social trata seu mundo, ou como cada um ritualiza o cotidiano, são reveladores de características significativas, que nos conduzem a pensar não ser possível se falar dos indivíduos num sentido homogêneo, e do imaginário como representações, senão como construção da realidade social (MALINOWSKI, 1978). Os sujeitos, por

ocasião da construção da realidade social, não utilizam, necessariamente, uma mesma linguagem para se referir a contextos sociais.

A análise das linguagens presentes no hip-hop nos leva à convicção de uma relação estreita entre estas e a percepção que os indivíduos produzem da posição social e política na estrutura social; na forma como o grupo ou indivíduo percebe a si mesmo e aos outros, enquanto ocupando uma posição na estrutura social, e na forma que compreende a relação que mantêm com o sistema social. As discrepâncias sociais no campo da linguagem assinalam para a existência de embates políticos, que se estabelecem tanto fora como no interior do próprio movimento social. Esses embates são indicativos da forma como as relações com a estrutura social são efetivadas e compreendidas nas ações socioculturais dos indivíduos, seja em particular ou mesmo nos diferentes grupos que compõem.

Estas relações, diferenciadas, na forma como cada um e/ou o conjunto compreende o sistema social, constituem o fundamento das discrepâncias presentes nas diferentes linguagens com que expressam suas percepções da realidade social, e deixam transparecer a forma como cada jovem, no interior do movimento hip-hop, trata a questão da violência; entende o que deve ser conteúdo simbólico de suas produções cultural-linguísticas e, que se encontram presentes em suas performances sociais.

Em minhas análises das ações no hip-hop, destaco a impossibilidade de se tratar do movimento, no sentido singular do termo. A própria designação de “movimento social juvenil” como significando uma homogeneidade, já representaria um paradoxo. O hip-hop é composto por facções, gangues, posses, que refletem formas diversas de compreensão da estrutura social definidas nas formas como estes jovens se vêem na relação que estabelecem com o sistema social, impossibilitando uma homogeneidade de linguagens. Não estamos falando da condição

social de classe, – embora não descartamos que essa também esteja implicada –, mas o que queremos assinalar é, a vivência etnográfica nos conduz a concluir, é que os embates no campo da linguagem no interior do movimento social constituem reflexos das relações de poder operadas no sistema social, como um sistema de reprodução.

No interior das periferias e do próprio movimento hip-hop, os jovens têm construído percepções diferenciadas desse mundo, que são expressas nas diferentes linguagens presentes, sobretudo, em suas composições, “rap”. Estas mesmas linguagens têm sido motivo de embates políticos entre os próprios jovens periféricos, embora seus maiores embates sejam travados na relação com outros extratos sociais.

Em sua primeira tese sobre os “sistemas simbólicos” Bourdieu (2004a, p. 9) assinala que “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)”. Esse poder, numa perspectiva Durkheimiana, conforme assinala Bourdieu (Idem), supõe o conformismo lógico, isto é, ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências’.

Os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consensus (sic) acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração ‘moral’.

Para Bourdieu (Idem, p. 10), a linguagem, enquanto sistema simbólico, não pode ser considerada apenas em sua estrutura lógica e função gnosiológica, mas, sobretudo, como função política. Vista por esse ângulo, ela explicita a relação de poder existente entre interesses e posição de classe e frações de classes. Como as-

signala Bourdieu (Op. Cit.), é interesse da classe dominante tornar hegemônica uma concepção homogênea, comum, das produções simbólicas, como forma de fazer prevalecer o seu poder de representações do mundo social sobre as demais classes. Desse modo, busca-se a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, gerando a desmobilização (falsa consciência) das classes sociais menos abastardas, para a legitimação da ordem estabelecida por meio da efetivação das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.

A linguagem dos jovens não reflete uma homogeneidade na forma de construir a realidade. É isso que confunde os olhares externos à favela, quando os jovens rejeitam os modelos sociais, presentes nos projetos da classe dominante para a periferia. É a cultura ditando a norma. Como assinala Regina Novaes (1999: 66-75), “a circulação de bens culturais não se faz nunca em uma direção unilateral.” E aí está o dilema maior que estes jovens têm enfrentado, quando partem para o mercado. Como constata esta pesquisadora (Idem, p. 69-72), o principal obstáculo enfrentado por esses atores jovens tem sido a exigência em “combinar a contundência da ‘mensagem crítica ao sistema’ à presença no mercado”. “A solução nunca é pacífica.”

Na verdade é mediante a manipulação das diferentes percepções do mundo que estes jovens entendem conduzir o processo de mudança social. Cada qual, em seu próprio interesse, sem que o grupo seja descartado, empenha-se em explorar campos diversos de significação, à medida que os percebe, e, ao fazê-lo, acredita poder contribuir para alterar a estrutura social. Compreender as linguagens desses jovens implica considerar essas incongruências. Poderia dizer que na comunidade hip-hop do Morro Bom Jesus, estudada por mim, cada indivíduo particular detém a percepção da condição social, disposta em sistemas sociais diferentes, embora a realidade possa parecer a mesma para todos. Para cada um desses jovens ou grupos de jovens, tais sistemas apresentam-se como

alternativa ou incongruências no esquema de valores pelo qual eles ordenam a luta pela vida. São linguagens, que ora implicam a expressão da solidariedade com os irmãos da “quebrada”, porque os jovens entendem que o crime e a violência estatuída na relação com o “sistema” constituem uma forma de resistência aos antagonismos econômicos e sociais. Ora, dividem-se em ações discrepantes. Todas as formas implicam o desejo de mudança, que se expressa como mudança na e da estrutura social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio. Prefácio. In. RAMALHO, José Ricardo. (2002). *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*. 3. ed. São Paulo: IBCCRIM.

ALVES, Adjair. *O Rap é uma guerra e eu sou gladiador: um estudo etnográfico sobre as práticas sociais dos jovens hoppers e suas representações sobre a violência e a criminalidade*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Antropologia, 2009.

_____. (2005). *Cartografias culturais na periferia de Caruaru: hip-hop, construindo campos de luta pela cidadania*. Recife/PE. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Antropologia.

ALVIM, Rosilene. (2003). Escola pública: escola de pobres. Escola pobre? In. CAOS: Revista eletrônica de ciências sociais. ISSN 1517-6916. João Pessoa: CCHLA / UFPB - Número 5 – Agosto.

_____. (2002) “olhares sobre a juventude” In. *Juventude, cultura e cidadania*. Comunicação do ISER. Ano 21, edição especial.

_____. (2001). “Meninos de rua e criminalidade: usos e abusos de uma categoria.” In. Neide ESTERCI, Peter FRY & Mirian GOLDBERG. (orgs.) *Fazendo antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A.

_____. & PAIM, Eugênia. (2000) “Os jovens suburbanos e a mídia: conceitos e preconceitos”. In. Rosilene ALVIM e Patrícia GOUVEIA. (orgs.) *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

_____. e VALLADARES. 1988. *Infância pobre no Brasil: uma análise de literatura*. In. BIB. Dados.

ATAÍDE, Celso... [et al.] (2005). *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva.

AUGÉ, Marc. (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas-SP: Papirus.

BOURDIEU, Pierre. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus.

_____. (1999). *Economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva.

_____. (2004). *Coisas ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense.

CERTEAU, Michel de. (1995) *A cultura no plural*. 3. ed. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus. (Coleção Travessia do Século).

FRASER, Nancy. 2001. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In. SOUZA, Jessé. (Org.) *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 245 – 82.

FREINBERG, Joel. 1980. The nature and value of rights. In. *Rights, justice and the bounds of liberty: essays in social philosophy*. New York, Princeton.

GIDDENS, Anthony. (1999). Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. In. GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (Org.). *Teoria social hoje*. Tradução de Gilson César C. de Souza. São Paulo: Editora UNESP. (Biblioteca básica).

GRAMSCI, Antônio. (1986). *Concepção Dialética da História*. 6. Ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HONNETH, Axel. 2003. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34.

LEACH, Edmund Ronald. 1996. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi, Geraldo Gerson de Souza e Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Clássicos, 6).

RICOEUR, Paul. 2006. *Percurso do reconhecimento*. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola.

MEMÓRIA

A Juventude nas Constituições brasileiras: um trajeto histórico¹

Denis Antônio de Mendonça Bernardes²

Juliane Tenório de Albuquerque³

Apresentação

Examinar a presença da juventude nas diversas constituições brasileiras (1824 a 1988) possui, cremos, três aspectos fundamentais. O primeiro significa privilegiar uma fonte documental nem sempre tomada em consideração no conhecimento da história, mas que não pode ser ignorada pelo que representa como ordenação fundante de um determinado projeto de sociedade, cristalizando, independentemente do maior ou menor grau de sua efetivação, um amplo conjunto de valores políticos, sociais, culturais⁴.

O segundo, elemento essencial, diz respeito ao fato de que cada momento de ruptura e criação da ordem política e institucional brasileira foi sempre acompanhado de um novo ordenamento constitucional. Isto quer dizer que a partir da criação do Estado nacional, não mais foi possível o exercício do poder sem uma constituição que o legitimasse e estabelecesse as regras do seu funcionamento. Mesmo nos períodos ditatoriais da história brasileira (1937-1945, com o Estado Novo e 1964-1985, com a ditadura civil-militar), os dirigentes tiveram que legitimar e ordenar o exercício do poder pela adoção de um texto constitucional, mesmo quando autoritariamente imposto à Nação, ou adotado com todas as sabidas restrições ao seu inteiro cumprimento.

O terceiro, uma decorrência dos dois anteriores, é que a história constitucional brasileira é resultado do embate das diversas forças sociais, com seus valores de cultura, da política e das relações sociais. Em outras palavras, a cronologia das constituições brasileiras é a cronologia da história política, social e cultural do Brasil.

¹ Texto elaborado a partir da palestra: *A Juventude nas Constituições Brasileiras: um trajeto histórico, apresentada pelos autores, no II Seminário Internacional Ética, Direitos Humanos e Serviço Social*, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética (GEPE), em 2010.

² Historiador. Doutor em História Social (USP). Professor do Departamento de Serviço Social e da Pós-graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (UFPE).

³ Assistente Social. Mestre em Serviço Social (UFPE). Doutoranda em Serviço Social (UFPE). Professora da Associação Caruaruense de Ensino Superior (ASCES).

⁴ Sobre alguns aspectos da vigência da Constituição do Império do Brasil ver: Denis Antônio de Mendonça Bernardes. *Constitucionalismo e justiça na gênese do Estado brasileiro*. In: Francisco Sales de Albuquerque. (Coordenador geral); Vera Lúcia Acióli Costa e Virgínia M. Almoedo de Assis (Organizadoras). *A face revelada dos Promotores de Justiça*. O Ministério Público de Pernambuco na visão dos historiadores. Recife: Ministério Público de Pernambuco, 2006, p. 93-110.

Assim, em cada uma das nossas constituições podemos identificar os valores dominantes, as forças sociais que impuseram ou negociaram sua hegemonia, tanto no que afirmaram, quanto no que silenciaram⁵.

Para o nosso tema, o da juventude nas constituições brasileiras, estas sumárias observações iniciais poderão ser comprovadas pela exposição que se seguirá. Advirta-se que não ignoramos a necessidade de outras fontes, nem o fato de que este tema pode e deve ter outros tratamentos⁶.

A expressão juventude possui uma grande fluidez e sua definição e delimitação temporal tem variado ao longo da história. Além do mais, se apresenta de maneira extremamente variável segundo as culturas⁷. Aqui nós a consideramos sob o aspecto de sua inclusão ou exclusão no exercício dos direitos políticos, especialmente o do voto e das políticas para ela destinadas a partir dos textos constitucionais brasileiros.

1. A JUVENTUDE NA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL (25/03/1824)⁸

Na Constituição Política do Império do Brasil de 1824 não há nenhum tratamento à questão da juventude, como objeto de ação por parte do Estado. No entanto, no Capítulo VI, *Das eleições*, podemos encontrar uma importante referência sobre a concepção da maioria na definição do direito de voto.

A Constituição do Império adotou, como praticamente todos os países que à época - e não eram muitos - possuíam algum tipo de governo representativo, o modelo de eleições censitárias, baseado na fortuna do cidadão eleitor, excluindo do direito do voto toda a massa de escravos e homens livres que não pudesse justificar *uma renda líquida anual de 100\$ (cem mil réis) por bens de raiz*,

5 Estas ideias sobre o significado dos diversos *momentos constitucionais* na história do Brasil encontram-se igualmente no artigo de Vera Alves Cepêda citado na nota 81.

6 Não cabe aqui examinar a história da cada constituição brasileira. Uma ampla bibliografia já existe sobre este tema, podendo ser consultada por quem tiver interesse em aprofundá-lo.

7 Entre uma vasta bibliografia ver: Giovanni LEVI e Jean-Claude SCHMITT (Organizadores). *História dos jovens. 1. Da Antiguidade à Era Moderna. 2. A época contemporânea*. Tradução Claudio MARCONDES, Nilson MOULIN e Paulo NEVES. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Como bem situam LEVI e SCHMITT: "... o que nos interessa é justamente o caráter marginal ou limítrofe da juventude. (...) Mais apropriadamente, os indivíduos não pertencem a grupos etários, eles os atravessam". Op., cit., Introdução, p. 8 e 9.

8 A Constituição Política do Império do Brasil foi elaborada através de uma Assembleia Constituinte, no período de 03/05 a 12/11/1823, sendo dissolvida em 12/11/1823. O texto final foi redigido por uma comissão de 11 membros nomeada pelo Imperador. A Constituição do Império vigorou até 15 de novembro de 1889, durando cerca de 65 anos.

*indústria, comércio ou emprego*⁹. Isto para os chamados eleitores de paróquia, ou primários. Estes escolhiam os que exerceriam, em seguida, o efetivo direito de eleger os deputados e de estabelecer a lista tríplice dos senadores. Para poder fazer parte deste segundo colégio eleitoral a exigência da renda aumentava para 200\$ (duzentos mil réis)¹⁰.

Mas, havia ainda outra regra de inclusão/exclusão, que nem mesmo foi explícita: apenas votavam os indivíduos do sexo masculino, sendo dado por suposto que a expressão *cidadãos brasileiros*, no tocante ao direito ao voto, não incluía as mulheres.

No que se refere mais diretamente ao nosso tema, importa examinar agora qual a idade mínima exigida para o exercício do direito do voto, para os que preenchiam todas as outras condições. Esta estava fixada em 25 anos, salvo os *casados e os oficiais militares, que forem maiores de 21 anos, os bacharéis formados e clérigos de ordens sacras*¹¹. A idade era, pois um importante item da cidadania política, indicando que, salvo as exceções já mencionadas, havia uma espécie de *limbo político*, para os menores de 25 anos¹².

A Constituição do Império reconhecia, ainda, a existência de uma categoria especial, os denominados de *filhos família*, cuja definição era dada pela dependência do pátrio poder, especialmente pela dependência econômica. Estavam excluídos do direito de voto, salvo se exercessem ofícios públicos. Estamos aqui diante de uma longa tradição, cuja investigação escapa ao nosso propósito, mas cuja referência remonta, ao menos, às Ordenações Filipinas como está indicada na nota treze.

Estas disposições constitucionais sobre o direito ao voto no Império do Brasil permitem pensar que, do ponto de vista da vida política,

9 Todas as citações em itálico, salvo indicação contrária remetem ao texto constitucional em exame.
10 Para o conjunto das regras eleitorais do Império, definido pela Constituição, ver o citado Capítulo VI, Título IV, do Poder Legislativo.

11 O chamado clero secular, ou seja, os membros das ordens religiosas e *quaisquer que vivam em comunidade claustral* não tinham o direito ao voto. Esta exclusão era justificada pelo fato de serem obrigados ao voto de obediência aos superiores, portanto de não terem vontade própria e de estar vinculados a ordens eclesiásticas cujo poder maior encontrava-se fora do Brasil, geralmente em Roma. O que não era o caso do clero dito secular, que estava subordinado à autoridade dos bispos e eram, devido ao padroado, de alguma maneira, agentes do Estado brasileiro. A Constituição republicana de 1891 manteve esta restrição ao voto dos religiosos regulares.

12 Vale observar que esta determinação da idade mínima, em geral de 25 anos para o exercício do direito de voto no Império pode ter uma possível origem em época bem anterior, havendo o texto constitucional mantido, talvez, uma determinação das Ordenações Filipinas (1603), quanto à idade mínima para o exercício dos ofícios públicos: “*Que não tenham ofícios públicos os menores de vinte e cinco anos, nem os homens solteiros*. Ordenações Filipinas, Livro I, Título XCIV. Os que infringissem esta determinação perderiam o respectivo ofício e não mais poderiam voltar a exercê-lo. E o mesmo dispositivo das Ordenações exigia que todos os solteiros que recebessem ofícios judiciais e de escrivão seriam obrigados a casar dentro de um ano, sob pena de perder o dito ofício. Notar que a Constituição do Império dava o direito de voto aos que tivessem 21 anos e fossem casados.

no estrito sentido do exercício daquele direito, a juventude foi uma categoria ignorada¹³. Havia, contudo, a partir especialmente da criação dos Cursos Jurídicos de São Paulo e de Olinda, (11 de agosto de 1827), a presença cultural e política da chamada mocidade acadêmica, especialmente importante em movimentos literários e na luta pela abolição da escravidão¹⁴.

2. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (24/02/1891)¹⁵

Em nossa primeira constituição republicana, tal qual na constituição do Império, não há nenhuma referência à juventude. Contudo, nela encontramos uma nova definição do cidadão eleitor, que traz grandes mudanças em relação à Constituição do Império e redefine a idade mínima para o exercício do direito de voto.

A renda deixou de ser um dos principais critérios determinantes da inclusão ou exclusão para o exercício do direito do voto. O caráter censitário do voto foi abolido e a idade mínima para ser eleitor passou a ser vinte e um anos. Uma mudança bastante significativa e que diz respeito não apenas ao direito eleitoral. Desaparece, igualmente, qualquer referência à maioria eleitoral a ser adquirida pelo casamento, como previa a Constituição do Império para os maiores de 21 anos e menores de 25. Estas duas mudanças indicam que os parâmetros definidores da juventude e da maturidade haviam sofrido transformações no mundo mental, da sociabilidade e da cultura¹⁶. Desta forma, todo homem maior de 21 anos, que não fosse analfabeto, mendigo, religioso de ordem regular ou *praça de pré*¹⁷, teria direito ao alistamento eleitoral¹⁸.

13 A Independência e a consequente criação do Estado Nacional, ao contrário do que é tantas vezes afirmado, trouxeram importantes mudanças nos mais diversos aspectos da existência cotidiana. Apesar de todas as possíveis continuidades, inclusive a da escravidão, comparado com todo o período anterior, mesmo com o período joanino e com o da regência de D. Pedro, uma nova sociabilidade passou a ser vivida, sociabilidade jamais possível nos quadros políticos e mentais anteriores. Um importante registro destas mudanças encontra-se no jornal *O Carapuceiro*, editado no Recife pelo padre Lopes Gama, entre 1832 e 1842. Logo nos seus primeiros números o redator do Carapuceiro registra os novos comportamentos sociais, inclusive da juventude, ironizando-os e utilizando as alcunhas de *gamenhos* e *gamenhas* para rapazes e moças do seu tempo. Miguel do Sacramento Lopes GAMA. *O Carapuceiro*. Estudo introdutório de Luiz do NASCIMENTO. Prefácio de Leonardo Dantas SILVA. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983, 3 v. Edição fac-similar da edição do jornal (1832-1842).

14 Desenvolver este aspecto da história da juventude brasileira no período imperial e nos subseqüentes escapa ao nosso propósito. Para indicar sua importância basta citar as figuras, entre outros, de Álvares de Azevedo, de Castro Alves e de Joaquim Nabuco, todos os três importantes egressos dos Cursos Jurídicos.

15 Elaborada por Assembléia Constituinte. Constituição vigorou até 10/10/1930 (39 anos).

16 Neste aspecto seria muito importante a elaboração de uma história iconográfica da juventude no Brasil, inclusive que seja atenta aos aspectos da moda vestuária, dos lugares de sociabilidade, dos gestos. Igualmente está para ser escrita uma história do gosto literário da juventude brasileira.

17 Expressão que hoje corresponde ao que se denomina de soldado raso. Os alunos das escolas militares de ensino superior tinham direito de voto.

18 As disposições eleitorais da Constituição de 1891 estão contidas no Título IV, Dos cidadãos brasileiros, artigo 70.

A exclusão das mulheres do direito de voto continua, mesmo não sendo objeto de nenhuma menção explícita. Como vimos, no Império esta exclusão também foi implícita a indicar a persistência de uma profunda cultura, quase consensual¹⁹, do afastamento das mulheres da vida política²⁰.

A República criou novas condições para a existência social em seus diversos aspectos. E estas novas condições tiveram expressão na cultura e na sociabilidade da juventude. Aspecto que aqui não é possível desenvolver, mas que fica registrado.

Estas duas mudanças indicam que os parâmetros definidores da juventude e da maturidade haviam sofrido transformações no mundo mental, da sociabilidade e da cultura.

3. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (16/07/1934)²¹

A Constituição de 1934 é elaborada em um contexto histórico marcado por grandes transformações e acontecimentos em nível mundial, resultado do pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918), da Revolução Russa (1917), da crise do liberalismo e da ascensão dos governos autoritários - fascismo, nazismo - e os de direita conservadora. E de transformações no país causadas pela crise da República Oligárquica Brasileira e a Revolução de 1930.

Inspirada na Constituição do México (1917) e da República de Weimar (1919), sob o discurso da importância da constituição de *um regime democrático que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico* (BRASIL, 1934, preâmbulo), a Constituição de 1934 traz importantes inovações, como o Projeto de nacionalização da economia, a intervenção do Estado no domínio econômico e social, o caráter social da propriedade e a incorporação como direito consti-

19 Dizemos quase consensual porque houve quem defendesse, na Constituinte de 1891, o voto das mulheres. Proposta que foi rejeitada, não entrando no texto constitucional. Em uma já vasta bibliografia sobre a conquista de direitos pelas mulheres no Brasil ver: J. E. HAHNER. Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Tradução de Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres/Santa Cruz do Sul: Edmusic, 2003.

20 Esta cultura não marcava então apenas o Brasil. Era universal. Esta exclusão eleitoral das mulheres não pode ser esquecida nos estudos sobre a juventude feminina. A política baliza os valores culturais e sociais e vice versa.

21 Elaborada pela Assembléia Constituinte. Constituição vigorou até 10/11/1937, durando cerca de 3 anos. Um importante artigo sobre a Constituinte e a Constituição de 1934 encontra-se em: Vera Alves Cepêda. Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista na Constituição de 1934. In, Perspectivas. Revista de Ciências Sociais. São Paulo: UNESP, v. 35, jan./jun.2009, p.211-242.

tucional das principais reivindicações do movimento operário desde o século XIX²². Além de permitir o direito ao voto de homens e mulheres a partir dos 18 anos (Art. 108)²³.

No que diz respeito mais especificamente à juventude, o texto constitucional introduz o termo, considerando como incumbência da União, Estados e Municípios a responsabilidade em *proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual* (BRASIL, 1934, Art. 108, e).

Destaca-se ainda, no Art. 149, que a família e o Estado são responsáveis pela educação, considerada direito de todos, devendo esta possibilitar eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, desenvolvendo num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

A Constituição de 1934, incorporando as reivindicações do movimento operário, já mencionadas anteriormente, limita a entrada no mercado de trabalho para menores de 14 anos, proíbe trabalhos noturnos para menores de 16 anos e em indústrias insalubres para menores de 18 anos (BRASIL, 1934, Art. 120, § 1º, d).

4. CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (10/11/1937)²⁴

O momento histórico em que a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937 é sancionada é marcado pelo acirramento do conflito político na Europa, com a ascensão dos regimes de direita (Salazar, Mussolini, Hitler, Franco), pela ascensão dos nacionalismos expansionistas e pelo acirramento do conflito político entre comunistas e integralistas.

Desta forma, esta constituição representa o início do Estado Novo²⁵ no Brasil (1937-1945), sob a justificativa de que era preciso proteger o país da ameaça comunista, declarada explicitamente no preâmbulo do texto constitucional:

22 A exemplo da redução da jornada de trabalho para 8h, férias remuneradas, repouso semanal, salário mínimo, não-diferenciação do salário para mesma atividade por motivo de sexo, idade e cor, limitação do trabalho infantil, da juventude e das mulheres, licença maternidade, reconhecimento do direito à sindicalização.

23 O direito ao voto a partir dos 18 anos, inserido na Constituição de 1934, permanece em todas as demais constituições posteriores, sofrendo apenas um alargamento na Constituição de 1988, ao admitir o voto facultativo a partir dos 16 anos.

24 Elaborada por Francisco Campos e promulgada por Getúlio Vargas. Vigorou até 1945, durando cerca de 8 anos.

25 Ditadura de Getúlio Vargas de inspiração fascista.

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente a gravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil; ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente; ATENDENDO a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo; Sem o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas; Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País: CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Constituição 1934, preâmbulo).

Como é possível observar, a Constituição de 1937 é promulgada sob o discurso nacionalista de respeito à honra e à independência do país diante do estado de apreensão causado pela infiltração comunista.

No entanto, mais do que legislar sobre as bases necessárias para o fortalecimento da segurança nacional, é nesta constituição que a juventude ganha especial destaque e atenção, podendo ser encontrada referência ao termo por cinco vezes.

Mantendo a idade permitida para o voto em 18 anos, a Constituição de 1937 passa a considerar a juventude como objeto de garantias e cuidados por parte do Estado, sendo este responsável por assegurar-lhe as *condições físicas e morais da vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades*. E nos casos de abandono moral, intelectual e físico caberia ao Estado a punição aos responsáveis como também a responsabilidade de prover o *conforto e cuidados indispensáveis à preservação física e moral* (BRASIL, 1937, Art.127).

E é essa preocupação com a formação física, intelectual e moral da juventude que orientará a educação nacional, principalmente voltada para a juventude pobre, dos filhos dos operários ou das *classes menos favorecidas*, devendo ser oferecido ensino profissionalizante e uma educação adequada às *faculdades, aptidões e tendências vocacionais* (BRASIL, 1937, Art. 129). Mantendo, porém, a orientação da Constituição de 1934, para a idade de ingresso no mercado de trabalho, ou seja, a partir dos 14 anos, exceto em trabalhos noturnos, maiores de 16 anos, e em indústrias insalubres, a partir dos 18 anos.

Destaca-se ainda no texto, a importância dada à necessidade de proteger à juventude. O Art. 122 diz que o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade prescreve, caso haja necessidade, em proteger a juventude.

Diante da importância dada à atenção, ao cuidado e à necessidade de proteção da juventude, presente na Constituição de 1937, nos questionamos as razões que levaram Getúlio Vargas a se preocupar com a juventude. No entanto, é no próprio texto constitucional que encontramos a resposta, mais precisamente, no Art. 132:

O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação (BRASIL, 1937, Art. 132).

Como dissemos anteriormente, a justificativa para a instalação da ditadura do Estado Novo e da promulgação de uma nova constituição foi de proteger o país da ameaça comunista. Desta forma, a nação deveria estar preparada para defender a paz, a segurança e o bem-estar de seu povo, tendo a juventude um papel fundamental para com *a economia e a defesa da Nação*.

5. CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (18/09/1946)²⁶

Ao final do Estado Novo, a Constituição promulgada em 1946 marca a democratização do país e a consagração das liberdades expressas na Constituição de 1934; influenciada por um processo internacional de democratização, pelas políticas desenvolvimentistas do pós-guerra, pelo início do contexto da Guerra Fria, pela volta à atividade político-partidária: PSD, PTB, UDN, entre outros, e pela legalização do partido comunista. Sendo, inclusive, a primeira constituição a ser elaborada tendo uma bancada comunista no seu processo constituinte²⁷.

Com relação à juventude, no entanto, esta constituição retira de seu texto o termo (*juventude*), dando ênfase aos termos infância e adolescência, sendo obrigatória a sua assistência (Art. 164)²⁸.

Para ingresso no mercado de trabalho, mantém a idade a partir dos 14 anos, elevando a permissão para trabalhos noturnos e em indústrias insalubres para os maiores de 18 anos (Art. 168, IV).

6. CONSTITUIÇÃO DO BRASIL (24/01/1967)²⁹

Na década de 1960, a Ditadura Militar é instalada no país (1964-1985), se posicionando contrária ao que considerava a ameaça de tomada do poder pelos comunistas e seus aliados. Desta forma, a Constituição de 1967 é promulgada para legitimar a nova ordem política imposta pelo regime militar.

Assim como a Constituição de 1946, o novo texto constitucional não faz menção ao termo *juventude*, referindo-se apenas à orientação de que a *lei instituirá a assistência à maternidade, à infância e à adolescência* (BRASIL, 1967, Art. 167, § 4º).

Neste contexto, a educação, como direito de todos, deve ser oferecida na escola e no lar, assegurando a igualdade de oportunidade,

26 Elaborada por Assembléia Constituinte. Esta Constituição vigorou até 01/04/1964, durando cerca de 18 anos.

27 Fizeram parte da bancada comunista nesta Constituinte, entre outros, Gregório Bezerra (PE), Carlos Marighella (BA), Luís Carlos Prestes (RJ).

28 Fica como hipótese de investigação que esta mudança vocabular se deve à acolhida e desenvolvimento, no Brasil, das novas teorias psicológicas sobre esta etapa da vida humana a *juventude* ou *adolescência*.

29 Aprovada pelo Congresso Nacional transformado em Assembléia Nacional Constituinte, mas com os membros da oposição afastados. Esta Constituição vigorou até 13/12/1968, quando o AI-5 revogou tudo o que ainda conservava da formalística declaração de direitos. Durou, portanto, cerca de 2 anos.

tendo como inspiração o *princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana* (BRASIL, 1967, Art. 168).

Mas é com relação à entrada no mercado de trabalho que esta Constituição chama atenção. Se desde a Constituição de 1934, somente os maiores de 14 anos, poderiam ingressar no mercado de trabalho, em 1967, esta idade é reduzida para os 12 anos, mantendo-se apenas a proibição em trabalhos noturnos e em indústrias insalubres (Art. 158, X). Para estes *menores trabalhadores* as empresas deveriam ministrar aprendizagem (Art. 170, parágrafo único).

A Emenda Constitucional Nº 1 de 17/10/1969³⁰, mantém inalterados os artigos que fazem referência à adolescência; e ainda há ausência do termo juventude, embora devamos lembrar que este é um período de grande visibilidade da ação política da juventude no país e no mundo, marcado, principalmente, pelo Maio de 1968.

7. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (05/10/1988)³¹

Resultado da luta da sociedade brasileira pela anistia e redemocratização, a Constituição de 1988 é elaborada com ampla participação dos mais diversos setores da sociedade na constituinte, e promulgada sob a alegação dos seguintes princípios:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Constituição de 1988, preâmbulo).

Neste Estado Democrático instituído pela Constituição de 1988, a idade permitida para o voto foi reduzida para 16 anos, com caráter facultativo para esta faixa etária, e obrigatório para os maiores de 18 anos (Art. 14, § 1º, I, II, c).

30 Promulgada pela Junta Militar, formada pelos Ministros da Marinha, de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar. Vigorou até 1979, durando cerca de 10 anos.

31 Elaborada pela Assembléia Nacional Constituinte. Permanece em vigor, embora bastante emendada.

O termo juventude, por sua vez, volta ao texto constitucional, sendo mencionado uma única vez, quando se refere à competência da União, Estados e Distrito Federal para *legislar concorrentemente sobre: proteção à infância e à juventude* (BRASIL, 1988, Art. 24, XV).

Continua, no entanto, o destaque para a adolescência, como é possível observar no Art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Essa atenção com relação à criança e ao adolescente faz com que a entrada no mercado de trabalho seja permitida a partir dos 14 anos, salvo na condição de aprendiz, e a realização de trabalhos noturnos, perigosos e insalubres somente para os maiores de 18 anos (Art. 7, XXXIII).

Na década de 1990, o aumento da visibilidade dos “meninos de rua” como tema social, somado à luta de organizações e movimentos sociais pela garantia dos direitos e proteção das crianças e adolescentes resultou na criação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA). Desde então a polarização do debate sobre a juventude, na década de 1990, fez com que:

(...) este termo, por muito tempo, se referisse ao período da adolescência e com que praticamente todos os serviços e programas montados, tanto pelo Estado como pela sociedade civil, tivessem como limite máximo os 18 anos de idade. Os jovens para além dessa idade ficaram fora do escopo das ações e do debate sobre a cidadania (ABRAMO, 2005, p. 24).

A identificação desta dívida social para com a juventude brasileira e os graves índices econômicos e sociais vivenciados pelos indivíduos acima de 18 anos levou, ainda na década de 1990, organizações não-governamentais (ONGs), fundações empresariais e organizações de cooperação internacional a voltar sua atenção para os(as) jovens, com ênfase nas ações voltadas para o protagonismo juvenil.

Por outro lado, começam a ter visibilidade os grupos juvenis dos setores populares, colocando questões que os preocupavam e

preocupam nas temáticas da cultura, lazer, vida comunitária e estudantil, questões que até então não eram foco das atenções de outros segmentos sociais. O que torna visíveis não apenas os(as) jovens, mas também sua diversidade, assim como questões singulares da condição juvenil (ABRAMO, 2005).

Esta visibilidade e o fortalecimento da luta juvenil em torno do reconhecimento de sua condição, de suas necessidades e da garantia de direitos, resulta, nos anos 2000, na criação de instâncias governamentais³² e legislações próprias para a juventude, como é o caso da *Emenda Constitucional da Juventude Nº42*³³, sancionada em 2010.

Com a aprovação desta emenda à constituição de 1988, o termo juventude novamente ganha destaque com a alteração do Capítulo VII, Título VIII que passa a ser: Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso. E com a modificação do Art. 227, que passa a regulamentar sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrer as Constituições Brasileiras para entender como o termo juventude se apresenta foi, sem dúvida, um exercício muito frutífero no sentido em que nos fez pensar como o silêncio ou as afirmações sobre o termo se relacionam com processos históricos mais profundos da sociedade brasileira. Processos históricos que sempre se deram e se dão em uma dialética do interno e do externo, ou seja, das relações entre as dinâmicas próprias de nossa sociedade, inclusive, demográficas, e as dinâmicas internacionais.

Desta forma, sem cairmos no fetichismo da lei nem do ordenamento constitucional, consideramos ser impossível ignorarmos uma importante relação entre o reconhecimento legal dos direitos e as possibilidades de suas efetivações no cotidiano.

Mas, quanto ao nosso tema central, a juventude nas constituições brasileiras, finalizamos o texto, propondo a seguinte questão: Em que medida a presença do termo juventude na Constituição Brasileira, quando existe, significa o reconhecimento de direitos que lhe são próprios ou representam um instrumento de sua educação e controle para os objetivos do Estado e do capital?

³² Em 2005, o governo federal cria o Plano Nacional de Juventude, composto pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Conselho Nacional de Juventude (CEJUVENT) e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).

³³ Para maiores informações sobre a EC da Juventude, acessar: www.juventude.gov.br.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição 1824*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em: 01.0jun.2010.

_____. *Constituição 1891*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm. Acesso em: 01.0jun.2010.

_____. *Constituição 1934*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em: 01.0jun.2010.

_____. *Constituição 1937*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em: 01.0jun.2010.

_____. *Constituição 1946*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em: 01.0jun.2010.

_____. *Constituição 1967*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm. Acesso em: 01.0jun.2010.

_____. *Constituição 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 01.0jun.2010.

ABRAMO, Helena. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virginia (Org). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

BERNARDES, D. A. de M. Constitucionalismo e justiça na gênese do Estado brasileiro. In: ALBUQUERQUE, Francisco Sales de, (Coordenador geral), COSTA, Vera L. A. e ASSIS, Virgínia M. A. de. (Organizadoras). *A face revelada dos Promotores de Justiça. O Ministério Público de Pernambuco na visão dos historiadores*. Recife: Ministério Público de Pernambuco, 2006.

CEPÊDA, Vera Alves. Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista na Constituição de 1934. In, *Perspectivas. Revista de Ciências Sociais*. São Paulo: UNESP, v. 35, jan./jun.2009, p.211-242.

CONJUE. *PEC da Juventude N. 42/2008*: O Brasil precisa, a juventude quer. Brasília: CONJUE, 2009.

GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. O Carapuceiro. Estudo introdutório de Luiz do NASCIMENTO. Prefácio de Leonardo Dantas SILVA. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983, 3 v. Edição fac-similar da edição do jornal (1832-1842).

HAHNER, J. E. Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Tradução de Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres/Santa Cruz do Sul: Edmusic, 2003.

LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (Organizadores). *História dos jovens*. 1. Da Antiguidade a Era Moderna. 2. A época contemporânea. Tradução Claudio MARCONDES, Nilson MOULIN e Paulo NEVES. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

UM MARCO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE: A CRIAÇÃO DA CASA DO ESTUDANTE DE PERNAMBUCO.

Entre as diversas transformações que marcaram o Estado e a sociedade no Brasil a partir dos anos 30 do século passado estão a criação das primeiras universidades e o reconhecimento oficial das entidades de representação estudantis como a União Nacional dos Estudantes, os Diretórios Centrais dos Estudantes, com assento nos Conselhos Universitários e os Diretórios Estudantis nas diversas unidades de ensino integrantes das Universidades. Quase ao mesmo tempo foram criadas Casas de Estudantes, em vários estados, sendo a primeira delas a Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro (1929), seguida da Casa do Estudante de São Paulo (1930). A Casa do Estudante de Pernambuco foi criada em 1931 e, como mostra o decreto abaixo transcrito, foi transformada em autarquia administrativa em 1938. O leitor perceberá, ainda, que a política de assistência era acompanhada de rigoroso controle político. Afinal, eram os tempos do Estado Novo, que havia sido instaurado um ano antes e que em Pernambuco tinha no interventor Agamenon Magalhães uma de suas mais representativas figuras. (D. B.)

103

MEMÓRIA - Estudos Universitários

DECRETO N. ° 219, de 24 de Novembro de 1938. — Cria a autarquia administrativa “Casa do Estudante de Pernambuco”

DECRETO N. ° 219, de 24 de Novembro de 1938. – CONSIDERANDO que a Casa do Estudante de Pernambuco foi construída com o auxílio do Governo, e com subvenções públicas;

CONSIDERANDO que o Governo, as famílias e o povo, contribuindo para a Casa do Estudante tiveram em vista estimular e facilitar a educação dos moços das escolas superiores no sentido de formar uma elite bem orientada, útil à coletividade e à pátria;

CONSIDERANDO que a formação e educação da mocidade exigem íntima atuação do Governo, constituindo função de natureza pública;

CONSIDERANDO que o “Comitê pró-Casa do Estudante” perdeu o seu objeto, pois tinha por fim exclusivo a construção da casa em apreço;

CONSIDERANDO, assim, a necessidade de criar uma entidade autárquica com o fim de administrar a Casa do Estudante de Pernambuco, e orientar a sua ação cultural;

O Interventor Federal,

DECRETA:

ARTIGO 1.º - E' criada a autarquia administrativa Casa do Estudante de Pernambuco que auxiliará econômica e financeiramente os estudantes das escolas superiores, dando-lhes uma sã orientação cultural inspirada nas tradições nacionais e cristãs.

ART. 2.º - A Casa do Estudante de Pernambuco será administrada por um presidente, de livre nomeação do Governo.

PARAG. UNICO - O Presidente será auxiliado por quatro assistentes que terão a seu cargo a realização do programa cultural, sendo também de livre nomeação do Governo.

ART. 3.º As finanças da Casa do Estudante serão examinadas por um Conselho Fiscal, composto dos presidentes dos diretórios das Escolas superiores da capital.

PARAG. UNICO - Da impugnação das contas pelo conselho fiscal poderá ser interposto recurso pelo presidente da Casa do Estudante de Pernambuco para o Tribunal de Fazenda.

ART. 4.º - A Casa do Estudante de Pernambuco será mantida pelas rendas do seu patrimonio e dos seus serviços, pela contribuição dos sócios, pelas subvenções, doações e legados que lhe forem atribuídos.

ART.5.º - Não poderão ser sócios, nem tomar parte nos congressos, conferencias e atividades culturais da Casa do Estudante as pessoas que tenham exercido atividades subversivas ou sejam prontuariadas na secretaria da Segurança Pública como suspeitas ao regime.

ART. 6.º - O Governo auxiliará a Casa do estudante de Pernambuco na organização de embaixadas e congressos de fins culturais.

ART. 7.º - Dentro de 60 dias, o Presidente e os assistentes da Casa do Estudante de Pernambuco entregarão ao Secretario do interior o projeto de regulamento da referida instituição.

ART. 8.º - Revogam-se as disposições em contrario.

(aa) Agamenon Magalhães
Arnóbio Tenório Vanderlei

PRODUZINDO SABERES

Pesquisas sobre o tema Juventude na UFPE¹

ALVES, Maria de Fatima Paz. Um/Uma jovem separado/a no "mundo": Igreja, Juventude e Sexualidade na perspectiva de Jovens da Assembléia de Deus em Recife - PE. Recife, 2009. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Antropologia, 2009.

ALVES, Diana Severino; ALMEIDA, Taciana de Araújo. A influência do alcoolismo dos pais na organização familiar e no desenvolvimento da sociabilidade da criança e do adolescente. Recife, 2008. Orientadora: Miriam Padilha - TCC.

ALVES, Joyce Veruska Bezerra. Uma análise da participação dos jovens no setor informal da região metropolitana do Recife, 1997-2004. Recife, 2007 - TCC.

ALBUQUERQUE, Damares L. de.; Alucinação ou alienação?. Recife, 1999 - TCC.

ALBUQUERQUE, Gilvania Gomes.; NASCIMENTO, Maria do Socorro.; OLIVEIRA, Edelweiss Falcão de. Avaliação do programa de medidas socio-educativas: estudo no juizado da infância e juventude de Pernambuco. Recife, 1995 - TCC.

¹ Pesquisa realizada por Geysa Karla Alves Galvão, mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação.

- AMADOR, Pedro Augusto de Queiroz. As formas de governo da juventude na contemporaneidade: um estudo sobre a "Rede Coque Vive". Recife, 2010. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
- BARRETO, Silvia Gonçalves Paes. Hip-hop na Região Metropolitana do Recife: identificação, expressão cultural e visibilidade /. Recife, 2004. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia.
- BORGES, Fabíola Amaral. O Parecer social na ação profissional do assistente social- uma experiência no setor psicossocial da 1ª vara da infância e da juventude. Recife, 2004 - TCC.
- CARVALHO, Maria José. Pedacos da historiadadas lutas estudantis no Brasil: Movimento Estudantil em Pernambuco e a repressão (1968-1973). Recife, 2007. Monografia (especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Especialização em Ensino de História.
- COSTA, Alessandra Lucena; OLIVEIRA, Edelweiss Falcão de; Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social. Liberdade assistida uma proposta para a transformação. Recife, 1996 - TCC.
- CUNEGUNDES, Micheline Chaves do Nascimento. Juventude, cultura e identidade: os jovens da comunidade de Peixinhos. Recife, 2004. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia.
- CARNEIRO, Maria Alice; BERNARDES, Denis; Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social. Programa de medidas sócio-educativas: uma análise sobre o seu contexto operacional. Recife, 1996 - TCC.
- CAÚ, José Nildo Alves. PROJOVEM: impactos da inclusão de jovens: uma análise dos egressos da qualificação profissional do arco de esporte e lazer em Recife. Recife, 2009. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Recife, 2009.
- DANTAS, Amanda; ARRUDA, Vanessa. Juventude e inserção no mercado de trabalho. Recife, 2008. Orientadora: Ana Cristina Brito Arcoverde - TCC.
- EPITÁCIO, Magna Alves Fernandes; FARIAS, Meiryllen de Almeida; COSTA, Priscilla Maria Bandeira Assis Costa; Universidade Federal de Pernambuco. Serviço Social e Interdisciplinaridade: uma experiência no juizado da infância e juventude e no conselho tutelar. Recife, 2006 - TCC.
- FARIAS, Flávia Cabral de. Paralisia cerebral e transtorno do processamento sensorial. Recife, 2010. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CCS. Saúde da Criança e do Adolescente.
- FERREIRA, Araceles Domingos de Lira. A Contribuição das etapas a participação social da juventude recifense. Recife, 2005 - TCC.
- FERREIRA, Roberta Medeiros. O discurso do protagonismo juvenil e as políticas públicas de juventude: o Projeto Agente Jovem e a formação de identidades juvenis. Recife, 2010. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
- GOMES, Cornelia de Paula. O serviço social e a juventude operaria católica como processos educativos que se complementam. Recife, 1958 - TCC.
- LIMA, Sandra Carla Pereira de; ROCHA, Mirtes Andrade Guedes Alcoforado da; Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social. A atuação das orientações junto aos adolescentes em conflito com a lei: na pratica a teoria e outra? . Recife, 1997 - TCC.
- MALTA, Cláudia Viana de Melo. A (in)visibilidade de crianças e adolescentes: o avesso da regulação social do Estado e os caminhos de resistência.

Recife, 2005. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social.

MELO, Mônica Zaira de Siqueira. A ação político-cultural do movimento Hip Hop na comunidade do Totó: Mônica Zaira de Siqueira Melo. Recife, 2008 - TCC

MELO, Sílvia Suellen Cavalcanti de; PESSOA, Vanessa Karla Souza. A Teoria e a prática do serviço social: experiências de inserção do assistente social no conselho tutelar da RPA-04 e na 1ª vara da infância e da juventude da cidade do Recife. Recife, 2005 - TCC.

MENDONÇA, Érika de Sousa. Práticas discursivas sobre participação política juvenil: entre os prazeres, orgulho e sacrifícios. Recife, 2008. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Psicologia, 2008.

MIRANDA, Emília Bezerra de. Juventude e família: um estudo sobre jovens que "deram certo na vida". Recife, 2009. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Psicologia, 2009.

MONTEIRO, Tania Maria G. e S.; Sem orientador; Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências; Humanas. Passagem e juventude: um estudo de rituais femininos em camadas de baixa renda. Recife (PE), Mestrado em Antropologia, 1988.

MÜLLER, Elaine. "A transição é a vida inteira": uma etnografia sobre os sentidos e a assunção da adultez. Recife, 2008. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Antropologia, 2008.

NASCIMENTO, Grace Kelly Rocha do; PESSOA, Juliane da Silva; SILVA, Máxima Avelino da. Estudo sobre a inserção do jovem no mercado de trabalho: uma experiência de estágio no Tribunal Regional Federal da 5ª região - PE. Recife, 2008. Orientadora: Solange Duarte - TCC.

NEVES, Angela Maria Barbosa; GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo; Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Juventude e conflito familiar divergências entre pais e filhas, na perspectiva das jovens do Recife. Campinas /SP, 1983.

OLIVEIRA, Carla Julliane Pereira de; SILVA, Milena Carina da Cunha. Juventude e mercado de trabalho: a proposta de qualificação profissional dos centros da juventude. Recife, 2008 - TCC.

PAULA, Ana Flavia Daniela Alves de; PADILHA, Miriam Damasceno.; SANTOS, Joelma Vieira dos; SILVA, Maria da Conceição Nery Cordeiro da. Ressocialização do adolescente infrator através das medidas sócio-educativas em meio aberto no juizado da infância e da juventude na comarca do Recife. Recife, 1998. Monografia - Departamento de Serviço Social do CCSA/UFPE (Grau de Assistente Social).

RODRIGUES, Laís Oliveira. Entre relacionamentos, circulações e rearranjos: configurações familiares no contexto da paternidade na adolescência. Recife, 2009. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Psicologia.

ROCHA, Stella D'Angelis Rodrigues. Estudo da estrutura e duração do desemprego juvenil brasileiro a partir de uma revisão da literatura e análise de sobrevivência. Recife, 2006 - TCC.

SANTANA, José de Lira. Imagens em espelho: uma discussão sobre consumo, juventude e socialização. Recife, 2008. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2008.

SILVA, Eraldo da. A Pastoral da Juventude na Diocese de Pesqueira: memórias e práticas sociais (1967-1985). Recife, 2005. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História.

SILVA, Andréa A. Cabral da; ALENCAR, Vanessa Belmiro dos S.; SABINO, Vanessa Farias. A Políti-

ca de assistência à infância e juventude frente ao processo de redemocratização brasileiro. Recife, 2005 - TCC.

SILVA, Simone Barreto Lourenço da.; ARC-OVERDE, Ana Cristina Brito; Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Departamento de Serviço Social. Uniformização de procedimento em adoção como condição de acessibilidade a justiça e ao direito a convivência familiar e comunitária. Recife, 2001 - Dissertação.

SOARES, Rosânia. Jovens de 60, identidade discursiva do sexagenário na publicidade. Recife, 2007. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Comunicação.

110

PRODUZINDO SABERES - Estudos Universitários

SOUZA, Maria Antoniêta Albuquerque de. 'Novas' identidades, limites e fronteiras do rejuvenescimento: equivalências entre idade, jovialidade e maturidade no curso da vida. Recife, 2006. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia.

SOUZA, Péricles Luiz Sales de./S729v (CDUD); GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo; Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Vivências sexuais de um grupo de jovens da região metropolitana do Recife /S729v (CDUD). Campinas/S729v (CDUD), 1983. S729v (CDUD) - Tese.

TAVARES, Adeilson da Silva. Juventude, violência e disciplina: um estudo sobre a privação da liberdade entre jovens infratores na instituição Lar do Garoto/PB. Recife, 2004. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Antropologia.

VASCONCELOS, Sabrina Guimarães Vieira de.; VIEIRA, Ana Cristina de Souza. Quando a pobreza lhes rouba os filhos: a pobreza como um determinante da perda do poder familiar. Recife, 2006. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social.

Projetos de Extensão sobre Juventude na UFPE

ANO BASE	TIPO ATIVIDADE	TÍTULO	INSTITUIÇÃO / UNIDADE / DEPARTAMENTO	ANO DE REALIZAÇÃO	COORDENADOR(A)
2010	Cursos	Curso de Formação sobre organização política da juventude na contemporaneidade.	Centro de Ciências Sociais e Aplicadas Departamento de Serviço Social	2010	Maria das Graças e Silva
2009	Projeto	Memória da juventude Pernambucana	Centro de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de Ciências Sociais	2009 / 2010	Michel Zaidan Filho
2009	Cursos	Formação Econômico Político Social Para Jovens	Centro de Artes e Comunicação Departamento de Comunicação Social	2009	Daniel Alvares Rodrigues
2008	Projeto	Formação de Formadores para o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra de Pernambuco	Centro Acadêmico do Agreste Núcleo de Formação Docente	2008 / 2011	Allene Carvalho Lage Iranete Maria da Silva Lima
2008	Projeto	Projeto Escola Nova: Juventude Crítica, Cidadania e economia solidária	Centro de Ciências Sociais e Aplicadas Departamento de Ciências Econômicas	2008 / 2009	Tarcísio Patrício de Araújo
2008	Projeto	Artesanato e Design como estratégia de geração de renda para mulheres e jovens na Comunidade de Barra do Riachão - São Joaquim do Monte - PE	Núcleo de Saúde Pública	2008 / 2009	Maria do Socorro Machado Freire
2007	Eventos	FEJAP - Festa Da Juventude Universitária Do Agreste De Pernambuco	Centro Acadêmico do Agreste	2007	Allene Carvalho Lage
2007	Projeto	Jovens Agricultores Comunicando e Protagonizando a Economia Solidária e Agroecologia	Centro de Ciências Sociais e Aplicadas Departamento de Ciências Econômicas	2006 / 2007	Tarcísio Patrício de Araújo - Ana Cristina Brito Arcoverde

2007	Projeto	Projeto Escola Nova: Juventude Crítica, Cidadania e Economia Solidária.	Centro de Ciências Sociais e Aplicadas Departamento de Ciências Econômicas	2007 / 2008	Tarcísio Patrício de Araújo
2007	Eventos	2ª Oficina sobre sexualidade humana para jovens dos povos tradicionais. Povo Pankararu	Centro de Ciências da Saúde Departamento de Enfermagem	2007	Hulda Vale de Araújo Ana Carolina Firmino Santos do Nascimento
2007	Projeto	Artesanato e Design como estratégia de geração de renda para mulheres e jovens em Barra do Riachão	Núcleo de Saúde Pública	2007 / 2008	Maria do Socorro Machado Freire
2007	Projeto	Coordenação de formação de formadores do Programas Pro jovem	Centro de Educação Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	2007 / 2008	Ricardo Swain Aléssio
2007	Cursos	Formação de jovens e adultos para o uso dos meios - Oficina de comunicação e mídia.	Núcleo de Documentação de Movimentos Sociais Departamento de Comunicação Social	2007	Ari Luiz da Cruz
2006	Eventos	Seminário de Estudos críticos por uma nova Sociedade	Núcleo de Documentação de Movimentos Sociais Departamento de Comunicação Social	2006	Paulo Carneiro da Cunha Filho
2005	Projeto	Alfabetização Para Todos: Acompanhamento e Apoio aos Docentes de Educação de Jovens e Adultos	Centro de Educação Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	2005 / 2006	Sérgio Paulino Abranches
2005	Projeto	Homens Jovens, Sexualidade E Reprodução: Produção, difusão e democratização de informação no contexto das relações de gênero	Centro de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de Psicologia	2005 / 2006	Benedito Medrado Dantas
2004	Eventos	Alfabetização de jovens e adultos: desafios e perspectivas (Divulgação)	Centro de Educação Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino	2004	Telma Ferraz Leal

2004	Projeto	Capacitação de Jovens Multiplicadores de Informações em Saúde Reprodutiva e Sexual	Centro de Ciências da Saúde Departamento de Medicina Social	2004	Rosa Maria Carneiro
2004	Projeto	Projeto: Educação de jovens e adultos (integrado ao projeto "Mobilização e alfabetização de jovens e adultos", da Prefeitura do Recife, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado)	Centro de Educação Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino	2003 / 2004	Telma Ferraz Leal
2004	Eventos	Seminário - Alfabetização de Jovens e Adultos: desafios e perspectivas	Centro de Educação Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino	2004	Telma Ferraz Leal
2003	Eventos	Ciclo de Palestras - Juventude e Inclusão Social - programação na III Conferência Nacional sobre Responsabilidade Social	Pró-Reitoria de Extensão	2003	Luzanira Maria Leite Rego
2003	Cursos	Alfabetização de jovens e adultos	Centro de Educação Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino	2003 / 2004	Telma Ferraz Leal
2002	Cursos	Extensão em Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos	Centro de Educação Coordenação Setorial de Extensão do CE	2002 / 2003	Ricardo Swain Aléssio
2002	Projeto	Atendimento Odontológico de Pacientes Infantis e Adolescentes HIV - AIDS	Centro de Ciências da Saúde Departamento de Prótese e Cirurgia Buco-Facial	2002 / 2003	José Thadeu Pinheiro
1999	Cursos	Apreendendo a Arte - Cursos Para Jovens e Crianças	Núcleo de Documentação de Movimentos Sociais Departamento de Teoria da Arte e Expressão Artística	1999	

UM PROJETO DE EXTENSÃO EM FOCO

A PRESENÇA DAS JUVENTUDES PERNAMBUCANAS: novas configurações de transmutações

Otávio Luiz Machado¹

Niedja de Lima Silva²

Girleide de Sá Menezes³

Alexandre da Silveira Lins⁴

115

PRODUZINDO SABERES - Estudos Universitários

Introdução

O presente artigo foi construído a partir das experiências desenvolvidas pelos autores nos projetos “Memória das Juventudes Pernambucanas” (Projeto de Extensão financiado pela Proext-UFPE), “Estudos Interdisciplinares sobre Juventude, Democracia, Direitos Humanos e Cidadania” (Projeto de Pesquisa financiado pela Propesq-UFPE) e “Aspectos da Memória das Juventudes Pernambucanas: Novas Configurações e Transmutações (1973-1985)” (Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq) na instituição, cuja organização institucional dos projetos ficou definida como Programa sobre Juventudes, Democracia, Direitos Humanos e Cidadania na UFPE.

O que se pretende apresentar no texto são alguns resultados das atividades de extensão, embora fosse sempre difícil separá-las dos projetos de pesquisa, considerando que tratamos do mesmo objeto de estudo ou compartilhamos das mesmas preocupações quando nos referimos às memórias das juventudes pernambucanas.

1 Pesquisador do Núcleo de Estudos Eleitorais, Partidários e da Democracia da Universidade Federal de Pernambuco (NEEPD-UFPE). Coordenador do Programa sobre Juventudes, Democracia, Direitos Humanos e Cidadania na UFPE. Pesquisador do projeto “Aspectos da Memória das Juventudes Pernambucanas: Novas Configurações e Transmutações (1973-1985)” (financiado pelo CNPq) na instituição. Possui bolsa do CNPq no referido projeto.

2 Graduanda em Serviço Social da UFPE. É participante do Projeto “Memória das Juventudes Pernambucanas da UFPE” (Projeto Proext-Bex-Recife). Integrante do projeto “Aspectos da Memória das Juventudes Pernambucanas: Novas Configurações e Transmutações (1973-1985)”. É bolsista da Proext-UFPE.

3 Graduanda em Serviço Social da UFPE. Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Pernambuco (FACEPE) e participante do Projeto “Memória das Juventudes Pernambucanas da UFPE” (Projeto Proext-Bex-Recife). Integrante do projeto “Aspectos da Memória das Juventudes Pernambucanas: Novas Configurações e Transmutações (1973-1985)” com bolsa da Propesq-UFPE.

4 Graduando em Ciência Política da UFPE. Foi participante do Projeto “Memória das Juventudes Pernambucanas da UFPE” (Projeto Proext-Bex-Recife). Integrante do projeto “Aspectos da Memória das Juventudes Pernambucanas: Novas Configurações e Transmutações (1973-1985)” com bolsa da Propesq-UFPE.

A metodologia da pesquisa-ação nos permitiu construir o conhecimento com uma forte interação de pesquisadores, interlocutores, colaboradores, professores e estudantes num esforço único para reconstituir esta história. Como o planejamento do trabalho acadêmico em qualquer área impõe aos sujeitos que descobrem algo uma reflexão contínua sobre o seu objeto, neste sentido a metodologia utilizada auxiliou a intensidade da reflexão.

Para isso, é preciso atentar para a diversidade real e potencial dos jovens, mesmo em um recorte social bem específico. Mais que compor um retrato de uma juventude em geral, a um tempo abstrata e irreal, o principal é promover o levantamento profundo de sua história, incentivando a todo momento a coleta, a preservação e divulgação do que for resgatado e refletido. Os jovens que compõem as diversas juventudes do Estado certamente possuem muito que aprender com a universidade, mas ao mesmo tempo também possuem muito a ensinar aos seus membros, porque conhecem melhor a realidade, por vivenciarem-na em seu dia-a-dia e em sua historicidade.

A criação de uma preocupação permanente com o tema das juventudes no interior de uma das mais importantes universidades públicas do País foi a primeira conquista significativa do Programa, o que pode ser identificado com o alcance de um alto grau de institucionalidade junto às Pró-Reitorias, aos centros acadêmicos e à própria comunidade universitária.

O desafio durante todo o período de execução das atividades não foi apenas no sentido de se criar um ambiente de novos estudos, pesquisas e reflexões por meio da disponibilização de dados de difícil acesso para a sociedade. Foi estabelecido um ambiente favorável para construir um projeto consistente a partir de um grupo de pesquisadores e estudantes de graduação da UFPE, ou seja, um “rapport” positivo entre os membros, o que contribuiu para o estabelecimento de uma relação de confiança, de perseverança e de credibilidade junto à sociedade.

Também não se reduziram os projetos a meros instrumentos de publicações, de eventos acadêmicos e de atividades voltadas especificamente à produção científica, mas se construiu um observatório visando articular interesses em comum dentro de estruturas institucionais paudadas pela interdisciplinaridade e com profundo interesse de construir redes de colaboração de alto interesse público.

Ao chamarmos a atenção sobre a importância da memória juvenil ou promover a sensibilização para o resgate histórico da ampla contribuição dos jovens à sociedade brasileira, acreditamos promover a segunda conquista significativa do Programa, pois fomos convidados a contribuir durante todo o período no sentido de dar suporte e apoio, ou mesmo somar a tantas outras iniciativas que passavam cada um dos nossos projetos.

Ao conseguirmos colocar o tema na ordem do dia da instituição para atender suas demandas internas e externas, acreditamos que a capacidade de diálogo construída no seu interior (em especial) não poderá ser desconsiderada, ou precisará ser mais explicitada, porque, ao mesmo tempo em que trouxemos pessoas para conhecer as atividades e envolvê-las nas mesmas, também contribuimos para tornar a instituição merecedora de sua função pública e do seu papel educativo junto à sociedade.

A terceira conquista foi a criação de um substancial banco de dados, o mapeamento e a digitalização de importantes documentos (manuscritos, depoimentos, fotografias etc.) sobre a temática, incluindo consultoria acadêmica a inúmeros estudos, matérias de jornais e publicações, sem contar que o envolvimento de parcela da juventude, que passou a conhecer as atividades e seus produtos, ficou estimulada, e teve fomentada sua curiosidade intelectual, e ampliada sua própria formação cidadã.

A quarta e última conquista foi o alcance junto à sociedade pernambucana (que ainda precisa de um longo caminho a ser enfrentado), cujas

bases sólidas criadas pelas publicações, eventos, publicização de fontes primárias e a segurança institucional da UFPE, permitirão a promoção de saltos maiores, inclusive com a oportunidade de aproveitamento da estrutura de projetos como o do CNPq e do MEC-SESU (que inicia no final de 2010) para continuar a trabalhar com um pouco mais de profundidade a memória das juventudes pernambucanas.

A busca de uma inter-relação entre o conhecimento produzido pela universidade com a realidade das diversas juventudes pernambucanas é algo construído incansavelmente, pois foi fácil perceber no início das atividades que ainda é forte o interesse das nossas elites em manter as vozes da resistência e das lutas do passado caladas ou esquecidas. Portanto, se considerarmos que os jovens pernambucanos pouco sabem sobre a história da juventude, dos autoritarismos do Estado, da história das instituições e outras mais, logo concluiremos que eles não estão vivenciando um ambiente democrático em sua plenitude. Há setores jovens apáticos, desprovidos de uma base de conhecimento para sua formação política.

Se considerarmos que é dever do Estado assegurar o exercício dos direitos civis, políticos e sociais, conforme a Constituição Federal, então cabe a ele promover o resgate histórico por meio dos seus diversos órgãos, garantindo o acesso e a divulgação visando a tal interesse. Um desses órgãos que precisa atuar nesse sentido é a Universidade Pública.

Então é preciso atentar para a diversidade real e potencial dos jovens, mesmo em um recorte social bem específico: a criatividade de indivíduos e grupos juvenis faz explodir a diversidade das vivências juvenis. Assim, toda a relação social se coloca em termos de comunicação, que vincula sujeito e sociedade. Os sujeitos sentem e se manifestam além das palavras. Cabe, portanto, resgatar todas as 'vozes' que se fizeram presentes

no mundo juvenil e na vida social em Pernambuco ao longo desses períodos.

Os principais resultados obtidos até o momento estão relacionados à formação cidadã de jovens por meio de eventos, cursos e a publicização de informações sobre a história da juventude em livros e artigos, o que consideramos fundamental para uma abertura permanente de diálogo com os jovens visando a trabalhar a questão da formação para a cidadania.

A EXTENSÃO COMO EXPERIÊNCIA FORMATIVA DOS JOVENS

Ao longo de sua história, a UFPE foi inovadora no campo da extensão universitária, considerando que o Serviço de Extensão Cultural (SEC) - que foi criado e teve a coordenação do educador Paulo Freire no início dos anos 1960 - contribuiu decisivamente para a construção de propostas de educação popular e de intervenção social com forte impacto na sociedade brasileira (WEBER, 2007; LIMA, 2007).

A partir da aprovação do projeto "Memórias das Juventudes Pernambucanas" em 2009 pela Proext, o grupo envolvido com a execução das atividades manteve forte interesse em aprofundar as pesquisas existentes, ao mesmo tempo em que construía mecanismos para a difusão e o envolvimento de diversos outros grupos no trabalho, cujo objetivo final era manter uma equipe altamente preparada para atender às novas demandas que surgiam.

Pelo fato de aprovarmos a continuidade desse projeto no edital de extensão do MEC-SESU em 2010 com pareceres extremamente precisos sobre o que vínhamos realizando⁵, então, ao reunir experiências e traçar prognósticos futuros, tornava-se fundamental para o próprio aper-

5 O primeiro parecer traz o seguinte: "Um ponto positivo da proposta é o fato de tratar de um projeto de extensão concebido dentro de um projeto de pesquisa mais abrangente e que tem sido realizado pelos proponentes". O segundo traz o que segue: "Proposta muito bem construída. O tema é bastante pertinente e aglutinador. O projeto pressupõe uma ação interdisciplinar e intersetorial. A experiência da equipe é bastante pertinente ao projeto proposto (...). O projeto está bem fundamentado e conta com uma equipe que já vem desenvolvendo estudos na área faz algum tempo".

feioamento das atividades e das nossas próprias reflexões como extensionistas, o alargamento das nossas preocupações.

Como o projeto se apoia numa perspectiva de extensão defendida por Michel Thiollent (que pensa conter nos projetos sociais mobilizadores uma forte interação entre diferentes agentes que coletivamente buscam produzir, difundir um conhecimento e intervir na sociedade visando à saída para os enfrentamentos dos nossos dilemas sociais), então, identificar problemas, informar os seus participantes devidamente das situações e dos possíveis caminhos para a construção de projetos sociais com densidade e perspectivas inovadoras e factíveis é um longo caminho que precisa ser criado para se gerar os resultados pretendidos.

O projeto visa a repensar a trajetória das diversas juventudes ao longo do tempo, inclusive aproximando os conhecimentos produzidos pelas universidades das experiências e conhecimentos produzidos por outras juventudes em espaços alternativos e pouco visíveis, o que torna possível construir uma visão compartilhada na esfera da produção, de difusão e de ação na sociedade que a própria equipe e demais participantes adquiriram para gerar interação, cooperação, participação e articulação com o objetivo de transformar a sociedade. Acreditamos que o projeto vem conseguindo formar homens e mulheres dentro de uma visão de universidade comprometida em apoiar a luta por reconhecimento social de inúmeros grupos juvenis que são destituídos de visibilidade na esfera pública.

Em uma perspectiva assistencialista, a Extensão Universitária parte para o preenchimento das deficiências sociais não atendidas pelo Estado. Diante disso a Universidade teria três funções: ensino, investigação e prestação de serviços, sendo o foco de diversos grupos sociais.

Longe da visão assistencialista, que é uma visão ultrapassada, de acordo com Jezine (2006), a Extensão Universitária se encontra no mesmo nível do ensino e da pesquisa, desenvolvida

com a perspectiva de socializar o conhecimento, através do atendimento direto à sociedade com a realização mútua de atividades. Foi assim que no Brasil a ideia de levar o conhecimento a setores desprivilegiados deu origem à atividade de extensão na universidade, pois os estudantes defendiam uma universidade aberta e ligada à transformação social.

Tendo o compromisso de formação para a cidadania, a extensão interage e dialoga com a realidade, pois ao trabalhar o conhecimento popular com consciência das reais necessidades da sociedade, as ações são produzidas visando à construção compartilhada da solução de problemas, considerando que a relação sociedade-universidade é uma atividade que deve existir a partir de um diálogo. O resultado será emancipatório ao gerar conhecimento, autonomia e liberdade, pois a extensão é um tipo de projeto de emancipação que visa a promover a superação de obstáculos sociais, culturais ou profissionais, e está ligada a uma trajetória de superação, de dimensões participativas, crítica e reflexiva.

Ocorre verdadeiramente um diálogo, como aponta Freire:

“O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações” (FREIRE, 1977).

Essa “conscientização” permite com que os indivíduos observem a posição que ocupam com os demais no mundo para assumirem o papel que lhes cabe: o de serem sujeitos de transformação.

Os desafios para o entendimento dos fenômenos ligados à multiplicidade das experiências juvenis abarcadas pelo projeto foram a grande dificuldade, considerando que o objetivo inicial foi desconcentrar as memórias das juventudes

universitárias das preocupações dos projetos anteriores, mas mantendo um paralelo com outras juventudes que contracenaram suas experiências em determinados períodos do século XX. Existem diferenças significativas entre a minoria que diríamos privilegiada, universitária e a juventude trabalhadora e habitante de bairros periféricos da cidade de Recife. Os dados coletados e apresentados apontam para uma direção importante nesse sentido.

Inicialmente levantamos boa parte da bibliografia referente ao tema, bem como atualizamos o banco de depoimentos de história oral que existia de pesquisas que haviam sido realizadas anteriormente por pesquisadores na UFPE. Também foi construída uma rede de colaboradores de pesquisa, assim como criadas estratégias de divulgação.

No Seminário “Juventudes Pernambucanas em Perspectiva” foram apresentadas as dinâmicas do projeto, bem como apresentado um quadro inicial dos estudantes existentes e das políticas públicas traçadas no momento, e questionada a forma como as atividades poderiam contribuir para uma maior formação cidadã dos jovens pernambucanos.

Com a presença de pesquisadores, jovens, educadores e do próprio Secretário de Juventude e Emprego do Estado de Pernambuco, o nível dos debates alcançou os objetivos primordiais da proposta apresentada, qual seja a construção de caminhos factíveis para o projeto que ora se iniciava.

Nos projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos, quando produzimos a coleta de depoimentos ou entrevistas, os sujeitos sempre verbalizaram os modos de lidar com os jovens hoje e problematizaram sobre as possíveis contribuições que suas gerações deixaram para a sociedade nos dias de hoje (atual ou dos nossos dias). A relação entre as pessoas adultas que narram sobre a sua fase de juventude e enxer-

gam nos jovens de hoje interlocutores válidos ou não, é extremamente positiva, pois falamos de uma relação intersubjetiva permanente entre membro(s) da equipe, tanto com jovens ou adultos que falam de sua juventude.

A percepção de ser ou não “ser jovem” poderá ser observada nas narrativas, no contato face a face com agentes que pertencem ou não pertencem mais ao sentido do “ser jovem”, porque conhecer e pensar sobre esse universo ao longo do tempo significa pensar um pouco as transformações porque passaram a sociedade brasileira. Questões como recuar ou avançar, quais limites e possibilidades para a atuação política e os caminhos percorridos entre os agentes ao longo do tempo podem trazer importantes temas de análise e de problematização.

Os dois grandes resultados em termos de registro histórico do projeto são os livros *Pensamento das Juventudes Brasileiras no Século XX* (publicado pela Editora Universitária UFPE em junho de 2010) e *Memórias das Juventudes Pernambucanas: Um Panorama do Século XX* (no prelo), assim como as diversas informações on-line que se encontram nos blogs construídos exclusivamente para a disponibilidade de dados aos interessados⁶.

Os livros produzidos são uma pequena amostra de que “conhecimento que não decifra a vida e não ilumina o mundo não é conhecimento. É enganação” (ALVES, 1999, p. 3). Pois ao tornar possível o envolvimento de “personagens” significativos e de inúmeros parceiros, por entendermos que a produção do saber é uma construção coletiva, consideramos que o trabalho já está possibilitando um esforço de reflexão sobre as juventudes. Os pesquisadores do futuro possuem agora um guia para novos estudos.

A produção do conhecimento em ciências sociais se justifica pela sua originalidade e pela capacidade de estímulo para que outros pes-

6 A última parte dos blogs pode ser encontrada aqui: <http://movimentosjuvenisbrasileirosparte7.blogspot.com/>.

quisadores estudem e debatam os fenômenos nele contidos, além de sugerir propostas para tentar resolver as questões levantadas: “o objetivo da ciência não é somente aumentar o conhecimento, mas o de aumentar as nossas possibilidades de continuar a aumentar o conhecimento” (ACKOFF, 1975, p. 27).

SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE

Após a Segunda Guerra Mundial surgiram diversos movimentos juvenis no mundo, nos quais a luta contra a ordem capitalista e uma forte crítica à burguesia simbolizavam um tipo de contestação à hipocrisia e à ausência de sentido daquele tipo de sistema, ora expressando uma visão de mundo diferente, ora valorizando a natureza e a comunidade.

O período pós-guerra veio trazendo grandes mudanças para a juventude. Com o fenômeno da industrialização, da urbanização ou da modernização, a expansão do ensino já não favorece exclusivamente a classe média, mas abrange os jovens oriundos das camadas desprivilegiadas que conquistaram um maior acesso ao ensino. Nesse momento aparece uma nova preocupação com o nascimento do conflito geracional no qual os jovens se posicionam contra a sociedade adulta; logo a rebeldia juvenil surge causando transtornos familiares e sociais (ABRAMO, 1994).

O tema juventude teve pouco desenvolvimento no Brasil entre as décadas de 60 e 70, cujo espaço maior foi dado às pesquisas sobre a juventude universitária. O campo de lazer e cultura até os anos 80 também não foi explorado em relação a esses jovens, tendo sido de maior interesse da Sociologia analisar o papel da juventude como agente político.

O debate sobre juventude tem sido marcado pela multiplicidade de visões, sendo a mais usual a que trata a categoria juventude a partir de um ciclo biológico e psicológico (faixa de idade, período de vida, mudanças psicológicas etc) (ABRAMO, 1994). Mas no campo da sociologia tem preva-

lecido a visão da juventude como categoria social (GROPPO, 2000; PAIS, 1999; SOUSA, 1999).

Para a categoria juventude precisamos recorrer a noções como transitoriedade (período de preparação para a vida adulta), que está relacionada à ideia de suspensão da vida social, “dada principalmente pela necessidade de um período escolar prolongado, como um tempo para o treinamento da atuação futura” (ABRAMO, 1994, p. 12). Outra noção é a de individuação, na questão da identidade própria, de recusa de valores e normas considerados fundamentais pelos pais; e ainda a importância dos grupos de pares.

Também poderíamos recorrer à noção de crise potencial, ou mesmo de socialização, por que

O destaque do grupo de idade correspondente à adolescência, na sociedade moderna, aparece como fruto do desenvolvimento da sociedade industrial que, ao criar a disjunção entre a infância e a maturidade, tornou necessário um segundo processo de socialização. Esta consiste, fundamentalmente, na preparação dos jovens para a assunção dos papéis modernos relativos à profissão, ao casamento, à cidadania política etc., que os coloca diante da necessidade de enfrentar uma série de escolhas e decisões. Dessa maneira, por ocupar um status ambíguo, *between and betwixt*, os jovens constroem redes de relações particulares com seus companheiros de idade e de instituição, marcadas por uma forte afetividade, nas quais, pela similaridade de condição, processam juntos a busca de definição dos novos referenciais de comportamento e de identidade exigidos por tais processos de mudança (idem, p. 17).

Para a autora, “o interesse da sociologia aqui recaiu sempre, na verdade, sobre o papel da juventude como agente político, sobre sua capacidade de desenvolver uma postura crítica e transformadora da ordem vigente” (idem, p. 21-22). Ou seja, o jovem passou a ganhar visibilidade como sujeito social a partir do momento em que ele era visto como capaz de provocar mudanças por estar situado dentro de uma estrutura de ascensão social que tinha na escola o seu principal canal.

O jovem passou a ser visto como elemento dinâmico na estrutura vigente a partir dos anos 1950, embora a dúvida quanto ao papel protagonista desses jovens também remeta à marginalidade. Todavia o que prevaleceu foi o entendimento da sua inserção no processo de mudança social da sociedade brasileira.

Sabemos que o lugar, o tempo e as condições de vida interferem na juventude e no modo como ela é vista. O fato é que a juventude se constitui tanto como tema de preocupação social quanto como tema da problemática sociológica, pois se tornou objeto de estudo, preocupação de políticas sociais e cobertura institucional por parte do Estado, por se encontrar em uma condição de transição pelo racionalismo e pela alienação, após o processo de modernização desencadeado nos anos 50 (SOUZA, 1999).

Não podemos trabalhar com um conceito único de juventude, mas, com uma multiplicidade de condições juvenis, já que são muitas e diversas as formas sociais de conflito e solidariedade envolvendo os jovens que vivem um momento biológico e social transitório e, portanto, provisório, para o estabelecimento de relações estáveis.

A importância dada ao jovem era pelo fato de este ser considerado um elo entre o presente e o passado. A autora cita que a juventude é como um elo de um tempo para o outro, passado, presente e futuro, no qual a juventude é condutora de conteúdos dos quais depende a própria sociedade; e este elo o jovem tanto faz consigo, como também com a sociedade.

“A juventude, desta forma, é uma relação social que o jovem vivencia” (SOUZA, 1999). Podemos ver que as utopias, os projetos, rebeldias e transgressões são elementos nas relações dessa faixa etária, que por muitas vezes transformaram os problemas que enfrentavam socialmente em conflitos individuais, como cita a autora Janice Souza: “Os conflitos de consciência da juventude são reflexos da complexidade da vida pública moderna.”

A juventude então ligava a sociedade em suas complexidades a uma transformação. Os conflitos eram consequências dessa ligação com a vida pública. Os jovens ora vão, ou não, agir sincronizados com os conteúdos emancipatórios. E o conceito da juventude como elo vai abrir a análise da militância juvenil.

Observando a caminhada juvenil ao longo do tempo, percebemos que a juventude foi colocada em certos períodos da história como protagonista de transformações. Como na Grécia antiga, onde a sociedade tinha conhecimento da importância da juventude, e por isso investiam na educação do jovem para a formação do seu potencial (SOUZA, 1999).

Portanto,

A política entendida como meio de formação de possibilidade da preservação da memória histórica e de negação do esquecimento social que tomou conta da sociedade moderna, distancia-nos de uma visão naturalista de juventude como portadora de uma essência. Ela nos aproxima da idéia de que o poder do jovem está na capacidade de potencializar sua condição transitória.

De acordo com a autora, na militância o jovem pode expressar seus conflitos, dirigir sua ação e exercitar suas ideias. A militância transforma a vida do jovem, contribuindo para a busca de uma solidariedade autêntica, um equilíbrio na relação eu-mundo-projeto. Com isso, o movimento estu-

dantil dá uma dimensão da participação social da juventude, mostrando que, mediados pela política, podem propor conteúdos para uma nova sociabilidade.

O jovem brasileiro não foi diferente dos encontrados nos outros países, eles cooperaram com a sociedade em diversos momentos. No caso brasileiro, os jovens brasileiros se fizeram presentes desde o período colonial, participando de movimentos revolucionários anteriores à independência, campanhas pela abolição e proclamação da república.

Em relação ao caráter classista, a iniciativa foi tomada pelos estudantes operários antes da fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Com a UNE, a organização dos estudantes adquiriu conotação política, teve uma pauta voltada para as questões nacionais, como a luta contra o analfabetismo, a implantação de siderurgias, e a crítica ao colonialismo, e produziu efeitos sobre a opinião pública.

Isso nos mostra que a participação dos jovens no movimento estudantil tinha como objetivo a transformação da vida dos brasileiros. Inclusive, a partir dos anos 50, os jovens se mantiveram como presença social visível, sendo usados como símbolo ou realidade capaz de regenerar o passado e, assim, criaram espaços para representar suas ideias.

Na década de 60, os jovens que eram inseridos prematuramente no mercado de trabalho e os que ascendiam à educação superior, tinham origem predominante da classe média. Estes radicalizaram seu comportamento político, por verem suas aspirações frustradas, se identificando com as massas populares urbanas e tomando-se o elo de mudança do passado com o futuro da sociedade.

De acordo com Forachi (1982), o movimento estudantil dos anos 60 denunciou a marginalização, a subutilização e o distanciamento das funções da instituição universitária. A autora nos mostra que o estudante se propõe como o libertador da “exploração capitalista”, quando tenta

converter o movimento estudantil em movimento revolucionário.

Com isso, podemos perceber o espaço que a juventude conquistou com a indignação diante dos acontecimentos da década de 60. Suas frustrações os posicionavam em defesa das liberdades democráticas e: “engajavam-se na resistência ao golpe; preparavam-se para a possibilidade de uma guerra civil; abriam o debate para a problemática da universidade; apoiavam todas as reivindicações populares contra a pobreza” (SOUZA, 1999). Mas, nos anos pós-64, ocorreu uma grande repressão ao movimento estudantil com o fechamento de entidades, prisão de lideranças e a extinção da UNE. Assim, o regime militar caracterizou-se como uma experiência de medo.

De acordo com Souza (1999), já não era mais possível um movimento estudantil orientado nos moldes dos anos 60, pelo fato da sociedade estar mudando. Com isso, o movimento estudantil passou a não se reconhecer em um território próprio em virtude da ausência de protagonistas que o assumissem, e do fato do estudante não se ver como uma categoria social, além de não fazer mais sentido dirigir o movimento estudantil com a mesma concepção dos anos 60. Sendo assim, surgem outros atores sociais, marcados por um novo tipo de expressão coletiva, redescobrimo novos modos de intervenção social, sem a representação de partidos, governos e sindicatos. Esses movimentos sociais dos anos 70 vão contestar o Estado pelo difícil acesso às decisões referentes à população.

A autora nos mostra que, assumindo esse outro espaço como seu, uma parte dos jovens passou a questionar o espaço social, assumindo a prática de outros atores sociais e mantendo a condição de elo entre a velha e a nova concepção política. Hoje podemos perceber que as entidades dos estudantes são apenas fantasmas do passado, repetindo a mesma história contra o que seria a sua substância. Existem hoje novos atores, novos movimentos sociais e culturais visíveis, valorizando a liberdade e se mantendo contra as crises da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade pública, gratuita, de qualidade e referenciada socialmente deve ser o ponto de encontro de diversos grupos sociais e o centro de produção de conhecimentos voltados à construção de projetos de sociedade ou de país.

Com essa ideia desenvolvemos as atividades sobre as juventudes abrindo várias frentes, principalmente quando os desafios para o entendimento das juventudes de ontem ou da contemporaneidade traziam como dilemas a tentativa de identificar marcas de espontaneidade, do fragmentado, do não-fechado, do ir-repetível e da diversidade.

A construção de um Programa sobre Juventudes, Democracia, Direitos Humanos e Cidadania na UFPE é um processo calcado por critérios públicos, que busca produzir a visibilidade de todas as juventudes mapeadas nos projetos, pois esperamos ter demonstrado as reais possibilidades de avanço das atividades, embora reconhecendo todos os limites impostos na execução em qualquer instituição.

Ao sairmos com a convicção de que os jovens possam encontrar-se ou reencontrarem-se no nosso Programa, principalmente os que estão mais envolvidos diretamente no rol de atividades que desenvolveremos nas etapas seguintes, concluímos que a relação entre a sociedade e a universidade traz um grau de enriquecimento mútuo, podendo-se inferir que há um ganho relevante para os integrantes das universidades públicas (professores, estudantes ou funcionários), assim como para a sociedade civil que não vivencia o cotidiano universitário. Baseando-se na mesma linha de raciocínio com a qual se constata as vantagens dos projetos de extensão para a academia, pode-se pensar que tanto o conhecimento teórico como empírico podem ser trabalhados em simultaneidade, pois as atividades extra-sala-de-aula constituem, junto a outros fatores, a base fundamental para a sistematização do conhecimento por parte do discente.

Tendo em vista que, à medida que se inicia a vida acadêmica e a consequente vivência no meio universitário, os estudantes que se dedicam às atividades extracurriculares passam a adquirir conteúdos que garantem um nível de conhecimento privilegiado em relação aos jovens que não tiveram essa oportunidade, fomentar o contato dos jovens universitários com outras juventudes significa estabelecer uma relação de cooperação entre os dois grupos em questão, de forma que os estudantes desprivilegiados aumentem sua bagagem teórica e os universitários possam aprimorar seus conhecimentos empíricos, traduzindo-se assim em uma relação de benefícios múltiplos.

No que diz respeito aos elementos procedimentais para o enriquecimento teórico das juventudes, é possível direcioná-los para o intercâmbio proposto entre os jovens e a universidade, de forma que eles adquiram habilidades e competências fundamentais para a construção social do conhecimento. Resgatar as memórias das juventudes e os aspectos históricos contemporâneos ainda vigentes no cenário atual é um dos fatores essenciais para que se possam formar jovens cidadãos. Para tal, as atividades de extensão, entendidas como a contribuição teórica da universidade para estes jovens, compreendem um aporte representativo no que fazemos na instituição.

Com base no que se entende por cidadania e as funções designadas ao indivíduo que o colocam na condição de cidadão, a formação política concerne inerentemente à formação cidadã dos jovens, de forma que ambas sejam constituídas sincrônica e conjuntamente, sendo possível afirmar que os cidadãos possuem o pressuposto da participação política.

A cidadania é um conceito intrínseco à democracia e, *stricto sensu*, remete ao encargo de direitos e deveres de um indivíduo, referentes ao Estado-Nação que os assegura. Em suma, o cidadão possui direitos garantidos pelo Estado e deveres que deve exercer visando a sua plenitude democrática.

A busca de novos horizontes para o nosso campo de conhecimento certamente faz parte das nossas preocupações cotidianas enquanto executores de atividades de pesquisa e extensão na instituição, mas acreditamos que importantes passos foram dados com a produção de uma maior reflexão envolvendo a questão das juventudes, dos direitos humanos, da cidadania e da democracia.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. *Cenas Juvenis*. São Paulo: Scritta, 1994.

ACKOFF, Russel L. *Planejamento de pesquisa social*. São Paulo: EPU/Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

ALVES, Rubem. “O Rio São Francisco no Paraná”. In: *Folha de S. Paulo*, p. 3, 11 de julho de 1999.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GROPPO, Luis Antônio. *Juventude. Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

JEZINE, Edineide. *A crise da universidade e o compromisso da extensão universitária*. João Pessoa: UFPB / Editora Universitária, 2006.

LIMA, Luiz Costa. O contexto da Universidade do Recife do início dos anos 1960 até o golpe de 1964. In: Otávio Luiz Machado & Michel Zaidan (orgs). *Movimento Estudantil Brasileiro e a Educação Superior*. Recife: Editora UFPE, 2007, p. 41-46.

MACHADO, Otávio Luiz. “O estudo do movimento estudantil brasileiro: um debate sobre esquec-

imentos, celebrações, reflexões, comemorações e contra-comemorações”. *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, v. 3, p. 1-9, 2007.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1993.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da Utopia: a militância política nos anos 90*. São Paulo: Hacker, 1999.

THIOLLENT, Michel. “Notas Para o Debate Sobre Pesquisa-Ação”. In: *II Conferência Brasileira de educação*, Belo Horizonte, junho de 1982.

_____. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

_____. “Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante”. In: *Tempo Social*, São Paulo, 10 (2): 63-100, outubro de 1998.

_____. “A metodologia participativa e sua aplicação em projetos de extensão”. In: *Anais do III Sempe – Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão*, 1999, São Carlos. *Mimeo*.

WEBER, Silke. “A educação como foco de projetos político-sociais em Pernambuco”. In: Rita de Cássia Araújo e Túlio Velho Barreto (orgs). *1964: o golpe passado a limpo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2007, p. 115-135.

ZAIDAN, Michel & MACHADO, Otávio Luiz (orgs.) *Movimentos Juvenis na Contemporaneidade*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008.

RESENHAS

ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Org.). O pensamento das juventudes Brasileiras no século XX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010. 292 p.

Dimas Brasileiro Veras¹

História oral e história da juventude contemporânea formam uma união metodológica de todo sedutora. Se por um lado o pesquisador se mune de um novo arsenal para reinventar o passado, os brasileiros e as brasileiras na qualidade de depoentes têm a oportunidade de expressar como conceberam sua própria juventude ou aquela de tempos passados. Assim, pesquisadores e depoentes de todas as idades redescobrem a história da juventude brasileira ao mesmo tempo em que reinventam esta no presente. Estas ideias talvez sejam a linha que orienta os relatos reunidos por Michel Zaidan e Otávio Luiz Machado em *O pensamento das juventudes brasileiras no século XX*. A publicação foi viabilizada pela benfeitoria Série Extensão do Edital de Publicação da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) em parceria com a Editora Universitária da UFPE, que busca promover a ampliação e a difusão de conhecimento produzido pela comunidade acadêmica desta mesma instituição de ensino superior.

As vozes que compõem o livro foram coletadas ao longo de

vários projetos de pesquisa e extensão que visavam a subsidiar e fomentar investigações, acervos e redes de colaboração em torno da juventude como objeto de estudo das ciências humanas. Empreitada que, além de contribuir com a formação de jovens pesquisadores, teve o mérito de reunir uma ampla documentação sobre essa categoria sócio-histórica que é o jovem e a juventude brasileira. Acervo a partir do qual o historiador, o cientista social ou o escritor podem desvelar as práticas e as enunciações coletivas que constituíram ou não o ser do jovem, bem como do estudante como categoria política, ao longo de nossa história recente.

São, no total, trinta e duas entrevistas coletadas em ocasiões diferentes pelos organizadores. Algumas realizadas pessoalmente, outras retiradas de fontes secundárias. Desta forma, contemplaram momentos heterogêneos da história brasileira, a começar pela Revolta da Chibata no início do século XX, passando pelo Estado Novo e pela Segunda Guerra Mundial, pela experiência democrática dos anos 1950-60 e seu sinistro

¹ Historiador e mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pesquisador membro da Cátedra Paulo Freire, do Centro de Educação da UFPE. Endereço eletrônico: dimasveras@hotmail.com.

desfecho em 1964, bem como por toda resistência política que deságua no movimento de Anistia, na redemocratização e na criação do Partido dos Trabalhadores nos anos 1980. Para além das virtualidades heurísticas e da valorização dos infantes agentes políticos perante a incrédula sociedade brasileira, os relatos podem e devem reafirmar a confiança dos jovens em si mesmo, destacando as práticas e as representações da juventude organizada como motor de transformação radical do presente.

Cabe, portanto, sublinhar alguns grupos de entrevistas que separamos de acordo com suas próprias similitudes internas. As anotações do “Almirante Negro” João Cândido, um dos líderes da revolta da marinha brasileira que aboliria o suplício aplicado à marujada de baixa patente (“Revolta da Chibata” – 1910), remete a outros relatos de lideranças populares como Elvira Boni, Gregório Bezerra, José Dazinho, Maira Ferreira Dias (Dona Mariazinha), Elizabeth Teixeira, João Paulo e Nelson Triunfo. Falas nas quais se sobressaem aspectos das lutas sociais pautados nos seguintes pontos: educação e cultura popular, associativismo, ajuda mútua, organizações comunitárias e reivindicações de gênero. Por outro lado, os limites desta atuação dos movimentos sociais são expostos em descrições dolorosas dos reveses ocasionados muitas vezes pelos equívocos dos próprios agentes, mas, sobretudo, pelos dispositivos de controle e punição que cerceiam a atuação dos movimentos sociais.

Em outro veio, as narrativas ajudam a tecer aspectos da história do movimento estudantil brasileiro: da criação da UNE no final dos anos 1930, passando pela luta armada nos anos 1960-70 e, finalmente, o processo de redemocratização. Os assuntos estão espalhados nas falas dos entrevistados, mas trazendo bastante informação sobre o cotidiano, as greves, as correntes, as moradias, as lutas, as ações culturais, as bandeiras, as divergências internas, as alianças com o movimento sindical. Fica-se inclinado a pontuar as narrativas sobre a mobilização nacional “o Petróleo é nosso” que conquistaria a criação da Petrobrás. Longe de saudosismo, as narrativas sugerem ao leitor refletir sobre as lutas do presente em torno da descoberta da camada “Pré-Sal” e dos benefícios que uma gestão democrática, nacionalista e solidária da descoberta poderia trazer à juventude brasileira. Sem populismos, esta é uma questão que não pode deixar de ser discutida nos programas construídos pelos futuros candidatos a presidente neste ano de 2010. Neste quadro de lutas do movimento estudantil encontram-se os relatos de Irum Sant’Anna, Antônio Dias Leite, Roberto Gusmão, Genival Barbosa Guimarães, Cristovam Buarque, Ricardo Apagua, João Batista dos Mares Dias, Honestino Guimarães, Jorge Batista, Doralina Rodrigues, Lúcia Barros Gonçalves. Outro segmento de narrativa que se inscreve dentro deste grupo maior sobre o movimento estudantil possibilita ao leitor refletir sobre o surgimento do Partido dos Trabalhadores. Aparecem falas como a de José

Dirceu, João Paulo Lima e Silva e Humberto Costa.

Em outra perspectiva, encontram-se os ricos depoimentos dos jornalistas e comunicadores sociais que atuaram na mídia institucional nos anos de repressão. Narrativas que ajudam a caracterizar a censura nos meios de comunicação, bem como as técnicas postas em jogo ou não pelos jovens jornalistas para burlar a repressão à liberdade de expressão. Dentro deste grupo, incluem-se Ivanildo Sampaio de Souza, Divane Carvalho, Francisco José, Clarice Herzog e Maria Tereza Lopes Teixeira.

Por fim, a militância cultural se faz presente através da fala de Abelardo da Hora, sobre o cenário cultural e político do Recife e, sobretudo, sobre o Atelier Coletivo e o Movimento de Cultura Popular, sendo seu cinquentenário neste ano de 2010. Bem como a apresentação dos jovens artistas de Minas, por Paulo Brant, as vivências na USP do “global” Edson Celulari, e, finalmente, o pernambucano Nelson Triunfo, ajudando a compreender a força e a atualidade da cultura negra brasileira, do Funk ao Hip Hop.

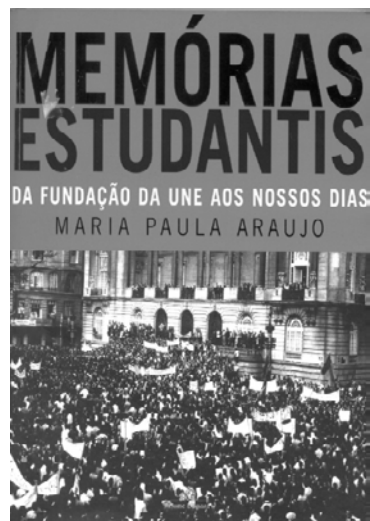
Narrativas heterogêneas em torno da cultura como instrumento ativo da cidadania e da luta política das minorias, que somadas aos sotaques das outras falas presentes no livro, como aquela de Apolônio da Carvalho sobre a silenciada geração socialista do Exército Brasileiro, podem servir a uma compreensão menos totalitária da história recente ou imediata do Brasil.

PARA CONHECER MAIS

MEMÓRIAS ESTUDANTIS

Não há insurreição, resistência ou grandes mudanças sem a presença de estudantes. A unificação alemã, os anarquistas russos, o Maio de 68 francês, os guerrilheiros universitários latino-americanos, em todos os movimentos que ficaram na história, eles sempre foram decisivos. No Brasil, a referência histórica é a UNE. E a trajetória de suas gerações, que influenciaram a política e a cultura brasileiras, é a tônica deste livro.

Fonte: www.livrariacultura.com.br



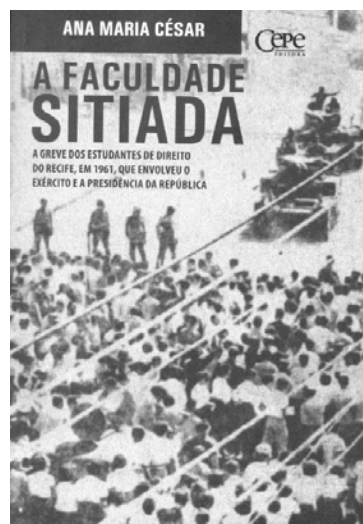
131

PARA CONHECER MAIS - Estudos Universitários

A FACULDADE SITIADA

O episódio ocorrido nos anos 60, em que estudantes da Faculdade de Direito do Recife ficaram cercados na própria instituição com tanques e metralhadoras, é retratado pelas experiências pessoais da autora em *A faculdade sitiada*. O ato foi uma resposta do Governo à realização de uma palestra com Celia Guevara, mãe de Che Guevara, organizada pelos então estudantes. O livro apresenta depoimentos de testemunhas que vivenciaram os fatos, e marca a história daquele maio de 1961, que verdadeiramente anunciou o Maio de 1968 da Europa.

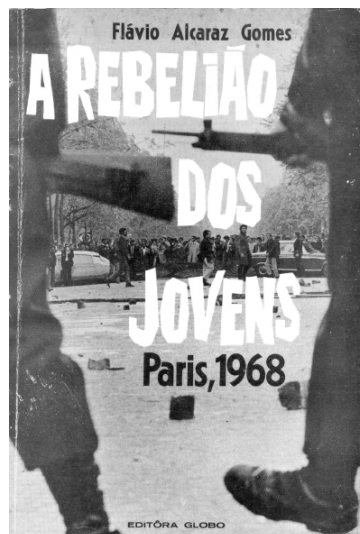
Fonte: <http://www.cepe.com.br/loja/index.php/livros/a-faculdade-sitiada.html>



A REBELIÃO DOS JOVENS

História contemporânea: França: Paris, maio de 1968
 Revolução operário-estudantil.
 Movimento estudantil francês: universidade
 sindicalismo: greves
 Revolução: combates nas ruas de Paris: estudantes vs polícia
 A rebelião dos jovens.

Fonte: <http://www.traca.com.br/autores/autor.php?autor=Fl%20vio%20Alcaraz%20Gomes>



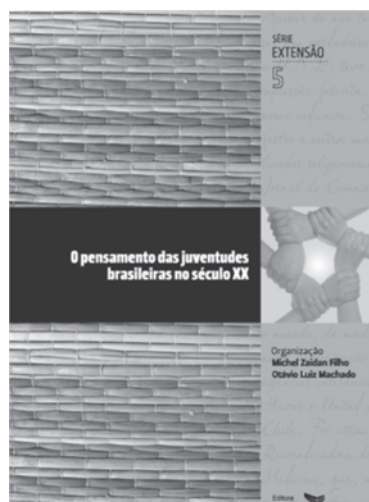
ASPECTOS PSICOSSOCIAIS E FÍSICOS DA SAÚDE DO ADOLESCENTE: UMA VISÃO MULTIDISCIPLINAR

Esta obra, organizada pelo Prof. Dr. Ednaldo Cavalcante de Araújo, constitui importante contribuição aos profissionais de saúde que assistem ao adolescente. Temas como sexualidade e obesidade são tratados, em seus aspectos multifacetados, com linguagem acessível, mas sem perda da qualidade teórica.



O PENSAMENTO DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS NO SÉCULO XX

Os depoimentos publicados nesse livro advêm de uma preciosa coleta de dados/ informações empreendida pelos que integram o projeto “Estudos Interdisciplinares sobre Juventude, Democracia, Direitos Humanos e Cidadania”, do Núcleo de Estudos Eleitorais, Partidários e da Democracia/NEEPD. Representa um esforço na difusão da história da juventude do Brasil.



Notícias

Conferência sobre movimentos alternativos dos jovens na Colômbia, no Centro Acadêmico do Agreste.

Aconteceu em 21 de setembro de 2010 uma palestra do Professor Doutor Héctor Fabio Ospina, da Universidade de Manizales na Colômbia, no Centro Acadêmico do Agreste da UFPE, com o título “*Movimientos Alternativos de los Jóvenes em Colômbia*”.

Dissertação de Mestrado em História tem por objeto a primeira fase da Revista Estudos Universitários (1962-1964).

Ao comemorar 64 anos neste mês de agosto de 2010, a UFPE recebeu um inusitado presente intitulado “*Sociabilidades letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964)*”, dissertação de mestrado defendida pelo historiador Dimas Brasileiro Veras no Programa de Pós-Graduação em História desta mesma universidade. Ao narrar a trajetória da revista

de cultura e dos seus produtores do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (atual UFPE), criado pelo reitor João Alfredo e pelo educador Paulo Freire, o jovem pesquisador escreve uma história desta instituição de ensino superior e dos conflitos que permearam sua criação até o advento do regime militar. Lançada por ocasião do décimo sexto aniversário

desta universidade, a revista Estudos Universitários estava vinculada a um amplo projeto de reforma universitária e democratização da cultura. Decerto uma narrativa saborosa, nos contagiando com o clima de esperança daqueles anos de efervescência, mas também nos enchendo de indignação diante da descrição do trágico desfecho de abril de 1964.

II Encontro Internacional de Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos na UFPE

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) sediou, de 5 a 7 de julho de 2010, o II Encontro Internacional de Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos, no Auditório do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). O evento, do lado

brasileiro, foi uma promoção conjunta do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética (GEPE) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Políticas Sociais (NEPPS), ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE e, do

lado italiano, do Dipartimento di Scienze della Formazione della Università degli Studi Roma TRE – Itália.

O II Encontro Internacional sobre ética e direitos humanos, realizado no âmbito do intercâmbio Brasil – Itália, constituiu-se também como ponto culminante da visita científica de professores/pesquisadores itali-

anos ao Brasil, dando enfoque à discussão de Políticas e Programas Sociais voltados para a Juventude e implementados em ambos os países. Mais especificamente, focou-se o Pro-Jovem (do governo brasileiro) e o M'Imprendo (da Prefeitura de Roma) como objetos de estudo da pesquisa bilateral Brasil/Itália, aprovada pelo CNPq e pelo Ministério das Relações Exteriores italiano.

A abertura do evento contou com a presença do Magnífico Reitor Amaro Lins, do Vice-reitor Gilson Edmar, do Pró-reitor da PROPESQ Anísio Brasileiro, da Chefe do Departamento de Serviço Social da UFPE e Diretora em Exercício do CCSA Prof. Dra. Miriam Padilha, da Vice Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social Ângela Amaral, do Representante da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco Dr. Manoel Caetano, da Coordenadora da Parte Italiana do Projeto Profa. Dra. Anna Maria D'Ottavi e foi presidida pela Coordenadora da Parte Brasileira do Projeto Profa. Dra. Alexandra Mustafá.

Conferências e palestras foram realizadas entre as quais proferidas pelos professores italianos: Roberto Cipriani, que atualmente ocupa o cargo de Presidente da Associação Italiana de Sociólogos, Profa. Dra. Anna Maria D'Ottavi, coordenadora da pesquisa pela parte italiana. Do lado brasileiro, apresentaram trabalhos os professores Ale-

xandra Mustafá, coordenadora da pesquisa no Brasil, Anita Aline, Denis Bernardes, Fátima Lucena, Edístia Abath, as doutorandas Josenita Luiz, Juliene Tenório e Marina Gondim, todos(as) do Departamento de Serviço Social da UFPE.

No segundo dia do Encontro, estudantes do ProJovem do município pernambucano de Casinhas abrilhantaram o evento com uma apresentações de teatro, dança e músicas regionais, articulados pela Secretária de Assistência daquele município – Sra. Dalva Horácio, também aluna especial da Pós-graduação em Serviço Social.

Foi realizada uma exposição de artes plásticas, na qual foram apresentadas obras cuja temática versam sobre a questão social e sobre a relação arte, filosofia, política e sociedade. Na ocasião expuseram seus trabalhos Lúcio Mustafá, Ercília Marque, Alexandra Mustafá e o artista italiano Corrado D'Ottavi. Este último, desaparecido nos anos 80 do sec. XX, tem hoje suas obras preservadas no acervo do Museo di Villa Croce em Gênova - Itália.

Informações Gráficas

Formato

18 x 25 cm

Tipografia

Libre Sans Serif SSi

Libre Serif

Frutiger 57Cn

Papel

Miolo: reciclato 90 - gm/2

Lâmina: reciclato 120 - gm/2

Capa: triplex 250 - gm/2

Montado e impresso na oficina da

Editora
Universitária  UFPE

Av. Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea, Recife, PE

CEP: 50.740-530

FAX: (0xx81) 2126.8395

Telefones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930

www.ufpe.br/editora | edufpe@nlink.com.br | editora@ufpe.br